

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA**

IVO PEREIRA NETO

**JUVENTUDE E PARTICIPAÇÃO POLÍTICA: AS OCUPAÇÕES
ESTUDANTIS NOS IFAL DE ALAGOAS**

**MACEIÓ - AL
2024**

IVO PEREIRA NETO

**JUVENTUDE E PARTICIPAÇÃO POLÍTICA: AS OCUPAÇÕES
ESTUDANTIS NOS IFAL DE ALAGOAS**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação
em Sociologia da Universidade Federal de Alagoas,
como requisito para obtenção do título de Mestre em
Sociologia.

Área de Concentração: Corpo, Cultura e Conhecimento
Orientador(a): Prof. Dr. João Bittencourt

MACEIÓ - AL
2024

IVO PEREIRA NETO

**JUVENTUDE E PARTICIPAÇÃO POLÍTICA: AS OCUPAÇÕES
ESTUDANTIS NOS IFAL DE ALAGOAS**

BANCA EXAMINDORA:

Documento assinado digitalmente
 **JOAO BATISTA DE MENEZES BITTENCOURT**
Data: 08/08/2024 07:38:08-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof. Dr. João Batista de Menezes Bittencourt
(Orientador) - PPGS/UFAL

Documento assinado digitalmente
 **LUIS ANTONIO GROPPPO**
Data: 08/08/2024 15:20:42-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof. Dr. Luís Antonio Groppo
(Examinador externo) - UNIFAL-MG

Documento assinado digitalmente
 **CAMILA DELLAGNESE PRATES**
Data: 12/08/2024 20:58:56-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Profa. Camila Dellagnese Prates
(Examinadora interna) - PPGS/UFAL

Catálogo na fonte
Universidade Federal de Alagoas
Biblioteca Central
Divisão de Tratamento Técnico

Bibliotecária: Taciana Sousa dos Santos – CRB-4 – 2062

P436j Pereira Neto, Ivo.
 Juventude e participação política : as ocupações estudantis no IFAL de
 Alagoas / Ivo Pereira Neto. – 2024.
 132 f. : il. color.

 Orientador: João Bittencourt.
 Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Universidade Federal de
 Alagoas. Instituto de Ciências Sociais. Programa de Pós-Graduação em
 Sociologia. Maceió, 2024.

 Bibliografia: f. 130-132.

 1. Ocupações estudantis. 2. Juventude. 3. Participação política. 4.
 Movimento estudantil. I. Título.

CDU: 329.78

AGRADECIMENTOS

O presente trabalho foi fruto de uma série de pesquisas feitas durante meus anos de graduação. Primeiramente, agradeço ao professor Túlio Velho Barreto, da Fundação Joaquim Nabuco, que me acolheu na fundação e apresentou-me ao tema. Também agradeço ao professor Maurício Faria Sardá, que aceitou o desafio de orientar o meu trabalho dentro dessa temática de conclusão do curso bacharelado em Ciências Sociais pela Universidade Federal Rural de Pernambuco. E, em nome dos dois mestres, presto minha gratidão às instituições que por tanto tempo me abrigaram e permitiram-me desenvolver enquanto pesquisador social.

Em um segundo momento, e não menos importante, agradeço à Universidade Federal de Alagoas pela acolhida na instituição, pois, no ano em que morei em Maceió, pude me manter graças ao Restaurante Universitário. Um agradecimento especial ao ICS- UFAL, onde pude criar vínculos com os docentes e discentes, além dos funcionários. Um agradecimento particular à Edna, que me deu todo suporte com atenção e afeto. E agradeço à CAPES por possibilitar minha estada durante o ano em que morei em Maceió, e à FAPEAL pela oportunidade de participar da pesquisa Data Jovem.

Agradeço ao professor João Bittencourt a acolhida, enquanto seu orientando, a parceria e as oportunidades, um orientador prestativo e atencioso, graças a ele pude desenvolver esse presente trabalho. E, por último, agradeço a meus pais e a minha irmã. Ao me deixarem em Maceió, choramos juntos de saudade antecipada e, nesse um ano distante, pude sentir a importância das pequenas coisas da vida cotidiana, como o café das 17 horas e as conversas antes de dormir. Reconheço que a saudade foi grande, porém tive companheiros que me fizeram companhia e que me deram suporte nessa jornada, agradeço a Fábio, Laura, Synthia, Gilvaldo, Juliane, Monique e principalmente ao meu companheiro de cativeiro Paulo (ele entenderá a referência) pelo apoio, pela amizade e pela lealdade, obrigado.

Esse presente trabalho é dedicado a João Paulo, Paulo Afonso e a Barnabé. O primeiro foi e é um querido amigo de escola muito próximo. Um homem leal, divertido e ligeiramente estressado, junto com Alice passamos madrugadas *on-line* jogando e conversando sobre a vida e sobre nossos problemas e experiências. O segundo foi meu professor e amigo durante a graduação, tendo uma importância grande na minha trajetória enquanto acadêmico e ser humano, sempre atencioso e carinhoso. O terceiro é meu avô, um homem de memória implacável, lembrava detalhadamente de tudo que passou, e um repentista de primeira. Aos três, dedico minha eterna lembrança, afeto e esse presente trabalho.

RESUMO

Esta dissertação busca compreender o fenômeno das ocupações escolares ocorridas em 2016 no Estado de Alagoas, mais especificamente os casos de ocupação dos IFAL (Instituto Federal de Alagoas). A pesquisa tem como foco entender o desenrolar do processo de mobilização dos estudantes para efetuar as ocupações, até o momento posterior à desocupação, destacando as consequências da ocupação para o cotidiano escolar, bem como o impacto deste fenômeno na trajetória dos jovens que dela participaram. A partir de dados obtidos, através de entrevistas semiestruturadas realizadas com os ocupantes e a análise das redes sociais, utilizei como estratégia metodológica de análise o conceito de experiência e a categoria memória e, a partir delas, reconstruí de forma cronológica o processo de mobilização dos estudantes, bem como as pautas levantadas pelos movimentos no início do processo e as pautas que foram incorporadas ao longo da ocupação. Abordou-se, também, como se deu a relação dos estudantes com os professores, gestores e com Poder Público. Os achados da pesquisa demonstram: 1) Como os estudantes utilizam as redes sociais como forma de posicionamento político e de prestação de contas em busca de legitimação frente à opinião pública. 2) Como a ocupação influenciou na trajetória dos 4 estudantes entrevistados que, após o movimento, seguiram caminhos em que a experiência vivida nos ocupas serviu de marco, continuando viva na memória desses estudantes. 3) A criação de redes de solidariedade e de troca de informação entre os estudantes de diferentes ocupações em Alagoas, e também com outros atores e movimentos da sociedade.

Palavras-chave: Ocupações Estudantis. Juventudes. Participação Política. Memória. Experiência.

ABSTRACT

This dissertation aims to understand the phenomenon of school occupations that occurred in 2016 in the state of Alagoas, specifically focusing on the cases of occupation at IFAL (Instituto Federal de Alagoas). The research focuses on understanding the development of the process of student mobilization for the occupations and the period following their end, highlighting the consequences of the occupations for school daily life, as well as the impact of this phenomenon on the trajectory of the young people who participated. Using data obtained through semi-structured interviews with the occupiers and social media analysis, I employed the methodological strategy of analysis using the concept of experience and the category of memory. From these, I chronologically reconstructed the process of student mobilization, as well as the demands raised by the movements at the beginning of the process and the demands that were incorporated throughout the occupation. The relationship between students, teachers, managers, and public authorities was also addressed. The research findings demonstrate: 1) How students use social media as a form of political positioning and accountability in search of legitimacy in the eyes of public opinion. 2) How the occupation influenced the trajectories of the four interviewed students, who, after the movement, followed paths where the experience lived during the occupations served as a landmark, remaining alive in their memories. 3) The creation of networks of solidarity and information exchange among students from different occupations in Alagoas, as well as with other actors and movements in society.

Keywords: Student Occupations. Youth. Political Participation. Social Movements. Memory. Experience.

Sumário

INTRODUÇÃO.....	7
1 CONCEITOS E TEORIAS PARA ABORDAR AS OCUPAÇÕES DE 2016.....	11
1.1 Metodologia de pesquisa.....	11
1.2 Juventudes, Participação Política e Ocupações: Espaço de Luta, Espaço de Cultura..	19
1.3 Juventude, política e movimento estudantil: Busca por uma voz ativa.....	23
1.4 Juventude e Escola, teorias e conceitos para pensar essa relação.....	34
2 CONTEXTO HISTÓRICO DAS OCUPAÇÕES DE 2016.....	38
2.1 Movimentos políticos pré-ocupação: Movimentos de rua no mundo e as Jornadas de Junho.....	38
2.2 A primeira onda de ocupações no Brasil.....	41
2.3 A segunda onda de ocupações no Brasil: Mobilização Nacional.....	48
3 MEMÓRIA DIGITAL: REDES SOCIAIS DOS OCUPAS.....	51
3.1 Ocupações e a autogestão escolar: Elaboração de cronogramas de atividades e manutenção do espaço escolar.....	52
3.2 Ocupações como espaço de luta: manifestações políticas dentro e fora das escolas e as notas de posicionamento.....	63
4 TRAJETÓRIA DOS ESTUDANTES ANTES E DEPOIS DAS OCUPAÇÕES.....	83
4.1 Trajetória antes das ocupações.....	84
4.2 Experiência de ocupar a escola.....	95
4.3 Fim das ocupações: experiências e memórias.....	111
4.4 Análise das entrevistas.....	120
4.5 Pesquisas de ocupação, resultados obtidos.....	124
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	126
REFERÊNCIAS.....	129

INTRODUÇÃO

O processo das ocupações fez parte de uma série de movimentações políticas que ocorreram nesse início de milênio no Brasil e em todo mundo. No contexto brasileiro, um dos movimentos importantes é o da Revolta da Catraca, ocorrida em 2004, em Florianópolis, cuja força estudantil organizada tinha como pauta específica a luta por mobilidade urbana gratuita. Manifestações dessa natureza foram recorrentes ao longo da primeira década deste século, e eclodem com força e de forma mais generalizada em 2013, a partir da luta contra o aumento da tarifa de ônibus em São Paulo, gerando o fenômeno que ficou conhecido como Jornadas de Junho, que levou às ruas movimentos de diversas classes, matrizes e espectros políticos, em uma convulsão de pautas políticas.

As ocupações de 2016 se encontram dentre essas movimentações sociais que entram no cenário nacional, como formas de luta política, enfrentando duas medidas em específico: a) Revogar a reforma do Ensino Médio, que faria uma transformação radical do espaço escolar sem diálogo com os entes que formam a escola, com finalidade de fazer da escola uma instituição de profissionalização, em um viés mercadológico; b) PEC do Teto de Gastos, PEC 241, na Câmara dos deputados; e PEC 55, no Senado Federal, que foi cunhada pelos seus críticos como "PEC do fim do mundo".

As ocupações ocorrem em todo o país, e seus *modus operandi* se assemelham a dois fenômenos de ocupação que ocorreram anteriormente: o primeiro foi a ocupação das escolas no Chile, que produziu um material, através da experiência desses estudantes, com intuito de ensinar a ocupar a escola; já o segundo fenômeno ocorreu em São Paulo, que teve sua luta contra a reorganização escolar imposta pelo Governo de São Paulo, na época do mandato de Geraldo Alckmin. Esses dois acontecimentos servem como base para esse terceiro, que vai acontecer em escala nacional, em um efeito cascata.

O movimento das ocupações de 2016 vai muito além de movimento político de contestação social e política das medidas de austeridade em tramitação a época, que atingiam diretamente a vida dos estudantes, é um movimento que compartilha essa origem comum, porém carrega particularidades que só podem ser notadas ao adentrar em cada ocupação. No caso das ocupações de Alagoas, existia também uma tramitação estadual do projeto de lei Escola Livre¹, que instituía limitação à liberdade de cátedra dos professores. A lei veio a ser aprovada pela assembleia legislativa, tendo sido vetada posteriormente pelo então governador

¹<https://www.al.al.leg.br/comunicacao/noticias/promulgada-lei-que-institui-o-programa-escola-livre>

Renan Filho. Ademais, teve o veto derrubado em seguida pela assembleia, porém foi barrada em 2017 por decisão do ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Luís Roberto Barroso². Além dessas questões regionais, existem as particularidades de cada escola e da reação dos atores envolvidos no processo. A ocupação mobilizou paixões conflituosas e tensões, como as de quem desejava aderir ao movimento e de quem não queria aderir, entre gestão escolar e ocupantes, entre os próprios ocupantes no processo de tomada de decisão.

Compreendem-se, então, as pautas levantadas pelo movimento de ocupações como de enfrentamento a um modelo político neoliberal de precarização da educação e, de acordo com a localidade, são encampadas outras pautas de acordo com percepção e demanda dos estudantes. E também se percebe o processo de ocupação como um momento em que a escola passa a ser gerida pelos estudantes. Assim, o ponto da autogestão escolar é uma questão importante para análise desses movimentos.

Nesse sentido, percebe-se o fenômeno como recente e complexo, com a necessidade de mobilização de uma gama de conceitos e teorias para dar conta dessa experiência vivida pelos estudantes e outros atores que participaram ou estiveram presentes dentro desse processo de ocupação. A partir disso, partiremos da seguinte questão: Quais os sentidos e significados dos fenômenos de ocupações de escolas em Alagoas sob a perspectiva da trajetória desses estudantes antes e depois das ocupações, e quais as redes de solidariedade entre ocupações e outros movimentos montadas por eles nesse processo?

A presente pesquisa busca compreender as experiências dos movimentos de ocupação a partir da memória dos estudantes que estiveram no processo. Esses movimentos se tornam de extrema importância para compreensão da conjuntura política do país, na época desse fenômeno, sendo um retrato histórico daquele momento, dos dilemas e conflitos, e também do que viria mais à frente nas eleições de 2018. No campo sociológico, a pesquisa tem como desafio analisar a forma de ocupação que foi montada nessas instituições e, teoricamente, contribuir para a compreensão das formas atuais de participação juvenil na vida política do país.

Minha primeira aproximação com essa temática foram os momentos em que frequentei a ocupação da Universidade Federal Rural de Pernambuco. Não participei efetivamente do movimento, enquanto ocupante, mas, como muitos, estive presente para vivenciar o espaço e desfrutar das companhias, das conversas e das atividades efetuadas pelos ocupantes. Lá, pude presenciar algumas aulas e rodas de diálogos e visualizar como era organizado e como se mobilizaram. Em 2017, tive a oportunidade de fazer minha primeira pesquisa pelo PIBIC

²<https://www.conjur.com.br/2017-mar-22/liminar-suspende-lei-alagoas-criou-programa-escola-livre>

(Pesquisa de Iniciação Científica), na Fundação Joaquim Nabuco, com a orientação do professor Túlio Velho Barreto sobre as ocupações secundaristas de 2016 e o caso em tela era a ocupação de uma escola dos arredores, sob a perspectiva dos professores, que nessa escola estiveram presentes em parte no processo de ocupação.

Uma vez feita a pesquisa, continuamos com a mesma temática, porém, buscando uma visão mais geral dos professores sobre o fenômeno e sobre a participação política de seus estudantes. No processo de finalização da graduação, volto ao tema; agora, pela perspectiva dos estudantes, os verdadeiros atores desse fenômeno, escolhi a Escola Ginásio Pernambucano como caso para pesquisa. Todos os informantes que tive acesso eram estudantes da universidade, na qual eu estudava na época, sendo um deles estudante do mesmo curso que o meu, bacharelado em Ciências Sociais. O primeiro informante que tive contato foi em um evento na UFRPE sobre as ocupações; nessa roda de diálogo, feita através do D.A de História, pude conversar com ele, que de prontidão se ofereceu para me apresentar a outros informantes que participaram diretamente do processo. Quanto mais conhecia novos informantes, mas eles apresentavam novos interlocutores para a minha pesquisa, alguns eu já conhecia, mas não fazia ideia de que tinham participado de ocupações.

Através de entrevistas, refiz o processo de ocupação, com os momentos-chave, as problemáticas existentes no convívio entre os estudantes, os conflitos com outros grupos políticos, parte da sociedade civil e com o Estado, e também as redes de solidariedade que se mobilizaram em torno do movimento. Essas três pesquisas anteriores, e o tempo em que dediquei, fizeram-me querer continuar nesse tema e nessa nova pesquisa em Alagoas, com o intuito de entender as ocupações e o movimento dos estudantes secundarista dos IFAL.

Pela experiência prévia com a temática, sabia que o primeiro desafio seria encontrar os informantes, dado que o fenômeno se deu em 6 anos antes da minha chegada a Alagoas, porém, conhecendo a existência de redes montadas no processo de ocupações, sabia que, com o acesso ao movimento estudantil e as páginas de redes sociais de ocupações, conseguiria fazer o processo de busca por esses atores. Foram feitas 5 entrevistas, das quais 4 entrevistas foram com ocupantes dos IFAL e uma entrevista com um articulador da UBES.

Para entender o que foi esse fenômeno, é preciso estar atento à conjuntura daquela época, que é recente em nossa história. A priori, temos a reforma do Ensino Médio, uma reestruturação da grade curricular sem qualquer consulta a estudantes e profissionais da educação e, logo em seguida, uma movimentação política intensa advinda de uma conjuntura política de contenção de gastos públicos, que atinge a área da educação com a PEC do teto de gastos. No bojo disso, a crise política do governo Temer, cuja popularidade estava em

frangalhos, foi a pólvora acesa pela fagulha dos cortes. A partir daí, desenrola-se um processo de mobilização que tem como norte as ocupações já ocorridas no Chile e em São Paulo. Esses movimentos são inovadores, e se espalham exponencialmente no Brasil, seguindo muito fortemente a experiência chilena, que gerou um manual de como ocupar uma escola (O MAL EDUCADO, 2015).

A forma de mobilização é o grande diferencial desse movimento, no que tange às formas de organização dos estudantes. Houve uma negação constante da hierarquização dentro das escolas, as decisões são tomadas em assembleia e as lideranças são cíclicas e não detêm um poder diferenciado dos demais, ao ponto de o movimento se colocar como sem líder.

Há, então, uma experiência única de mobilização social sem hierarquias sólidas, em que a construção do movimento se deu de forma horizontal, com a participação de todos os estudantes que se mobilizaram para ocupar a escola. É importante salientar dois pontos. Primeiro, a pesquisa não compreende a ocupação, enquanto movimento social, mas como uma mobilização coletiva de estudantes em torno de uma pauta dada conjuntura da época. Porém, ao se mobilizarem, os jovens se apropriam de estratégias de mobilização e de atuação que se espelham nesses movimentos, a nível organizacional do ocupa e a nível de articulação política. Para além disso, entende-se também a participação de movimentos estudantis organizados dentro do processo de ocupação. Em alguns ocupas, com maior incidência, em outros com menor, porém há um espaço de horizontalidade dado que a construção do movimento é feita pelos estudantes daquela instituição, os quais se mobilizaram para a ocupação, mesmo existindo presença de movimento estudantil, a ocupação é inicialmente um movimento de estudantes que busca, através de assembleia e decisões conjuntas, criar espaços de participação.

A dissertação conta com quatro capítulos. No primeiro, abordarei a metodologia utilizada na pesquisa e o instrumental teórico que fiz uso para analisar o fenômeno, desenvolvo as estratégias metodológicas que fiz uso nas entrevistas, pautadas no conceito de experiência e na categoria memória; em seguida, trago a caixa de ferramentas teóricas que utilizarei ao longo dos capítulos da pesquisa de campo para análise, partindo das categorias: juventude, participação política e escola. O segundo capítulo fará um breve resumo do cenário político e social da época, começando pelas mobilizações políticas anteriores às ocupações, e falando sobre as duas ondas de ocupações ocorridas em 2015 e 2016. No terceiro capítulo, busco fazer uma análise das redes sociais dos ocupas, neste capítulo utilizo apenas as páginas de *Facebook*, a rede mais utilizada pelos ocupas naquela época. Nessas redes, é possível

recuperar a rotina das ocupações, atividades e momentos de tensão, servindo como uma forma de memória digital. No quarto e último capítulo, desenvolvo as entrevistas semiestruturadas, feitas com os estudantes de três ocupações. Essas entrevistas foram feitas, buscando compreender a trajetória desses estudantes antes de ocuparem, durante e depois do movimento, tendo como foco as memórias e as experiências vividas pelos agentes.

1 CONCEITOS E TEORIAS PARA ABORDAR AS OCUPAÇÕES DE 2016

Neste capítulo, traremos a metodologia da pesquisa e quais dados vão ser utilizados para compreender o fenômeno, bem como as teorias e os conceitos utilizados para análise das redes sociais e das entrevistas. As categorias-chave para a feição das entrevistas, o conceito de experiência em Thompson (1978) e a categoria memória para Pollak e Halbwachs, ambas estão presentes no roteiro das entrevistas semiestruturadas, guiando as falas dos entrevistados. Para a análise das entrevistas, utilizaremos os debates a respeito da categoria juventudes, participação política voltada à juventude e a relação entre juventude e escola.

1.1 Metodologia de pesquisa

A pesquisa tem como objetivo principal compreender o fenômeno das ocupações estudantis em 2016, no Estado de Alagoas, partindo dos casos das ocupações dos Institutos Federais de Alagoas, conhecidos como IFAL, através da memória dos estudantes que vivenciaram essas experiências e das redes sociais geridas pelos ocupantes.

Como objetivos específicos estabelecemos os seguintes: 1) Analisar o conteúdo das redes sociais dos ocupas e a forma com que se comunicam com a sociedade e outros movimentos; 2) Apreender as memórias dos jovens que ocuparam e como eles interpretam aquelas experiências vividas durante as ocupações dos IFAL; 3) Identificar como os estudantes redefinem as relações sociais ali existentes durante e depois as ocupações; 4) Analisar como se dá a participação política desses jovens, após as ocupações, especialmente quanto ao conteúdo, às formas e às relações sociais estabelecidas nesse processo. 5) Mapear as redes de solidariedade montadas entre ocupações e outros movimentos da sociedade civil.

Tendo como objeto empírico de pesquisa o movimento de ocupações estudantis de 2016, especificamente, a apreensão do significado social, simbólico e político das ocupações realizadas pelos estudantes nas escolas de Alagoas. Dentro desse recorte, é demandado pelo objeto uma metodologia qualitativa, tendo a memória dos ocupantes como informação

principal a ser captada, e arquivos em redes sociais e alguns documentos cedidos pelos ocupantes.

A memória torna-se um dado muito importante para as ciências humanas contemporâneas. Maurice Halbwachs, um dos primeiros autores a definir a memória como um fenômeno social, entende a memória enquanto uma reconstrução do passado feita no presente, a partir de registros selecionados no presente, e enfatiza que nessa reconstrução existe uma presença do coletivo, sendo a memória constituída a partir de experiências e noções comuns entre as partes presentes no acontecimento.

Mas nossas lembranças permanecem coletivas, e elas nos são lembradas pelos outros, mesmo que se trate de acontecimentos nos quais só nós estivemos envolvidos, e com objeto que só nós vimos. É porque, em realidade, nunca estamos sós. Não é necessário que outros homens estejam lá, que se distingam materialmente de nós: porque temos sempre conosco e em nós uma quantidade de pessoas que não se confundem. (HALBWACHS, 1990, p. 26)

Não é suficiente reconstituir peça por peça a imagem de um acontecimento do passado para se obter uma lembrança. É necessário que esta reconstrução se opere a partir de dados ou de noções comuns que se encontram tanto no nosso espírito como no dos outros, porque elas passam incessantemente desses para aquele e reciprocamente, o que só é possível se fizeram e continuam a fazer parte de uma mesma sociedade. (HALBWACHS, 1990, p. 34)

Na concepção de Halbwachs, a memória pode ser entendida como uma reconstrução do passado realizada com o auxílio de dados do presente. Isso ocorre através de um processo de seleção, pois é impossível registrar tudo o que ocorreu num dado momento, não só no plano individual, mas também no plano coletivo. Assim, as visões construídas sobre o passado revelam mais sobre o momento presente do que sobre o passado que se pretende restituir. Nossas visões sobre o passado são incompletas, parciais e cambiáveis. Elas podem variar conforme a posição que ocupamos num determinado grupo e conforme mudam as relações desse grupo com outros meios. A participação dos indivíduos em variados grupos faz com que suas memórias se formam de modo fragmentário, como um mosaico (RIOS, 2013, p. 6)

Trabalhando com a ideia de memória coletiva, ele coloca que nossas recordações fazem parte de uma teia tecida histórica e socialmente, partilhada em grupo. O indivíduo, segundo ele, não produz memórias próprias, todas estão envoltas do coletivo, uma vez que o processo de criação dessas memórias opera com base em signos e ideias que ele herda do coletivo. E também enfatiza que essas memórias estão alocadas em um determinado espaço e tempo e, quando não presente nos momentos históricos, os indivíduos partilham da memória coletiva de terceiros para se referir a determinadas situações históricas.

Considerando agora a memória individual. Ela não está inteiramente isolada e fechada. Um homem, para evocar seu próprio passado, tem frequentemente

necessidade de fazer apelo às lembranças dos outros. Ele se reporta a pontos de referência que existem fora dele, e que são fixados pela sociedade. Mais ainda, o funcionamento da memória individual não é possível sem esses instrumentos que são as palavras e as ideias, que o indivíduo não inventou e que emprestou de seu meio. Não é menos verdade que não nos lembramos senão do que vimos, fizemos, sentimos, pensamos num momento do tempo, isto é, que nossa memória não se confunde com a dos outros. Ela é limitada muito estreitamente no espaço e no tempo. A memória coletiva o é também: mas esses limites não são os mesmos. Eles podem ser mais restritos, bem mais remoto também. Durante o curso de minha vida, o grupo nacional de que eu fazia parte foi o teatro de um certo número de acontecimentos, dos quais digo que me lembro, mas que não conheci a não ser pelos jornais ou pelo depoimento daqueles que deles participaram diretamente. Eles ocupam um lugar na memória da nação. Porém eu mesmo não os assisti. (HALBWACHS, 1900, p. 54)

Como afirma Halbwachs, em todo ato de memória se faz presente uma espécie de “intuição sensível”, que parece denotar a participação do indivíduo na formação das lembranças. No entanto, o sujeito não é nada mais que um instrumento das memórias do grupo, mesmo quando lembra individualmente: Nossas lembranças permanecem coletivas e nos são lembradas por outros, ainda que se trate de eventos em que somente nós estivemos envolvidos e objetos que somente nós vimos. Isto acontece porque jamais estamos sós. Não é preciso que outros estejam presentes, materialmente distintos de nós, porque sempre levamos conosco certa quantidade de pessoas que não se confundem. (RIOS, 2013, p.5)

Pollak prossegue com a perspectiva de que as memórias são construídas coletivamente, ligando-as diretamente à criação de identidades, porém ele enfatiza o poder de agência dos indivíduos sob as suas memórias, sendo eles ativos no processo de criação e de modulação das memórias.

Para Pollak, o indivíduo também é capaz de formar e acessar memórias, participando ativamente da construção das recordações dos grupos. O sujeito administra as influências que lhe chegam de fora a fim de construir suas próprias recordações. Sendo assim, ele não se encontra totalmente submetido aos “quadros sociais da memória”. De fato, as lembranças dos indivíduos e grupos se organizam em torno de alguns pontos mais ou menos estáveis, que conferem ordem às suas representações. Contudo, o poder de agência dos indivíduos também se faz presente e deve ser considerado. (RIOS, 2013, p. 5)

Ele também coloca os três elementos constitutivos da memória: os acontecimentos aos quais se referem, os personagens que estiveram presentes, e os lugares aos quais remetem. E, para a formação dessas memórias, não é requisito a presença física no acontecimento, no lugar ou o contato direto com os personagens, apontando a isso o fenômeno da memória “por tabela”, que enfatiza o caráter coletivo da memória. Para exemplificar, o autor insere suas pesquisas relativas à França pós-guerra. As memórias relativas a esse tempo remontam mais a primeira guerra que a segunda, pelas maiores perdas da primeira, chegando ao ponto da confusão entre as datas e os acontecimentos das duas guerras.

O autor desenvolve uma relação direta entre a construção da identidade e a criação de memória, e traz três elementos ligados à psicanálise para explicar essa relação.

Há a unidade física, ou seja, o sentimento de ter fronteiras físicas, no caso do corpo da pessoa, ou fronteiras de pertencimento ao grupo, no caso de um coletivo; há a continuidade dentro do tempo, no sentido físico da palavra, mas também no sentido moral e psicológico; finalmente, há o sentimento de coerência, ou seja, de que os diferentes elementos que formam um indivíduo são efetivamente unificados (...) Podemos portanto dizer que a memória é um elemento constituinte do sentimento de identidade, tanto individual como coletiva, na medida em que ela é também um fator extremamente importante do sentimento de continuidade e de coerência de uma pessoa ou de um grupo em sua reconstrução de si. Se assimilamos aqui a identidade social à imagem de si, para si e para os outros. (POLLAK, 1992, p. 5)

Dado contexto do que seriam as memórias enquanto dados, construídos coletivamente, como colocado pelo Halbwachs, e de que o indivíduo possui poder de agência sobre essa memória, segundo o Pollak, a minha pesquisa, partindo de que as ocupações ocorreram num passado recente, precisará recorrer a informações dessa natureza. Os dados construídos pela memória carrega peculiaridades, o Pollak enfatiza a memória enquanto um território de disputas, em que grupos fazem uma luta requisitando a validade dos acontecimentos, e a memória funciona através de enquadramentos da realidade, recortes nada aleatórios, que constroem uma memória coletiva a partir dos três elementos, citados no parágrafo anterior, na busca por legitimação: coerência, continuidade e unidade.

Para Halbwachs, a memória tem caráter seletivo, mas isso ocorre simplesmente porque não é possível registrar todos os eventos do passado. A seletividade da memória seria necessária estritamente por conferir ordem às representações dos grupos. Pollak, por sua vez, denomina “enquadramento” a esse processo de escolha que fundamenta a constituição mnemônica: alguns eventos são priorizados em detrimento de outros, mas isso não se dá de modo totalmente aleatório. Indivíduos e grupos procuram destacar os elementos que concorrem para a formação de uma identidade positiva, auxiliando a manutenção de uma posição privilegiada de poder e status – ainda que isso não se dê de modo totalmente consciente e calculado. O processo de “enquadramento” encontra-se na base de formação das memórias de caráter hegemônico, as quais estão relacionadas aos interesses da sociedade englobante. (RIOS, 2013, p.11-12)

O autor ainda enfatiza a disputa por memórias, colocando duas categorias de memória, as hegemônicas e as subterrâneas, em que a primeira se refere a grupos que detêm maior capacidade de impor suas memórias coletivas e a segunda a grupos marginalizados que têm suas memórias reprimidas e lutam para trazê-las à superfície, contrapondo-as às memórias dominantes. Essas memórias vagam na informalidade através dos participantes marginalizados que, não detendo das formas oficiais de promoção de suas memórias, buscam, através da informalidade, a sobrevivência dessas memórias perseguidas.

A elevação das memórias de um grupo ao plano hegemônico envolve o combate e a supressão das memórias de outros grupos, que passam a ocupar uma condição de marginalidade. No entanto, ainda que sofram com a opressão e a censura, esses grupos não deixam de produzir suas próprias memórias. Pollak refere-se a esta modalidade de lembranças como “memórias subterrâneas”: são elas as memórias dos grupos marginalizados, das minorias políticas, dos segmentos mais pobres, dos movimentos sociais, etc. Por serem reprimidas, elas tendem a assumir um aspecto traumático, mas ao mesmo tempo é isso o que explica sua força. Se, por um lado, elas se vêem relegadas ao silêncio e ameaçadas pelo esquecimento durante longos períodos, por outro, elas tendem a vir à tona com muita intensidade quando os ventos mudam de direção, rompendo com a ordem vigente e trazendo mudanças e consequências incalculáveis. (...) O silêncio não deve ser visto sempre como um sintoma do risco de amnésia coletiva. Muitas vezes, ele se mostra como uma condição necessária para a sobrevivência das lembranças de grupos subjugados. Por se encontrarem à margem, essas memórias não têm como se conservar e se propagar através dos meios oficiais de expressão. Ainda assim, elas sobrevivem, como forma de resistência política e cultural. (...) As memórias subterrâneas tendem a sobreviver e a transmitir-se por vias informais, como redes de sociabilidade que abrangem o âmbito da família ou de pequenos grupos, sempre com uma tonalidade afetiva mais acentuada. (RIOS, 2013, p.12)

Por se tratar de um território em disputa e, por muitas vezes, está imbuído de uma identidade muito forte, a memória não pode ser entendida como “uma experiência pura, verdadeira e plena que se deixa expressar por inteiro através dos testemunhos individuais” (RIOS, 2013, p. 17). Ela é um dado fundamental para pesquisa social, porém, como qualquer outro dado, tem suas limitações. Por vezes, como trabalhado por Pollak em sua pesquisa, misturam-se acontecimentos, personagens e locais no decorrer da fala, impondo ao pesquisador, que transite da melhor forma possível para evitar anacronismos e os enganos que a memória provoca, se possível tendo outras fontes para poder transitar de forma segura nas informações relatadas.

A minha pesquisa trabalha com os três elementos levantados pelo Pollak a respeito da memória, tratamos de um acontecimento histórico, com personagens em um determinado espaço, e dado o tempo passado, a pesquisa visará a reconstituição desse acontecimento através das memórias desses jovens. Pelas características do dado obtido pela memória, faremos o cruzamento desses dados com os arquivos das redes sociais, que serviram como um diário da ocupação, uma espécie de memória digital dos acontecimentos, para melhor precisão das informações relatadas pelos nossos interlocutores.

Outro conceito importante para pesquisa, já utilizado por muitos pesquisadores de ocupações, é o de experiência em Thompson. Em seu livro, *A Miséria da Teoria* (1978), no qual busca fazer a sua leitura crítica do marxismo, principalmente em resposta ao Althusser, Thompson destaca a experiência enquanto “termo ausente”. Segundo ele, Althusser interpreta a ação humana como determinada pelas estruturas econômico-políticas, em seu livro *Aparelhos Ideológicos do Estado* (2023), o ponto principal é de que valores e a ética são

instrumentos ideológicos do Estado para o controle. Ao assumir essa perspectiva, o autor enfatiza o domínio da estrutura sob a agência, sobrando aos indivíduos apenas o papel de reprodução.

Há alguma coisa mais no ensaio subsequente de Althusser sobre "Ideologia e aparelhos ideológicos de Estado". Talvez seja esta a coisa mais feia que já escreveu, a crise do delírio idealista. Poupar-me-ei o tédio da crítica, uma vez que, em sua ingenuidade, sua rejeição de toda evidência relevante e suas absurdas invenções idealistas, esse ensaio se denuncia a si mesmo. "ética" etc., é apresentada como um aparelho ideológico do Estado (e apenas isto). Imposto ao homem inocente e totalmente passivo, recipiente, por meio do "aparelho familiar do Estado" e do "aparelho educacional do Estado". Essa ideologia impõe aos indivíduos "a relação imaginária (...) com as suas condições reais de existência". E, para explicar como o faz, Althusser inventa o recurso (totalmente imaginário) da "interpelação" ou "chamado", pelo qual o Estado, através de seu aparelho ideológico ("religioso, ético, legal, político, estético etc.") grita para os indivíduos: "Ó você aí!" Basta que o Estado grite, e eles são imediatamente "recrutados" para qualquer "relação imaginária" que esse Estado exija. O ato de chamar sempre ocorreu, e sempre ocorrerá, em qualquer sociedade. Isto é assim não porque as pessoas não possam viver e manter relações sem valores e normas, mas porque a "ideologia (...) é indispensável em qualquer sociedade para que os homens sejam formados, transformados e equipados para atender às exigências de suas condições de existência". (Note-se, mais uma vez, a forma passiva, transitiva, da reificação da agência pelo Outro. I) Por meio da "interpelação", ou chamado, homens e mulheres são constituídos (na ideologia) como sujeitos (imaginários): por exemplo, como Jeunes Étudiants Catholiques, ou protestantes de Ulster. (THOMPSON, 1978, p. 192-193)

Thompson busca, através da ideia de experiência, recolocar o poder de agência dentro da perspectiva marxista. Para isso, ele complexifica a construção marxista de sua época, focada exclusivamente na economia, colocando na discussão a cultura e os valores, enquanto partes do *ethos* de um grupo, não enquanto um fator secundário ou uma mera imposição ideológica estatal. A partir disso, temos novos elementos, que nos levam a entender que os grupos sociais vivem as opressões de classe não apenas no âmbito econômico, mas também no campo simbólico e cultural.

Os valores não são "pensados", nem "chamados"; são vividos, e surgem dentro do mesmo vínculo com a vida material e as relações materiais em que surgem as nossas ideias. São as normas, regras, expectativas etc. necessárias e aprendidas (e "aprendidas" no sentimento) no "*habitus*" de viver; e aprendidas, em primeiro lugar, na família, trabalho e na comunidade imediata. Sem esse aprendizado a vida social não poderia ser mantida e toda produção cessaria. Não estamos dizendo que os valores são independentes da coloração da ideologia: evidentemente, não é este o caso, e como poderia ser, quando a própria experiência está estruturada segundo classes? Mas supor a partir disto que sejam "impostos" (por um Estado) como "ideologia", é equivocar-se em relação a todo o processo social e cultural. (...) Homens e mulheres discutem sobre os valores, escolhem entre valores, e em sua escolha alegam evidências racionais e interrogam seus próprios valores por meios racionais. Isso equivale a dizer que essas pessoas são tão determinadas (e não mais) em seus valores quanto o são em suas ideias e ações, são tão "sujeitos" (e não mais)

de sua própria consciência afetiva e moral quanto de sua história geral. Conflitos de valor, e escolhas de valor, ocorrem sempre. Quando uma pessoa se junta ou atravessa um piquete grevista, está fazendo uma escolha de valores, mesmo que os termos da escolha e parte daquilo que a pessoa escolhe sejam social e culturalmente determinados. (THOMPSON, 1978, p. 194)

Essa interpretação da ação social é importante para compreensão dos movimentos políticos e sociais, principalmente quando temos em tela as juventudes. As experiências que esses grupos vivenciam no cotidiano vão para além das determinações de classe, as opressões raciais, culturais e de gênero ganham importância e mobilizam os jovens, percebe-se isso no movimento hip-hop, nas lutas feministas e LGBTQIAPN+, na luta anticapacitistas, todas essas pautas se mobilizam em torno de questões que vão para além da economia, e atingem esses grupos na vivência cotidiana. O conceito de experiência expande a compreensão marxista a respeito das inserções plurais dos jovens na sociedade.

Importante ressaltar que essas lutas não fogem do escopo do conflito de classes. Nos movimentos como o hip-hop, feminista e antirracista, por exemplo, a questão econômica tem grande importância nas determinações que esses grupos sofrem, porém é um dos vários fatores que mobilizam esses movimentos, fazendo parte de um rol de sentidos para a ação. As experiências não funcionam em uma lógica de acumulação somática, elas são vividas de forma dialética, como Mannheim exemplifica em seu texto *O problema sociológico das gerações* (1982); e, por vezes, conflitantes, como abordado por Bernard Lahire, em *O Homem Plural* (2002). Essa percepção também nos ajuda a compreender o processo de ocupações, no qual um conjunto de jovens se mobilizam em conjunto, em uma pertença de classe, porém uma classe que engloba as individualidades e as pluralidades presentes nesses atores.

Logo, “as experiências não se acumulam no curso de uma vida através de um processo de adição ou aglomeração, mas são articuladas dialeticamente”, e é justamente pela experiência que mulheres e homens compõem repertórios que expressam saberes de/nos modos de existir, ou seja, legados, palavras que atravessam o tempo, aconselhamentos(...). Não se trata da classe pensada na forma marxista ortodoxa como posição na estrutura econômica, mas, antes, da constituição política de um coletivo de pessoas que pensam suas penas, seus interesses e desejos, não apenas a partir da configuração socioeconômica, mas também de seus esforços de organização para sobreviver e resistir, conforme Thompson (2002). Contar o vivido na ocupação expõe, portanto, uma amálgama de elementos sociais, políticos, educacionais e culturais que foram tecidos no passado, mas que são processados no decorrer do tempo e atualizados, por intermédio dos distintos trajetos formativos. (GROPPO, 2021, p. 7-8)

Para captação das memórias e experiências desses jovens a respeito da época da ocupação, faremos entrevistas semiestruturadas com articuladores e participantes, essas

entrevistas terão um roteiro com abertura para questões que apareçam de acordo com as informações que são contadas. Nessas entrevistas, será buscado 1) Reconstituir o processo de ocupação, a estrutura organizativa das ocupações e as atividades desenvolvidas durante o processo; 2) Mapear as redes que foram montadas por esses estudantes. Já para entender a trajetória dos ocupantes, faremos entrevistas semiestruturadas com a finalidade de traçar o percurso do entrevistado antes, durante e depois das ocupações, a fim de compreender como esse momento o atravessa e como ele vê aquela experiência passada há sete anos.

A partir da coleta desses dados, é possível organizar cronologicamente o processo de ocupação, analisar as formas de associação e participação, as afiliações e desavenças políticas dos estudantes, e uma série de camadas da configuração política dos ocupas. Também será possível compreender o simbolismo da ocupação para esses estudantes e como eles compreendem aquele espaço, para além da manifestação política em si do movimento, como a manifestação de outras identidades e vivências juvenis.

Outro eixo importante da investigação é constituído pela leitura e sistematização do material bibliográfico sobre o tema, a partir das categorias centrais da participação política, juventudes. Realizemos levantamento dados primários, constituídos por comunicados, textos produzidos pelos estudantes durante e após o período da ocupação, programação semanal da ocupação, imagens de eventos e aulas veiculados, a partir das redes sociais (especificamente o *Facebook*), nas páginas *Movimenta Ifal-MD* (Marechal Deodoro), *Ocupa IFAL – Piranhas*, *OcupAÇÃO IFAL – Murici*, *IFoco na Luta* (Maceió), *Mobiliza IFAL Campus Batalha / Ocupação*.

A escolha dos Institutos Federais se deu pelo fato de ser uma instituição onde coexistem os dois níveis de formação (ensino técnico e médio), nos quais os estudantes secundaristas mantinham relações diretas com os estudantes do ensino técnico. Outro motivo se dá pelo IFAL ser considerado por muitos pesquisadores, que estudam ocupações como escola prestigiosa, na qual as ocupações tinham mais visibilidade que as demais escolas estaduais e municipais.

No tocante à escolha dos atores sociais, a pesquisa deu preferência a dois tipos de atores: 1) Pessoas que estiveram presentes nas ocupações que serão investigadas; 2) Liderança de movimentos políticos ligados diretamente às ocupações, ou que tiveram papel secundário no suporte a esses movimentos.

A procura por esses atores foi feita através das escolas selecionadas, utilizando as redes sociais citadas anteriormente para localizar os estudantes que participaram da ocupação na época. A outra maneira foi através da busca dentro do movimento estudantil de Alagoas,

no qual foram encontrados 4 estudantes do IFAL e, através deles, buscamos outros estudantes que eles tinham o contato. Foi dado total anonimato aos estudantes, optando pela utilização de pseudônimos escolhidos por esses estudantes para identificação das falas.

As entrevistas e os demais materiais e informações coletadas no processo investigativo foram analisados quanto ao conteúdo a partir das categorias centrais que estruturam o fenômeno, que são a participação política, as juventudes, as memórias e experiências; junto a isso, buscamos perceber o impacto dessa experiência junto às trajetórias desses estudantes.

1.2 Juventudes, Participação Política e Ocupações: Espaço de Luta, Espaço de Cultura

A pesquisa teve como ponto de partida quatro conceitos fundamentais para compreensão do fenômeno das ocupações: participação política, juventude(s) e memória e experiência. Partindo do recorte dos IFAL, em que todos os estudantes envolvidos se encaixam na faixa etária compreendida como juventude e também da forma com que esse grupo social se articula e se manifesta que muito está presente nesse processo. Assim, o primeiro capítulo terá, como tópicos a serem analisados, a construção da ideia de juventude, como ela é formulada e reformulada na História e como esses agentes se mobilizam em torno de pautas e de questões plurais que fazem parte de suas vivências. Nesse mesmo tópico, é necessário compreender a participação política da juventude, tendo um foco especial em torno do movimento estudantil brasileiro³, colocando-o como uma dessas faces do movimento de juventude(s). Em um terceiro momento, entraremos no movimento de ocupações estudantis, focando em como se dá a relação entre a juventude e o ambiente escolar.

A utilização do conceito de juventude(s) na pesquisa visa à desnaturalização da ideia do jovem como algo dado e estático no tempo. O conceito de juventude nasce no Ocidente, após a Revolução Industrial; antes disso, as crianças eram tratadas como adultos em formação. Com a ascensão do capitalismo, foi necessário expandir a mão de obra especializada para o trabalho, demandando maior tempo de preparo, tanto para atividades de intelecto quanto para atividades braçais, tendo o conceito se originado dessa fase em que há uma menor exigência para o trabalho e um maior tempo para a formação (LIMA FILHO, 2015).

³ Vale ressaltar que a pesquisa compreende o movimento de ocupações, enquanto movimento de estudantes, a diferenciação se dá em razão do movimento estudantil ter um caráter institucional, em que fazem parte as representações estudantis eleitas e os movimentos, sejam de partidos ou independentes, que disputam esses espaços. O movimento de ocupação se trata de uma mobilização de estudantes, sejam esses organizados ou não, para uma reivindicação em uma conjuntura de ataques à educação, não se tratando de movimento estudantil organizado.

O conceito de juventude, como entendemos, é uma criação da modernidade. Desde que esse grupo social começou a tornar-se um problema social, por conflitar com os valores das sociedades em que viviam, começa-se também a aparecer o interesse dos cientistas sociais em estudar esses grupos. A partir desse momento, é que começa a existir uma problematização sociológica a respeito da juventude, entrando mais a fundo sobre o que é ser jovem, como esse grupo social se constrói. Em um primeiro momento desse tópico, abordarei as correntes que se debruçaram sobre os estudos de juventudes; em um segundo momento, abordarei o tema das juventudes tendo como foco as ocupações.

Nas teorias de interpretação da juventude, tivemos algumas correntes que começam a trabalhar esse grupo, enquanto objeto de estudo. Nesse sentido, as primeiras pesquisas foram desenvolvidas em Chicago, em uma abordagem estrutural-funcionalista em que “... a juventude é um tempo de integração social, uma mera transição para a vida adulta, sendo assim, a juventude ocupa-se de uma socialização secundária” (GUIMARÃES; GROPPPO, 2022). Essa abordagem trata a juventude como momento de passagem para vida adulta, em que o jovem é introjetado por valores e condutas, pelas socializações da escola e da família, as quais irão guiá-los para chegar à vida adulta de forma plena. Já quando o jovem não segue o caminho estipulado por essa rota pré-traçada de socialização, é considerado como “desviante” e como uma “falha” no processo de socialização. Essa interpretação buscava dar conta dos fenômenos urbanos e da violência e vandalismo protagonizados por grupos juvenis que, segundo essa perspectiva, estariam agindo contra os valores da sociedade. Assim, a juventude entra no foco da ciência enquanto problema a partir de uma perspectiva da socialização e do desvio.

Uma outra corrente vem em seguida romper com essa perspectiva de juventude como apenas fase de transição para vida adulta. Buscando entender a juventude enquanto um conjunto de indivíduos que partilham do mesmo movimento histórico e carregam algumas experiências comuns, características essas entendidas por “unidade de uma geração”, essa unidade é desenvolvida pelo que o Mannheim chama de locação social “A unidade de uma geração se constitui, essencialmente, pela locação similar de certo número de indivíduos, na sociedade.” (MANNHEIM, 1952, *apud* FORACCHI, 2018, p. 290). Essa locação se dá pelo momento histórico no qual essa geração se encontra, a estrutura na qual estão inseridos, e as interações sociais que fazem. A interpretação da corrente geracional entende a importância das vivências desses jovens para além das instituições tradicionais, e que essas outras socializações jogam um papel importante na formação desses jovens.

Nessa virada interpretativa, percebe-se que a ideia de juventude abandona a naturalização, enquanto fase de vida homogênea e fechada nas instituições tradicionais, e passa a dar conta da fluidez com que a juventude se constrói a partir das condições histórico-culturais as quais estão imersas. O ganho analítico dessa corrente nos permite compreender que não é possível estudar a juventude por si só sem compreender as outras variáveis que estão em volta, fomentando a vida desses atores. Um erro recorrente encontra-se na naturalização do jovem enquanto atribuído a determinados papéis e posicionamentos, os estudos do Nuno Miguel Augusto (2008) nos mostram como os estigmas atribuídos à juventude trazem uma naturalização do jovem, ou enquanto “rebelde sem causa” ou enquanto “alienado apático”, quando na verdade o que temos são momento históricos distintos em que uma geração está mais ativa politicamente e outra está mais contida.

A relação entre juventude e política tem obedecido a uma diversidade de interpretações, que oscilam frequentemente entre uma visão “romântica” e uma visão pejorativa, dependendo do modo como os jovens reagem a diferentes contextos sócio-históricos. Se, nuns casos, os jovens surgem como uma geração questionadora dos valores políticos erigidos pelas gerações anteriores, noutros, surgem como uma geração “endemicamente apolítica”, desinteressada e fracamente envolvida nos processos democráticos. (AUGUSTO, 2008, p. 2)

Obviamente, existem fatores contextuais que marcam a socialização política de cada um destes grupos etários, com especial destaque para as cortes mais velhas, cuja juventude foi vivida em contextos pré-democráticos, nada férteis em discussão política. Parece-nos, portanto, que os dados evidenciam mais a presença de efeitos geracionais, resultado do contexto em que cada corte viveu a sua juventude, do que de efeitos de idade ou de ciclo de vida, tão frequentemente utilizados para explicar o desinteresse político juvenil. (AUGUSTO, 2008, p. 9)

Noutros casos, responsabiliza-se o contexto vivido pelas novas gerações, marcado pela insegurança e incerteza, que resulta num fraco sentimento de pertença à comunidade. (...) Também neste caso, não são os jovens, a sua idade ou a sua posição na transição a definir a sua maior ou menor mobilização política, mas um conjunto de características sócio-políticas que marcam o contexto que experimentam e que, em grande medida, escapam ao seu controle. (AUGUSTO, 2008, p. 8)

Uma outra corrente busca responder a essa questão, entendendo a juventude como um conjunto diverso, no qual a cultura juvenil está diretamente associada à pertença de classe e a diversos outros recortes que influenciam a vivência da cultura juvenil por parte desses jovens. Essa outra interpretação complexifica ainda mais o debate, ao indexar outra variável não tão debatida pelas correntes anteriores. O debate geracional dá conta de desnaturalizar a juventude enquanto mera transição entre a vida em família e escolar, para uma vida em sociedade, dando importância central às socializações que essa juventude passa para além das consideradas primárias e da socialização nas instituições tradicionais. Por conseguinte, o

debate classista busca mostrar que essas socializações estão imbuídas de uma influência direta do lugar em que esse sujeito ocupa na sociedade e como esse lugar incide sobre sua trajetória. Assim, essa corrente é crítica a qualquer conceitualização da juventude por entender que as condições sociais e de classe se sobrepõem a qualquer tentativa de conceituação de juventude.

(...) para a corrente classista, a reprodução social é fundamentalmente vista em termos de reprodução de gênero, de raça, enfim, de classes sociais. Por esta razão, os trabalhos desenvolvidos na linha desta corrente são, em geral, críticos em relação ao conceito mais vulgar de juventude – isto é, quando aparece associada a uma fase de vida-, e acabam mesmo por ser críticos em relação a qualquer tipo de conceito de juventude, já que, mesmo entendida como categoria, acabaria por ser dominada por relações de classe. De acordo com esta corrente, a transição dos jovens para a vida adulta encontrar-se-ia sempre pautada por desigualdades sociais: quer a nível da divisão sexual do trabalho, quer, principalmente, a nível da condição social. (PAIS, 2003, p. 56)

O trabalho da Myriam Moraes entrevistando 11 jovens universitários, sendo eles seis homens e cinco mulheres solteiros, buscou compreender o caminho pelo qual esses jovens buscam uma mobilidade social no espaço acadêmico; para além disso, também nos mostra como cada trajetória está diretamente ligada às condições materiais, às identidades sociais e aos percalços que esses jovens passam.

Delimitar esse universo de pesquisa em termos de sua situação e condição de classe implicou observar a elaboração de distinções sociais feitas tanto sob o ponto de vista da história familiar como em relação ao campo de possibilidades que está disposto para cada um dos entrevistados. Dessa forma, durante a pesquisa foi dada atenção à trajetória social, às redes de pertencimento, às experiências de mobilidade da família e de cada um dos entrevistados e do contato destes com grupos e círculos que afetam sua visão de mundo e estilo de vida (Velho, 1994). O lugar social que constroem, nesse momento de suas trajetórias, define, nos termos de Ortner (2003), um projeto de classe, constituindo um desejo de mudança de posição e de um investimento constante na construção da identidade de classe (LINS DE BARROS, 2010, p. 87)

A mobilidade social que caracteriza a trajetória desses jovens deve ser pensada a partir de suas biografias e das trajetórias familiares. Elas são fundamentais para entender como jovens oriundos de famílias de baixa escolaridade, com condições de trabalho precárias, entraram para a universidade e estão buscando postos de trabalho que mais se aproximam de suas aspirações profissionais e financeiras, identificadas pelo prestígio e status. (LINS DE BARROS, 2010, p. 87-88)

Percebe-se que questões como gênero, sexualidade, classe social, território, entre outros, jogam um papel fundamental na forma como esses jovens planejam suas vidas e buscam de forma diferente uma ascensão social. Entendendo a crítica feita dos teóricos classistas a uma interpretação de juventude, que não dá conta das relações de classe que permeiam a vida desses atores, essas considerações não eliminam a análise geracional e nem os estudos de juventude, apenas trazem à tona uma perspectiva que enfatiza formas diferentes

de se viver essa condição, importantes de serem consideradas. Emerge daí a necessidade de compreender a juventude, enquanto uma condição plural, por isso o uso do termo “juventudes”, no sentido de que se vive essa condição dentro de um momento histórico, em que esses atores participam ativamente, seja se colocando em movimentos coletivos ou grupos, ou seja, através do consumo de tecnologias e da cultura, sempre em um processo intenso de troca com outros atores na mesma condição.

1.3 Juventude, política e movimento estudantil: Busca por uma voz ativa

A relação entre os jovens e a política é um tema recorrente, tanto no âmbito da sociologia quanto na sociedade de uma forma geral. No segundo caso, o recorrente é analisar a juventude sob dois prismas, já citados no tópico anterior, entre o idealismo e o apatismo. O que podemos perceber nessas visões são julgamentos intrageracionais, em que uma geração, que já se tornou adulta, faz uma leitura da geração atual sob o mesmo prisma que foram lidos por outra geração anterior a si, e essa leitura repousa em regra sobre esses dois polos. Esses estigmas são naturalizados de tal forma na sociedade que a figura do jovem se torna caracterizada por uma rebeldia sem causa, como no clássico filme, ou a do jovem hedonista caracterizado pela intensidade na busca por lazer, uso de substâncias alucinógenas e a relação com a sexualidade.

Os estudos de juventude mais focados no campo da política nos mostram que, diferente do que se pensa a respeito no senso comum, a relação entre juventude e política se dá em um contexto histórico e cultural em que essa geração se encontra. No seu estudo sobre participação política, já citado no tópico anterior, Nuno Miguel (2008) nos mostra que a juventude socializada em época de ditadura salazarista tem uma visão muito mais positiva da democracia e tem mais participação na vida política do que a juventude socializada em um momento mais estável de plenas liberdades democráticas. O que confirma de certa forma um dos pontos da corrente geracional sobre a juventude. Um outro fator interessante apontado pelo autor, no survey que ele analisa, é que a participação política da geração do final da década de 1990 e início da primeira década deste século em Portugal nos mostra uma proximidade imensa entre a participação política da juventude e os níveis de interesse sob o tema em escala etária, mostrando que dentre os mais “desinteressados” estavam não os jovens, e sim os com mais de 60 anos.

Contrariamente ao que é referido, os dados nacionais revelam uma grande proximidade entre o nível de interesse revelado pelas gerações mais velhas e pelas gerações mais novas, pondo em causa a centralidade do critério etário e, por conseguinte, os argumentos centrados na “irresponsabilidade temporária”. (AUGUSTO, 2008, p. 8)

Esses dados só servem para nos mostrar que a esse julgamento, a respeito da juventude trata-se, na realidade, de um retrato mais amplo em que os adultos e os idosos também fazem parte, porém as críticas se concentram nas novas gerações, naturalmente vinda das gerações anteriores (BOURDIEU, 1983). Saindo de uma análise mais geral a respeito do estigma e entrando mais no conteúdo dele. O principal estigma que se constituiu de 1980 até a primeira década do século XXI foi o de uma apatia quanto aos assuntos relativos à participação e à política. Essa afirmação, que nasce de um senso limitado de participação, é desmontada por estudos que buscam compreender o universo desses grupos juvenis, os novos modos de interação, entretenimento, participação, vivências, que moldam essa juventude atual. As formas de participação juvenil são remodeladas a partir de um descrédito dos movimentos partidários, que fazem com que os jovens busquem movimentos políticos que fujam aos modelos antigos (CASTRO, ABRAMOVAY, 2009; BITTENCOURT, 2021).

Desde a década de 80, a juventude tem definidos novos parâmetros no que concerne à sua participação política na sociedade. Emergem, em nosso dia a dia, diversos movimentos jovens que não mais se resumem às organizações partidárias, sindicatos e grêmios estudantis. Também as temáticas suscitadas por esses movimentos não mais se orientam seja para mudanças sociais macro formatadas, seja para questionamento do sistema capitalista como a luta pelo socialismo. Mas, em contrapartida, indo contra a corrente de análises lineares, não necessariamente as que insistem em mudanças sociais e lutas político-partidárias e sindicais desapareceram ou se colocaram de forma dicotômica. Ao contrário, como já sublinhado na apresentação do perfil de grupos participantes da 1ª Conferência Nacional de Políticas de Juventude, em abril de 2008, muitos combinavam frentes de lutas identitárias com debates sobre sistemas sociais, o que, adianta-se, não é tão enfatizado na literatura sobre juventude e participação da década de 90, no Brasil (CASTRO, ABRAMOVAY, 2009, p. 29).

Voltando ao Nuno Miguel, um dos questionamentos que o autor levanta é que se julga a juventude pela sua rejeição às instituições e à participação dentro desses espaços, porém julga-se que nessa incompatibilidade o problema seja os jovens, e não a limitação dessas instituições. No texto, são levantados três pontos a respeito da razão pela qual o jovem se afastou das instituições

A) A dimensão da desinstitucionalização, que resulta num afastamento dos modelos institucionalizados de participação (sobretudo os partidos); B) A dimensão da relação com as elites, que resulta num abandono do tipo de ação política conduzida por elites (elite driven politics, Watts, 1990), resultante quer da

desinstitucionalização, quer do aumento das competências políticas das gerações mais novas; C) A dimensão da privatização – que resulta numa crescente privatização das lógicas e das agendas de ação política, mais centradas na experiência quotidiana e menos dependentes das agendas e dos modelos institucionalmente propostos (AUGUSTO, 2008, p. 7)

Dentro desse quadro, levantado para explicar o afastamento do jovem português da política, temos alguns pontos fundamentais para entender a participação política da juventude de uma forma mais ampla. Desde antes desse período analisado por ele, e mais fortemente na década de 1980, temos a emergência de novas formas de mobilizar-se politicamente, que se colocam para além da perspectiva tradicional partidária. Esse ponto específico será analisado no capítulo específico sobre participação política e novos movimentos sociais.

A juventude, a partir desse momento, começa a se interessar por essa forma de atuação, na qual entra o terceiro ponto levantado pelo autor, ou seja, essas novas formas de mobilização permitem aos atores se filiarem a movimentos em que se sentem pertencidos e que cuja agenda os cativa. Um dos motivos que a juventude se afasta da política institucional é que esses espaços têm uma agenda que não pauta as questões que interessam a esses grupos, normalmente impondo que eles se encaixem em uma agenda política de interesse dos partidos e dos grupos já estabelecidos.

Importa, no fundo, repensar até que ponto serão os jovens a afastar-se da política, ou a máquina política a afastar-se deles. Em muitos casos, o desinteresse é assumido como uma resposta cínica de desagrado relativamente ao funcionamento do sistema político, em grande medida porque este revela incapacidade para responder aos valores e às expectativas dos jovens. (AUGUSTO, 2008, p. 8)

Um destes traços geracionais é, claramente, a desinstitucionalização das práticas políticas dos jovens e, muito em particular, o seu afastamento das lógicas partidárias e conduzidas por elites. Trata-se de uma das características associada à sociedade do risco, aos processos de individualização e a uma crescente autonomização das práticas políticas, que se transferem tendencialmente para domínios não convencionais. (...) Em certa medida, podemos falar de uma deslocação do terreno partidário para o terreno associativo, como verifica Muxel (1996; 2001c). No entanto, estes espaços de revinculação acabam por revelar uma outra dimensão da relação entre jovens e política – a valorização da esfera privada e do quotidiano. O tipo de associativismo privilegiado pelos jovens (desportivo, cultural ou recreativo) revela particularmente bem esta tendência. Trata-se de uma estratégia de reclusão nos domínios privados que, admitimos, possa revelar uma espécie de resposta cínica (e privada) à contínua incapacidade dos instrumentos institucionais para gerar interesse, confiança e, logo, mobilização política. Como diz Beck, é o “lado de fora virado para dentro e tornado privado” (1998: 133, sublinhado no original) e as instituições políticas são parte importante deste processo (AUGUSTO, 2008, p. 14)

Coloco um outro ponto a essa desconfiança do jovem das instituições e sua busca por outros espaços: o cerceamento de um papel ativo da juventude nos espaços institucionais. Um dos pontos levantados pelo autor é a existência de uma elite política, que de fato não é

atraente aos olhos dessa juventude, porém o que determina o afastamento é a exata consequência dessa hierarquização da política institucional, que é a desvalorização do jovem em detrimento do mais velho. Nos partidos e na política institucional de uma forma geral, é valorizado o mais velho, mais experiente e mais articulado, esse tipo de preferência mina qualquer possibilidade dos jovens desempenharem um papel de influência dentro desses espaços. O principal ponto que eu anexo a essa análise do Nuno Miguel é o da busca da juventude por uma voz ativa, esse é o ponto central para compreender a mobilização do jovem em outras formas de participação.

Saindo do desencanto do jovem para com o Estado e seus espaços, quero entrar no encantamento do jovem para com os novos movimentos sociais e as formas alternativas de participação. Esses movimentos começam, como foi falado anteriormente, a partir da segunda metade do século XX, principalmente ligados aos direitos civis em pautas tidas como identitárias, os movimentos feministas, antirracistas, ambientalistas, de direitos LGBTQIAPN+. Esses movimentos foram fomentados pela juventude, que embarca intensamente e busca participar desses espaços. Desde então, esses novos movimentos sociais se consolidaram, e tornaram-se uma realidade que não se pode ignorar. Dentro desses novos espaços, os jovens conseguiram, o que não lhes foi permitido nos espaços institucionais, o protagonismo no processo político.

Historicamente a juventude sempre participou dos movimentos sociais. Mas, a partir da metade do século XX, o jovem definitivamente irrompe à esfera política, passando de sujeitos passivos e invisíveis nos processos de mobilização, a sujeitos que protagonizaram rebeliões, ganhando protagonismo no espaço público. Pode-se mencionar os casos de Berkeley (1964), Paris, Roma, Praga e México (1968), os mais conhecidos dessa mobilização juvenil. (SANTOS, 2010, p. 20-21)

Uma das mudanças mais recentes da participação política é a democratização do acesso à *internet* e às Tecnologias de Informação. Esses instrumentos permitiram um contato imediato e sem fronteiras entre as pessoas, o que fomentou uma luta política local que se desloca para fronteiras globais, em um processo em que o macro e o micro se retroalimentam, uma pauta global que se materializa localmente em coletivos sociais. Esse fomento permite um contato direto entre realidades distintas, sob uma mesma pauta, seja ela de caráter identitário, com a luta pelos direitos reprodutivos das mulheres, pelos direitos LGBTQIAPN+ e do movimento antirracista. Um exemplo claro disso foi o movimento *Black Lives Matter*, que se inicia em protesto ao assassinato do George Floyd por um policial branco nos EUA e se espalha em todo o mundo em um movimento de luta contra o racismo. Assim, os movimentos antirracistas de todo mundo ganham visibilidade, buscando pautar a violência

policial em suas realidades locais. Consequentemente, fenômenos locais de violência e injustiça começam a ter relevância global, mobilizando atores dos mais diversos lugares em uma luta conjunta.

O mundo contemporâneo tem se transformado constantemente de maneira acelerada, afetando as mais diversas esferas da vida e produzindo um forte impacto na produção da subjetividade, especialmente dos jovens que, diante da fase de transição no decorrer do seu desenvolvimento, vivem tempos de indefinições e incertezas. (SANTOS, 2010, p. 19)

A reivindicação das juventudes também tem sido um tema recorrente de debate, no início do século XXI, uma vez que ganha novas formas, ainda mais complexas e dinâmicas, de ação política por conta dos avanços trazidos pelo advento das Tecnologias de Comunicação e Informação (TICs), que permitem a interação constante e respostas instantâneas entre seus atores. (SANTOS, 2010, p. 20)

Destaque-se, nesse sentido, que apesar do fenômeno da globalização dimensionar as lutas no aspecto macro, global e transnacional, para além das fronteiras do Estado-Nação, o que ocorreu foi exatamente o fortalecimento das dimensões locais, territorializando-se as lutas e demandas em um aspecto regionalizado. Denota-se haver um processo simultâneo de expansão e, ao mesmo tempo, de contração das fronteiras globais, a partir da globalização e da Era Informacional, na medida em que a penetração do global interfere diretamente no âmbito local, transformando o sistema econômico, social e cultural. (SANTOS, 2010, p. 21)

Uma das características principais desses movimentos é a forma como se mobilizam e buscam agência para determinada questão. São em geral movimentos focados em uma questão específica e com atores das mais variadas perspectivas e posições, os quais se unem em torno de um ponto específico, por isso são movimentos cíclicos e focados, daí a intensidade na forma com que agenciam e buscam modificações estruturais em uma questão bem específica. Diferente dos movimentos sociais tradicionais, que têm um conteúdo programático amplo e bem desenhado, com pautas históricas, os novos movimentos sociais buscam agência em um determinado ponto da realidade, juntando diversos atores que pensam aquele ponto e se mobilizam momentaneamente de forma articulada para atingi-lo.

Os novíssimos movimentos sociais, são movimentos com um ciclo de mobilização muito intenso e dinâmico, pois não possuem programas nem pautas, bem delimitadas e definidas, caracterizando-se, na maioria das vezes, pela reclamação de condições específicas, sem conter um sentido determinado (SANTOS, 2010, p. 21)

Por conseguinte, nesse aspecto, também os caracteriza por raramente serem movimentos programáticos, frente à ausência de propósitos delineados e planejados no tempo e no espaço. Essa explicação se sustenta, em razão da ausência de uma unidade ideológica que os interconecta suficientemente, para prolongar-se no tempo-espaço. (SANTOS, 2010, p. 26)

Difícilmente, esses movimentos se institucionalizam ou criam alguma estrutura hierárquica, pois são movimentos que fluem entre um pico de participação, quando sua pauta está em alta, e tendem a se amainar quando deixam de ser o foco de luta principal. Esses movimentos se mobilizam pelo sentimento gerado nos atores, que hora estão mais entusiasmados e hora estão mais arrefecidos. Assim, as práticas desses movimentos buscam trazer mais capacidade de agência, através da midiatização do movimento, o que modifica o sentido da ação política tradicional para uma ação conectiva.

De acordo com Castells, passou-se de uma lógica de ação coletiva tradicional para uma lógica de ação conectiva, na medida em que as recentes mobilizações estão baseadas em estruturas e formas de organização menos rígidas e com características bem específicas e construídas a partir das redes sociais virtuais. (SANTOS, 2010, p. 24)

Cabe registrar que os novíssimos movimentos sociais preferem formas não convencionais de ação política, conflitando, por sua vez, com alguns valores dominantes, como a organização de Ação Direta (AD), tendo em vista sua repercussão, na medida em que causam maior impacto entre a população. A estratégia política central desses movimentos é alcançar a maior visibilidade possível, com as ações por eles organizadas, fazendo-se repercutir as pautas nas suas *mass* mídias, com as quais desejam potencializar, ganhando mais adeptos. (SANTOS, 2010, p. 26)

Apresentada a definição do que são os novos movimentos sociais, passamos agora para compreender quais características desses movimentos que cativam a participação dos jovens neles. Relacionando a análise do Nuno Miguel a respeito dos motivos pelos quais a juventude se afastou da política institucional, aos pontos levantados por Abramovay e por Cristiano Santos, é perceptível que ao mesmo tempo que os jovens saem de cena dos espaços institucionais da política, eles entram em cena em outros espaços.

As questões levantadas por Nuno Miguel sobre o que desmotiva os jovens a participar dos partidos é o que os levam a terem preferência, de certa forma, pelos novos movimentos sociais. A primeira questão é a da fuga do modelo institucional tradicional, que é motivo de desconfiança, e a busca por formas de participação que sejam permeáveis a novos atores. A segunda questão é a repulsa pela hierarquização presente nos partidos políticos, que privilegiam os que têm mais tempo de partido (em geral os mais velhos) e silenciam vozes mais recentes (normalmente os mais jovens). A partir disso, os jovens se interessam por movimentos que tenham mais horizontalidade, que permitem que esses atores tenham a mesma importância e legitimidade que os demais; e a terceira questão é que a agenda pública estatal é pautada por demandas dos partidos, partidos esses que têm uma hierarquia que privilegia as pautas dos “mais velhos”, e deixam de fora as pautas do interesse desses jovens.

Assim, os jovens tendem a preferir se mobilizar nos movimentos sociais que especificamente tratam das pautas que os afetam.

Essa característica é resultado imediato do rechaço dos representantes políticos pelos representados, ao sentirem-se traídos e manipulados em sua experiência com a política habitual. Por esse motivo, esses jovens preferem formas de participação mais diretas, acessíveis e interativas, eliminando a intermediação ou a delegação. (SANTOS, 2010, p. 25)

A partir dessas três questões, temos uma percepção que os novos movimentos sociais dão conta das debilidades que impedem a participação política desses atores nos espaços mais tradicionais e, por isso, conseguem atrair de maneira mais intensa o interesse e o entusiasmo dos jovens. Permitindo-os que exerçam o protagonismo do movimento e se vejam pertencentes, conseguindo exercer a liberdade ao mesmo que se unam em prol de uma causa.

Neste contexto, Monterde, ao abordar a horizontalidade, destaca que ela potencializa a auto-organização e a cooperação entre os corpos, denominando-a de multiplicação horizontal da autoformação. (SANTOS, 2010, p. 26)

A horizontalidade do movimento representa a ausência de hierarquia entre os participantes, de maneira que, qualquer pessoa que o integre possa questionar, divergir ou até desrespeitar códigos entre eles, enfatizando a dimensão da liberdade, e que acaba por criar um sentimento de solidariedade muito maior entre os participantes, por estarem todos na mesma posição entre eles e frente ao movimento. (SANTOS, 2010, p. 25)

A participação ativa é permitida através de dois pontos principais desses novos movimentos sociais, a descentralização e a autonomia. A natureza descentralizada desses movimentos é facilitada pela forma como ela é constituída de forma aberta e não formatada, modificando-se de acordo com o nível de envolvimento dos atores. A autonomia vem da independência desses movimentos em relação às instituições, construindo-se conforme os atores se articulam e se mobilizam em torno da pauta.

A estrutura descentralizada maximiza as chances de participação no movimento, já que ele é constituído de redes abertas, sem fronteiras definidas, sempre se reconfigurando, segundo o nível de envolvimento da população em geral. (SANTOS, 2010, p. 27)

Já a autonomia é a possibilidade de o movimento ser independente de estruturas, mobilizando-se e definindo-se, conforme as deliberações tomadas pelos seus membros. Foi possível verificar, pelas respostas dos jovens entrevistados, que não querem transferir seus desejos, sonhos e expectativas a representantes ou delegatários, pois preferem fazê-lo pessoalmente, na perspectiva da política do ato, em que o jovem “vai lá e faz”. (SANTOS, 2010, p. 27)

Um último ponto para compreender a participação política da juventude está ligada à íntima relação entre política e cultura. Movimentos culturais como o Hip Hop, Punk e outros mobilizam circuitos de afetos da juventude em torno de temáticas que fazem parte de suas realidades e, através desses espaços de cultura, fomenta-se uma politização desses atores. Dificilmente se vê um jovem que tenha entrado no mundo do Rap ou do Hip Hop através de leituras sobre raça ou classe social, o que ocorre com frequência é o inverso. A cultura potencializa a politização ao tornar mais sensível e concreto conceitos e ideias presentes no debate político, sem contar na questão lúdica como uma forma atrativa, e não menos politizada, ela é catalisadora de revolta e transformação, de uma mobilização social em prol de direitos e de uma mudança estrutural. Assim, é importante perceber a política e a cultura enquanto intimamente ligadas e possibilitam a criação de espaços leves, atrativos e mobilizados. Diversas pessoas, mesmo que presentes nesses espaços de cultura, por um outro motivo que não o da luta política, estão em um momento que o filósofo francês Jacques Rancière vai chamar de partilha do sensível, no qual:

(...) a existência de um comum e dos recortes que nele definem lugares e partes respectivas. Uma partilha do sensível fixa portanto, ao mesmo tempo, um comum partilhado e partes exclusivas. Essa repartição das partes e dos lugares se funda numa partilha de espaços, tempos e tipos de atividade que determina propriamente a maneira como um comum se presta à participação e como uns e outros tomam parte nessa partilha. (RANCIÈRE, 2005, p. 15)

Concluído esse primeiro momento de discussão a respeito da participação política da juventude de maneira mais ampla, passaremos a discutir como essa participação política se dá no Brasil, e mais especificamente no contexto do movimento estudantil e do movimento de ocupações de 2016. Antes, é preciso entender o que fomenta essa participação. Um ponto principal trabalhado por Kimi Tomizaki é o da socialização política:

:

A socialização política, por sua vez, é uma das dimensões do processo de socialização, e diz respeito especificamente à transmissão e à aquisição de valores, condutas, percepções e preferências sobre política. Sendo assim, podemos afirmar que todo indivíduo é socializado politicamente, embora as características e efeitos desse processo possam variar enormemente: em um plano micro, segundo a origem social, trajetória familiar, nível de instrução, ocupação ou profissão dos indivíduos; e em um plano macro, em função de determinadas conjunturas econômicas, sociais e políticas. (TOMIZAKI, 2016, p. 938)

Percebe-se, então, a relação direta entre as práticas políticas dos jovens e a sua trajetória, entendendo por trajetória as vivências, os espaços e os lugares sociais nos quais esses jovens estão relacionados. A partir dessa perspectiva, podemos notar que os jovens dos

ocupas estão diretamente ligados a uma posição em comum, a de estudantes de ensino público, e é justamente nessa posição que eles partem para a contestação de medidas que os atingem enquanto coletivo. Trata-se, então, de um processo duplo, no qual há uma dimensão individual dos jovens, ligadas às aspirações concretas e às vivências de cada um deles e à dimensão coletiva que abrange as reivindicações deles, enquanto grupo social, quando ocorre a “passagem” ou melhor a “junção” entre essas duas dimensões ocorre a formação de grupos interessados em buscar soluções para as demandas sociais (TOMIZAKI, 2016).

Para além dessas formas mais tradicionais de socialização política, a *internet* e as redes se tornam também um campo fundamental para essa formação, sendo espaços habitados principalmente pelos jovens, que por fazerem parte de uma geração adaptada desde cedo a esses instrumentos, dominam com bastante naturalidade esses lugares. Desde fóruns de *internet*, redes sociais, páginas de notícias e plataformas audiovisuais, os jovens consomem tudo que a *internet* tem para oferecer, informando-se em tempo real e compartilhando com outros jovens de outros lugares as experiências nas diversas práticas em que estão inseridos.

Nesse sentido, o processo de socialização estaria, atualmente, ocorrendo em circunstâncias diferentes, nas quais a *internet* aparece como mecanismo central de outro tipo de socialização política. Ao aumentar a comunicação, além de unir grupos e indivíduos diferentes que nunca haviam tido contato anteriormente, a *internet* possibilita aos jovens assumirem comportamentos e causas de natureza social e política de seu interesse, constituindo-se — no que refere Feenberg —, como uma tentativa de conduzir a tecnologia para fins mais democráticos. (...) o uso de redes sociais via *internet* se constitui como uma parte da subcultura da jovem geração contemporânea. (BAQUEIRO, 2016 p. 992-993)

Esse canal tem sido utilizado pela juventude que, descrente das organizações tradicionais de mediação política, passou a buscar novas formas de engajamento político. As características da *internet*, sobretudo no que diz respeito aos aspectos de interatividade e anonimidade, diferem significativamente dos meios de comunicação do passado (FRIESTAD; WRIGHT, 2005), e, como tal, provavelmente têm um efeito na socialização tradicional. Essa evolução nas tecnologias revolucionou a estrutura tradicional de relacionamento, sendo a solidariedade face a face substituída por expectativas abstratas e impessoais e normas de comportamento. Para Anderson e McCabe (2012) esse fenômeno estabeleceu a *internet* como um mecanismo moderno de socialização política da juventude, sugerindo que avanços tecnológicos de informação e comunicação podem ser poderosos indutores de atitudes e de comportamentos dos cidadãos. Segundo Area, hoje em dia “el joven [...] que no tiene un espacio propio y reconocible en *internet* no existe en el ciberespacio y, en consecuencia, está aislado y sin identidad en el ecosistema de comunicación digital”. (BAQUEIRO, p. 993, 2016)

A utilização desses instrumentos se mostra fundamental para a escala das ocupações no Brasil na segunda onda, permitindo que os jovens estudantes de escola pública acompanhassem em tempo real toda mobilização iniciada no Paraná e tivessem o ímpeto para concretizar os ocupas em suas escolas. Além disso, a *internet* e as redes sociais também

serviram para que os estudantes se comunicassem entre si e entre as ocupações, que buscassem informações sobre o que ocorria em tempo real acerca as pautas que estavam encampando, e também para que pudessem fazer a prestação de contas do movimento para sociedade, através de páginas de *Facebook*.

Trazendo o debate sobre participação e socialização política para um cenário mais recente, a pesquisadora Marília Sposito discorre sobre a participação dos jovens nas Jornadas de Junho e das ocupações estudantis. A autora enfatiza a mudança que ocorre no cenário da ação coletiva, principalmente na forma de organização, o qual vai para além das formas tradicionais, como os movimentos sociais e partidos; outras formas são introduzidas, como coletivos, ocupas, dentre outros. Essas novas formas de organização buscam a horizontalidade e são espaços plurais com diversas linhas ideológicas que se juntam em uma ação política em busca de uma mesma pauta (SPOSITO, 2021).

A militância dentro de movimentos tradicionais parte de uma série de renúncias pessoais, como a de estilo de vida, disponibilidade e custos materiais, que envolvem a ação desses atores, sem contar que, ao fazer parte do movimento, ele tem que aderir às pautas que aquele movimento abarca, e criar uma relação de representação mútua, abdicando de suas visões pessoais de mundo em nome da perspectiva do movimento. Porém, existem ganhos significativos na escolha pela militância em movimentos ou partidos, como a potência que a mobilização coletiva institucionalizada fomenta, a satisfação pessoal do agir de coletivamente por motivos justos, a admiração dos demais atores, sociabilidade e fraternidade que esses espaços permitem, e o ato desempenhar papéis dentro do movimento ou partido (SPOSITO, 2021).

Dentro das novas formas de ação social, compreende-se o ator enquanto ativista de uma causa, podendo ele ter outras vinculações e perspectivas ideológicas fora do movimento, contanto que partilhe daquela pauta específica, a qual o movimento defende, essa forma de mobilização permite mais individualidade, definições das agendas e ações é feita de forma mais horizontal, dado fato de não existirem lideranças estáveis (SPOSITO, 2021).

A participação do jovem no Brasil é bastante ligada ao movimento estudantil, desde a época da Ditadura Militar, na qual os jovens, através da UNE (União Nacional dos Estudantes), mobilizaram-se no enfrentamento político à ditadura. É possível visualizar uma constante participação dos estudantes nesse ambiente, visto que o protagonismo deles dentro da UNE e das entidades estudantis sempre foi uma constante dada à natureza do movimento, porém outros horizontes de enfrentamento são abertos com a vinda dos novos movimentos sociais.

Os movimentos de direito à cidade são um dos principais motores de mobilização da juventude que, como podemos observar, em vasta literatura sobre bandos, galeras e nos movimentos culturais como o hip hop. A cidade é vista enquanto espaço público e palco para suas manifestações e vivências. Dentro da minha realidade, pude presenciar o fenômeno do Ocupe Estelita (2008)⁴ em Recife, que foi uma ocupação em resposta à compra do Cais José Estelita em um leilão fraudulento pelo Consórcio Grande Recife, com a intenção de construir 12 torres de 40 andares nesse espaço, em um processo de gentrificação da cidade. Outras ocupações no mesmo sentido ocorreram (Ocupe Cocó, Ocupe Golfe, Ocupe Parque Augusta), sempre com uma forte presença jovem no enfrentamento. Outros embates dentro do direito à cidade são travados, dentre eles o mais conhecido e que gerou o que foi conhecido como Jornadas de Junho é o Movimento Passe Livre, que luta pela gratuidade no transporte público.

Certamente, o movimento das Jornadas de Junho são fundamentais para compreender a participação política da juventude, na qual começou no enfrentamento ao aumento da passagem de ônibus, e terminou na efervescência das ruas em protesto ao governo Dilma. É um momento complexo que se mistura um descontentamento com medidas econômicas e com a política tradicional pelo lado da esquerda, e um movimento reacionário e antidemocrático, que atacava o regime democrático e especificamente o Partido dos Trabalhadores pelo lado da direita e da extrema direita (PT).

Desde então, os ânimos políticos exaltados junto com uma manobra política e jurídica derrubam o governo da Presidenta Dilma Rousseff, assumindo o então vice Michel Temer. A partir desse momento, o enfrentamento se intensifica, e chega ao momento em que a pesquisa busca analisar: o processo de ocupações estudantis em resposta à PEC do teto de gastos, à reforma do Ensino Médio e à PL da Escola Sem Partido. Essas ocupações começam pelo Paraná e, através da articulação dos estudantes através dos grêmios estudantis, das instituições estudantis e das redes sociais, espalham-se rapidamente por todo o Brasil. Em resposta a esse processo, o Estado começa uma ofensiva judicial, policial e midiática contra os estudantes, utilizando todos os instrumentos possíveis a fim de desarticular e desacreditar os estudantes para desocupar as escolas.

Uma vez dado o contexto histórico, antes de entrar nos pormenores do movimento de ocupações estudantis, voltemos um pouco à questão da participação política dos jovens e do estigma e falemos sobre a relação escola e juventude, esses dois pontos são importantes para entendermos as ocupações. Dentro do processo de estigma da juventude, temos como um dos principais catalisadores: a mídia. Através dos discursos midiáticos, que colocam o jovem

⁴ https://brasil.elpais.com/brasil/2015/11/30/opinion/1448840154_656256.html

enquanto “irresponsável”, “alienado” e “apático”, temos um processo conceituado pela Miriam Lacerda como a “diabolização” do jovem que, ao colocar essas conceituações sobre eles, busca impor uma forma de ser e agir tutelada pelos “adultos”.

A expressão diabolizado foi por mim escolhida a partir da observação de um processo de desvalorização das estéticas juvenis. Quando os adultos dizem: “Fulano é um diabo” querem fazer referência a alguém que desafia constantemente os padrões estabelecidos pelas figuras de autoridade e, com isso, representa uma constante ameaça à ordem social existente. Ao aprisioná-lo sob o conceito de “diabo”, opera-se um desinvestimento nas características que diferenciam os jovens entre si para reter na consciência, unicamente, as homogêneas. Se olharmos com cuidado para essa prática discursiva ver-se-á que ela emerge em um tempo em que, de um lado, se assiste ao ocaso do poder na sociedade de normalização disciplinar e, de outro, mantém-se a ilusão de que tudo se resolveria por essa via. Em muitas circunstâncias, nega-se que a sociedade e os indivíduos mudaram e busca-se, nas antigas fórmulas de gestão da riqueza humana, a resposta para novos conflitos. (LACERDA, 2012, p. 570)

Essa ideia vem como resposta a uma juventude que começa a ter novas formas de subjetivação, que não passam apenas pelas esferas da família e da escola, com o processo de multiplicidade de sentidos produzidos por esses jovens. Dessa maneira, os outros grupos sociais criam uma visão caricatural do jovem que subverte e conflita com o estabelecido. Essa visão tutelada do jovem é perceptível dentro da crítica feita anteriormente às instituições tradicionais e à forma como busca amansar o protagonismo dos jovens.

1.4 Juventude e Escola, teorias e conceitos para pensar essa relação

Pois bem, essa ideia, quando colocada sobre a ótica da escola e das ocupações estudantis, é o exato processo sob o qual os gestores escolares e o Estado operam a descredibilização do movimento, buscando colocar esses jovens enquanto “arruaceiros” e a ocupação como movimento a ser rechaçado, já que eles buscam disciplinar esses jovens a velha forma hierárquica de poder, da qual eles sejam sujeitos passivos e não “diabos” que se insurge a ordem estabelecida. Durante o processo de ocupação, houve momentos em que essa “diabolização” chega ao processo de criminalização, através da perseguição judicial, das ordens de despejo e das tentativas de intimidação dos aparatos de segurança estatal.

Quando observamos as ocupações estudantis e a forma como esses jovens se organizam dentro das escolas e como estruturam o processo de tomada de decisão, é notória a busca por uma forma dialógica e horizontal de convivência. As reuniões, assembleias, aulas expositivas e participativas, oficinas, toda agenda é montada pelos estudantes. Nesse

processo, temos uma questão fundamental a ser explorada: a relação entre a juventude e o ambiente escolar.

O surgimento da instituição escola, enquanto espaço onde são inseridas as crianças e os jovens para serem educados, cria a separação, até então não feita de forma clara, entre a juventude e o adulto. A partir da expansão dessa instituição, ocorre a fermentação do que seria as culturas juvenis, ligadas diretamente a esse espaço povoado por jovens em convívio diário. A partir daí, temos uma relação em que a escola cria a juventude como concebemos e, de certa forma, a escola também é produto das relações sociais estabelecidas por esses atores.

Dado a relação imbricada, é notório o conflito existente entre a instituição escolar e a juventude. Nessa relação conflituosa, voltam os estigmas de hedonistas e egoístas sob os jovens, em uma tentativa de encontrar neles a culpa pela crise, e por parte dos jovens uma visão desinteressada da escola e do cotidiano escolar, tido como tedioso e sem enraizamento em suas vivências diárias. Esse afastamento é consequência de uma série de transformações socioculturais que vão para além desta relação. Dayrell coloca esse debate sobre a importância da escola, enquanto espaço de sociabilidade, onde os jovens podem se comunicar e trocar experiências e se divertirem juntos.

Uma série de estudos sinaliza a centralidade dessa dimensão que se desenvolve nos grupos de pares, preferencialmente nos espaços e tempos do lazer e da diversão, mas também presente nos espaços institucionais como a escola ou mesmo o trabalho. A turma de amigos é uma referência na trajetória da juventude: é com quem fazem os programas, “trocam idéias”, buscam formas de se afirmar diante do mundo adulto, criando um “eu” e um “nós” distintivos. (...) Enfim, podemos afirmar que a sociabilidade, para os jovens, parece responder às suas necessidades de comunicação, de solidariedade, de democracia, de autonomia, de trocas afetivas e, principalmente, de identidade (DAYRELL, 2007, p. 1111)

Para além da instituição escola, enquanto espaço disciplinador, os jovens criam nesses espaços redes e vínculos de amizade que, por vezes, subvertem essas regras rígidas de postura e conduta impostas pela instituição. Além disso, o autor traz a emergência de outros espaços de sociabilidade que tomam o protagonismo que outrora era da escola e da família, provocando uma descentralização das experiências e a diversidade de espaços de socialização que concorrem e, em alguns casos, são até mesmo contraditórios.

O Alexandre Barbosa, na Tese *“A maior zoeira”: Experiências juvenis na periferia de São Paulo (2010)*, aborda as interações sociais dentro do espaço escolar sob um o prisma da sociabilidade juvenil e das experiências. Relacionando as vivências e práticas juvenis ligadas à diversão na periferia de São Paulo com a escola, enquanto espaço onde estão presentes essas manifestações. O autor enfatiza essa dimensão como uma resposta à rigidez do espaço

escolar, e explora as múltiplas dimensões dos jovens estudantes, nas quais a experiência escolar dialoga e conflita com a experiência juvenil. Dialogando com o Dayrell, podemos perceber que a escola, como toda sua importância, não detém o papel hegemônico enquanto espaço de socialização da juventude.

Podemos afirmar que, na sociedade contemporânea, os atores sociais não são totalmente socializados a partir das orientações das instituições, nem a sua identidade é construída apenas nos marcos das categorias do sistema. Significa dizer que eles estão expostos a universos sociais diferenciados, a laços fragmentados, a espaços de socialização múltiplos, heterogêneos e concorrentes, sendo produtos de múltiplos processos de socialização. (DAYRELL, 2007, p. 1114)

No capítulo sobre a instituição escolar, o autor faz uma reflexão a respeito da escola, enquanto espaço desterritorializado, alheio à vizinhança. Os muros e as grades que cercam a escola carregam esse simbolismo.

Esse fechamento das escolas à realidade exterior, ao seu entorno, era uma característica bastante acentuada das instituições que observei. As escolas, de certa forma, não dialogavam com o lugar em que se situavam, não dialogavam com o pedaço em que se inserem, apesar de fazer parte dele e de seu prédio servir como referência espacial. Trata-se, portanto, de instituições públicas estatais que atendem crianças e jovens das regiões em que se inserem, mas de modo extremamente distanciado da realidade deles. (BARBOSA, 2010, p. 81)

Esses pontos aproximam a escola do que o Erving Goffman vai chamar de instituições totais em sua obra *Manicômios, Prisões e Conventos*. Nessa obra, o autor fala a respeito das instituições e da tendência inerente de fechamento, que trata exatamente de buscar trazer os sujeitos cada vez mais para dentro do espaço institucional. As características da instituição escolar, dos muros e grades, do controle rígido de quem acessa o espaço e, uma vez dentro do espaço, do controle do comportamento e do que é permitido e não permitido, a utilização de uniformes e o controle rígido de horários e das saídas de sala para as necessidades fisiológicas, tudo acaba por aproximar a escola de uma instituição total.

Toda instituição conquista parte do tempo e do interesse de seus participantes e lhes dá algo de um mundo; em resumo, toda instituição tem tendências de fechamento. Seu “fechamento” ou seu caráter total é simbolizado pela barreira à relação social com o mundo externo e por proibições de saída que muitas vezes estão no esquema físico. (GOFFMAN, 2015, p. 16)

A aproximação da escola de outras instituições totais como os manicômios e as prisões não são mero exagero, a estrutura institucional da escola acaba por ser um simulacro dessas outras instituições, e as tendências de fechamento podem ser observadas a todo instante, principalmente quanto ao ensino em tempo integral, visto que a escola não é alheia à

realidade, ao acaso, mas sim intencionalmente, e busca tirar os jovens dos problemas de suas realidades e trazê-los para o simulacro escolar. Outra semelhança é com o mundo do trabalho, a disciplina exigida de um trabalhador é colocada também sob o estudantes, com uma jornada de estudo que pode variar de 4 horas até 8 horas a depender de ser ou não tempo integral.

Durante sua tese, Alexandre mostra como os jovens, através da zoeira, e da sociabilidade, subvertem a lógica totalizante da instituição escolar, provocando as regras através das brincadeiras. Esse ambiente rico de sociabilidade, permeado pelo lúdico é também uma forma de resistência às regras impostas pela escola, que uma podemos pensar nessas ações como uma microrresistência, conceito utilizado por James Scott para definir as formas como os camponeses da Malásia atuavam, intencionalmente ou não, para mitigar as opressões e as perdas sofridas pelo avanço das máquinas e pelos fazendeiros.

Micro-resistência entre camponeses é qualquer ato de membros da classe que tem como intenção mitigar ou negar obrigações (renda, impostos, deferência) cobradas à essa classe por classes superiores (proprietários de terra, o estado, proprietários de máquinas, agiotas ou empresas de empréstimo de dinheiro) ou avançar suas próprias reivindicações (terra, assistência, respeito) em relação às classes superiores. (SCOTT, 2002, p. 24)

Trazendo esse conceito para realidade dos jovens nas escolas, os atos de cabular aulas, ter conversas paralelas, trocar bilhetes, utilizar celular dentro de sala, além de atender à busca por socializar e se divertir com os amigos, é também uma forma de subversão da disciplina escolar, muitas vezes, espaço de intensa carga de aulas e de informações, onde os estudantes, sobrecarregados ou desinteressados, buscam outras interações e formas de fuga do que está sendo imposto. O conceito de microrresistência pode nos ajudar a pensar essas atitudes como uma fuga do ritmo exploratório a que a educação é submetida, no qual não podendo modificar por inteiro o sistema, busca-se resistir a ele.

No espaço escolar, a relação entre professor e estudante funciona, através da lógica da transmissão de conhecimento de maneira mecanizada, tendo a criança um papel passivo dentro dessa lógica que valoriza a questão produtivista e dá pouco enfoque à questão da cidadania, limitando drasticamente a participação dentro das escolas e a perspectiva de uma transformação social. É preciso pensar na democratização da escola, no sentido de proporcionar espaço para que os estudantes possam expor suas individualidades, seus valores e suas ideias. A igualdade que existe nas escolas, atualmente, é apenas formal, pois reproduz o sistema hierárquico e de desigualdade social em sua estrutura eurocêntrica (LIMA, 2015). A escola e a sua estrutura hierárquica e de dominação dos estudantes vai de encontro ao que vimos anteriormente sobre o que a juventude demonstra e vem demonstrando: a vontade de

participação e a autonomia de pensamento. As ocupações das escolas são exemplos de como a falta de participação e de voz dos estudantes dentro da estrutura escolar e a forma arcaica de ensino podem mobilizar os estudantes para ir de encontro e buscarem espaços de participação.

A necessidade da escola tornar-se democrática possibilita uma maior afeição do aluno com o ambiente escolar. Quando o ambiente escolar acaba sendo hostil, juntando-se a outras questões que afligem o jovem, acaba afastando-os da escola. As experiências de ocupação demonstram que a juventude, uma vez ocupada a escola, colocam as hierarquias de lado e constroem um espaço de sociabilidade horizontal, criando uma estrutura escolar diferente.

2 CONTEXTO HISTÓRICO DAS OCUPAÇÕES DE 2016

Neste capítulo, buscaremos compreender historicamente o movimento de ocupações. Partiremos dos vários trabalhos desenvolvidos sobre o tema, aqui farei uso principalmente dos dados da pesquisa “Ocupações Secundaristas no Brasil em 2015 e 2016: Formação e autoformação política das e dos ocupas” desenvolvida nacionalmente com a participação de pesquisadores de 10 estados do Brasil. Nessa pesquisa, os autores compreendem as ocupações estudantis em duas ondas, iremos analisar cada uma delas, suas características e conjunturas específicas. Porém, antes, iremos contextualizar o período histórico anterior ao movimento, colocando a conjuntura política e social dessas duas primeiras décadas. Esse capítulo será descritivo, perpassando a história recente do fenômeno dos movimentos de ocupações. As reflexões teóricas e os conceitos utilizados por muitos estudos de ocupações serão desenvolvidos em um capítulo específico e, ao longo das análises feitas nos capítulos destinados à análise do material colhido, apresentamos entrevistas contendo memórias e trajetórias, como também a análise das redes sociais dos movimentos.

2.1 Movimentos políticos pré-ocupação: Movimentos de rua no mundo e as Jornadas de Junho

As ocupações acontecem seguidas por uma série de mobilizações sociais que culminam nas Jornadas de Junho no Brasil. Assim, podemos citar alguns movimentos de rua, como a Revolta da Catraca; salientamos que, em ambos os casos das jornadas e da revolta da catraca, a razão do início do movimento é em torno do descontentamento com os valores das tarifas do transporte urbano. Essas manifestações ensejam uma nova forma de mobilização social, que carrega semelhança com as devidas proporções, em relação das mobilizações que

ocorreram a nível internacional. Dentre elas podemos citar as mobilizações na Islândia na conjuntura da crise financeira de 2008, como: a Primavera Árabe em 2010, a Revolução de Jasmim na Tunísia de 2010 e 2011, o Occupy Wall Street de 2011, o Movimento 15-M na Espanha, fortemente articulado pelas redes sociais 2011, entre outros. A principal característica dessas mobilizações, em relação à forma como eles se organizam, é a busca pela independência em relação aos partidos ou a uma presença personalista de um líder, sendo impelidos por uma mistura de diversos estratos da sociedade que estavam de acordo com pautas e demandas sociais e políticas, nas quais os movimentos estavam se mobilizando, formando um movimento sem eixos em instituições tradicionais da sociedade como partidos e sindicatos (CASTELLS, 2013).

Essas movimentações ocorrem sob uma conjuntura de resistência aos ataques do Estado e do capital contra a democracia e os direitos sociais, em busca da ampliação desses direitos e da consolidação da cidadania. As reivindicações estavam ligadas à ampliação das liberdades democráticas. No caso da Primavera Árabe, houve a resistência contra a opressão de regimes ditatoriais em alguns países; na Espanha e Islândia o combate a inexistência de participação social nas tomadas de decisão; no Occupy Wall Street, houve uma mobilização crítica contra o capital financeiro. Há várias mobilizações sociais com pautas próprias, porém girando em torno de uma busca por maior participação social e, no bojo dessas mobilizações, as ocupações se encaixam como movimentos que fazem parte dessa conjuntura, em um tempo histórico de avanços de políticas neoliberais e da busca por setores do Estado e da iniciativa privada de impedir a participação social nas tomadas de decisão que afetam a sociedade (HARVEY, 2012; CASTELLS, 2013).

Uma questão fundamental para o nascimento deste tipo diferente de mobilização, no qual não há uma instituição ou grupo político específico organizando as reivindicações é a utilização da *internet* e das redes sociais, como forma de comunicação social em escala global. Essa forma de comunicação permite arregimentar grande número de pessoas revoltadas e mobilizadas por pautas específicas que, geralmente, atingem vários grupos sociais, pois essas mobilizações carregam semelhança com os novos movimentos sociais em suas formas de organização e atuação. Esses movimentos divergem qualitativamente e quantitativamente dos movimentos já tradicionalmente conhecidos, tanto na nas pautas, que envolvem questões específicas e que atingem vários grupos sociais, ou medidas tomadas pelo governo no momento que também atingem a população de forma geral; tanto nas suas práticas políticas de protesto, em geral grandes mobilizações marcadas pela *internet* em pontos

chamativos da cidade, e na sua forma organizacional, impulsionada pelas redes sociais em espaços de debate e com compartilhamento de informações.

No caso brasileiro, a existência de movimentos sociais e mobilizações políticas já são anteriores às Jornadas de Junho. A Revolta da Catraca, mobilizações de ativistas ligados à pauta de direito, a cidade já se mobilizava na primeira década deste século, porém as Jornadas de Junho possuem fundamental relevância na conjuntura política brasileira, em razão de ser a primeira grande mobilização de rua efetuada fundamentalmente através das redes sociais, na época, principalmente, o *Facebook*, as redes agem como impulsionadoras das mobilizações em escala nacional.⁵ Em cada Estado, existia uma organização para mobilizações de rua, porém, sem a presença de liderança clara, ou de grupo político que organizavam essas atividades. A partir dessas manifestações, novas lideranças e grupos políticos emergem da vida política brasileira, de matizes ideológicas opostas. Essa diversidade, junto à potência que essas mobilizações impuseram ao Estado e à conjuntura política, torna as Jornadas de Junho um fenômeno político de fundamental importância para o estudo dos movimentos políticos e sociais na conjuntura da era das redes sociais.

Uma coisa em comum entre essas mobilizações citadas anteriormente é a presença de jovens tanto nos atos e também enquanto mobilizadores e protagonistas. No caso das Jornadas de Junho, muitos jovens emergiram para a política após essas mobilizações, e muitos movimentos políticos, das mais diversas posições políticas, ganham relevo no debate público. Vale destacar que a mobilização, que se inicia a respeito de um aumento de 20 centavos nas passagens de ônibus, manifestações essas conduzidas por grupos de esquerda, torna-se um movimento nacional de contestação a toda estrutura política brasileira, e, com a entrada de grupos de direita na mobilização, o foco das manifestações se torna a corrupção e o ataque ao partido que estava no poder a época, o PT, sob presidência de Dilma Rousseff.

A importância das Jornadas de Junho para a pesquisa se dá na medida em que foi o primeiro de escala nacional que reverberou nas estruturas políticas brasileiras, e com protagonismo dos jovens, e tendo como principal meio de comunicação e articulação do movimento as redes sociais, espaço onde os jovens têm bastante presença. Sem fazer juízo a respeito das pautas e às consequências desses movimentos, fica perceptível a disposição da juventude, enquanto parcela da população politicamente ativa. Tal questão desmonta a percepção falha de que os jovens não têm senso sobre as questões políticas, econômicas e

⁵ O uso da *internet* por movimentos sociais se dá desde o início do século XXI nos movimentos antiglobalização, também o uso das redes sociais pela mídia independente, a utilização de fóruns para compartilhamento de informações também datam dessa época (CASTELLS, 2002).

sociais, e também de que são uma unidade no sentido político. Assim, percebe-se o jovem como diverso na forma de interpretar o mundo, porém fazendo parte de uma geração que potencializa o alcance da sua voz através dos novos instrumentos de comunicação.

As consequências dessas mobilizações de rua no Brasil não foram de um processo de convergência e diálogo entre os manifestantes, e de abertura de espaços de debate e participação social, o processo foi o inverso, ocorreu uma polarização política. Mesmo que os manifestantes fizessem uma crítica ao mal estar social, causado pela crise econômica, eles partiam de lugares sociais, e de percepções políticas antagônicas, grupos que buscavam debater direito à cidade, maiores investimentos públicos e participação social e outros grupos saudosistas da ditadura militar que também foram às ruas. Toda essa situação culmina em uma crise ética, com a crítica aos partidos políticos, ao governo e ao Estado brasileiro, ocasionando o descrédito no governo e nas instituições de Estado (ZAIDAN FILHO, 2014; PINASSI, 2014).

Após toda mobilização advinda das jornadas, ocorrem as eleições de 2014, e, apesar de todo desgaste, a presidenta Dilma se reelege, porém em uma eleição com resultado estreito, com uma forte oposição no congresso e uma desconfiança por parte da população advinda dessas mobilizações anteriores. A partir de 2015, o país assiste a outra forma de manifestação, agora tendo o protagonismo e a presença inteiramente dos jovens. Nesse primeiro momento de ocupações, diferente das jornadas, existe uma unidade, no que diz respeito à pauta, por mais que existisse uma variedade de reivindicações em relação a cada estado da federação, a questão central das ocupações está ligada às políticas neoliberais que impactam a educação. Estudiosos do tema percebem o movimento em duas ondas: a primeira onda ocorre em 2015 e no início de 2016; já segunda ocorre da metade para o final de 2016, falaremos sobre cada uma delas.

2.2 A primeira onda de ocupações no Brasil

Em 2015, ocorreu o início das mobilizações para ocupações estudantis no Brasil. As ocupações em si não são algo novo, esse tipo de mobilização já era feito de longa data nos movimentos de trabalhadores que ocupavam fábricas; movimentos em favor da reforma agrária, que ocupavam latifúndios; movimentos de direito à moradia, que ocupavam terrenos sem função social, também com inspirações nas greves gerais e estudantis; e também a própria ocupação de escolas e instituições de ensino já ocorreram antes, inclusive no Brasil, prática feita com mais frequência em instituições de ensino superior, com a ocupação de

reitorias, a mais recente movimentação foi a das ocupações no Chile de 2006 (GROPPO,2023). Importante ressaltar que outras ocupações ocorreram no Brasil, antes de 2015, porém, é a partir de 2015 que esses movimentos se tornam mais intensos e conectados, proporcionando uma mobilização coletiva em diversas escolas simultaneamente. Outro ponto fundamental é que tanto a primeira quanto a segunda onda compartilham de uma mesma conjuntura histórica de precarização da educação. Antes do golpe parlamentar de 2016, as pautas ligadas à precarização, aprofundadas pelo discurso neoliberal de redução de gastos sociais, aparece nas esferas estaduais, e as ocupações de 2015 e de início de 2016 estavam ligadas a essas questões estaduais. Quando assume o Michel Temer e as políticas neoliberais se tornam parte do Governo Federal, as ocupações ocorrem em contexto nacional, com um predomínio das pautas nacionais, mas sem abandonar pautas locais.

Como exposto anteriormente, a primeira onda de ocupações é um movimento iniciado em contexto estadual, com pautas e reivindicações de caráter local. O pesquisador Luis Antonio Groppo (2018) documenta ocupações nessa primeira onda em São Paulo, Goiás, Rio Grande do Sul, Rio de Janeiro e Ceará. Durante a minha pesquisa, pude também documentar a existência de uma ocupação de primeira onda em Alagoas, no *campus* do IFAL de Marechal Deodoro, colocando Alagoas também nesse rol de estados onde ocorreram ocupações antes do movimento se tornar nacional. Essas primeiras ocupações ocorrem por distintas razões em cada estado, valendo a pena contextualizar cada uma delas.

Em São Paulo, a mobilização ocorreu em razão da política de reorganização escolar adotada pelo Governo de São Paulo que, de forma autoritária, buscava realocar centena de milhares de estudantes de escolas, com adoção de um ciclo único, priorizando escolas que apenas tinham Ensino Fundamental I, II ou médio e, em consequência, o fechamento de 94 escolas junto com a dispensa de milhares de docentes em contrato temporário (TAVOLARI,2018). Junto a isso, também houve a redução de oferta do Ensino Médio noturno e da Educação de Jovens e Adultos (EJA). Os jovens também tinham críticas a respeito da política de merenda escolar.

Os argumentos do governo de São Paulo eram de que separar escolas por ciclos iria melhorar a qualidade do serviço com base em estudos da secretaria de educação. Para Groppo e outros autores (GROPPO,2023, p.12), tratava-se de diminuição dos gastos públicos na área e um caminho para implementação do ensino em tempo integral e uma maior abertura para participação de entidades privadas dentro da gestão escolar. Além disso, é elencado o interesse do mercado imobiliário com essa realocação e com os impactos dela na cidade.

A partir disso, o movimento se inicia com manifestações de rua, entre setembro e novembro, contabilizadas pelo Tavolari (2018) cerca de 163 manifestações em mais de 60 cidades espalhadas pelo estado. Como não surtiu efeito essas manifestações, com o governo continuando empenhado em fazer a reorganização, os estudantes começaram a se mobilizar para dar início ao processo de ocupação das escolas de São Paulo. Cerca de 213 escolas foram ocupadas entre novembro e dezembro de 2015. Outra ocupação ocorreu entre abril e maio de 2016, sendo essas pautadas pela questão da merenda escolar.

As ocupações se tornam um fato novo para o judiciário, que interpretava a escola pública enquanto patrimônio público, com administração e posse do Estado, porém, quando enviadas pedidos de reintegração de posse, existiam diferentes entendimentos por parte do judiciário; assim, a primeira decisão entendeu como livre manifestação o movimento de ocupações, outras decisões davam a reintegração sob condições específicas. A respeito da reintegração de posse:

A grande maioria dos casos de ocupações de imóveis públicos envolve reintegrações de posse, geralmente com pedidos de liminar. Essas ações costumam seguir um padrão bem estabelecido, seguindo os requisitos determinados pelo Código de Processo Civil: o autor da ação tem, antes de tudo, que provar que é possuidor do bem e que foi indevidamente retirado da posse, ou seja, que houve turbacão ou esbulho. Há uma rotina dos argumentos mobilizados nessas ações: se os requisitos estiverem presentes e comprovados, a ação é deferida; se não estiverem, é indeferida. Assim, o Judiciário costuma dar respostas de “sim” ou “não” diante de uma lista de requisitos indicados pela lei sem discutir outras questões levantadas pelas partes que não dizem diretamente respeito à posse. Trata-se de um tipo de ação ágil por conta da rotina padronizada e dos pedidos de liminar. As decisões do TJSP sobre as ocupações das escolas rompem justamente com esse padrão consolidado, abrindo a possibilidade de variação interpretativa. (TAVOLARI, 2018 p.295)

Essa discussão, a respeito do impasse entre direito de manifestação e a questão possessória, é o dilema jurídico que é levantado com o processo de ocupações, pois a questão em si é anterior às ocupações, sendo debatida em outras diversas ocupações feitas por outros movimentos sociais. As decisões dos juízes, a respeito desse tópico, assumem um caráter interpretativo, pois se trata de algo não definido, como prédios e espaços públicos. Tavolari traz em seu texto duas interpretações sobre esse dilema, a primeira manifestação onde se deu a reintegração de posse sob o seguinte argumento:

A oposição entre esses dois direitos fundamentais foi analisada pelo juiz Luís Felipe Ferrari Bedendi. Apesar de a decisão reconhecer que é possível se valer dessa oposição, o juiz entendeu que o direito à manifestação não poderia se sobrepor à posse nesse caso. Segundo seu raciocínio, o direito à manifestação teria sido limitado pela própria Constituição, ao restringir seu exercício aos “locais abertos ao público, de forma pacífica, sem armas”, de modo a não afetar a eficiência

administrativa, isto é, o bom desempenho das atividades públicas. Aí residiria, portanto, a diferença entre a manifestação legítima, de um lado, e a “invasão do prédio público” e “obstaculização de seu acesso”, de outro. O pedido liminar foi deferido no dia 4 de novembro. (TAVOLARI, 2018, p.297)

O primeiro argumento favorece a questão possessória em detrimento da liberdade de manifestação, argumentando que os espaços para exercer essa liberdade são “locais públicos abertos”. Esse tipo de decisão limita as formas de mobilização e protesto, apenas aceitando como legítimas as passeatas em praças e ruas, o que também reduz o potencial de contestação e de incômodo causado ao poder público, que é o cerne do método de ocupar.

Naquele dia, o magistrado de primeira instância, Luís Felipe Bedendi, proferiu decisão reconsiderando seu posicionamento anterior e determinando a suspensão das ordens de reintegração de posse. Para ele, “a feliz reunião designada pelo juiz corregedor da Central de Mandados” e as manifestações posteriores juntadas ao processo teriam permitido que ele tomasse contato com “um panorama mais amplo e real, não tão estritamente apegado à frieza do processo”, motivando, portanto, o reexame das questões jurídicas. (...) Após a audiência, a matéria jurídica ganhou um novo contorno. Inicialmente, “a situação mostrava-se restrita à questão da posse: de um lado, pessoas indeterminadas esbulhando um prédio público, de forma a interromper a prestação educacional e ultrapassar as barreiras constitucionais do direito de livre reunião e manifestação”. Contudo, após ter tido contato com as opiniões dos grupos contrários à mudança na política educacional do governo do Estado, o magistrado entendeu que “o cerne desta lide possessória não é a proteção da posse, mas uma questão de política pública, funcionando as ordens de reintegração como a proteção de uma decisão estatal que, em tese, haveria de melhor ser discutida com a população”. (...) O fator central para o afrouxamento da restrição imposta à liberdade de manifestação consistiu na mudança de entendimento quanto aos sujeitos envolvidos (quem protesta) e do objeto (pelo que se protesta). (TAVOLARI, 2018, p.298-299)

Nesta segunda decisão, do mesmo juiz, ele reconhece a ocupação das escolas enquanto manifestação legítima dos estudantes. Após compreender do que se tratava o movimento, saindo de uma visão em que o sindicato dos professores estava se fazendo uma reivindicação da categoria, no caso, o atraso de salários, para a de que estudantes estavam se mobilizando a respeito de medidas de Estado, que os atingiam e atingiam aquele espaço, o juiz refez sua interpretação do caso. Esse exemplo demonstra o dilema jurídico que as ocupações trouxeram, e o que as diferenciam das demais ocupações, pois, trata-se de um movimento de reivindicação que diz respeito à defesa do espaço que ocupam. Também é levantado em decisão liminar do desembargador Coimbra Schmidt que o ato de ocupar não se tratava de tirar a posse do Estado daquele espaço, mas sim um ato de desobediência civil dos estudantes frente processo de reorganização escolar imposta pelo governo que, segundo ele, o movimento se tratava de “expressões de desobediência civil frente à autêntica violência cívica de que se consideram vítimas os manifestantes” (TAVOLARI, 2018, p.299).

Notando que a reintegração de posse por via da justiça não era algo certo, passível de interpretações, o Estado buscou utilizar do argumento da “autotutela” para fazer reintegrações de posse sem autorização judicial, assim, evitando ao máximo o judiciário e buscando agir junto à procuradoria por conta própria, sob o seguinte argumento “Se até mesmo ao particular é excepcionalmente garantido, em caso de turbação ou esbulho, o exercício da autotutela, certamente a Administração Pública também pode exercê-la” (TAVOLARI, 2018, p.306).

As questões relativas à reintegração de posse serão de extrema importância durante todo o processo das ocupações. No caso das primeiras ocupações de São Paulo, os estudantes conseguiram suspender a reorganização escolar promovida pelo governo do estado; já com a segunda ocupação, os estudantes também conseguiram conquistas em relação à merenda escolar, porém o Estado reprimiu o movimento no intuito de impedir a proliferação de ocupações. Foram feitas reintegrações de posse sem mandato judicial, com o aval da Procuradoria Geral do Estado. No caso de São Paulo, foi encontrada uma solução autoritária para combater ocupações, evitando o trâmite no judiciário, tanto que, quando ocorre a segunda onda de ocupações, os estudantes se mobilizam para ocupar escolas em São Paulo, porém as ocupações não duravam mais que um dia dado a atuação do Estado em reprimir de imediato.

Já no Rio de Janeiro, a primeira ocupação ocorreu no dia 21 de março de 2016 no Colégio Estadual Prefeito Mendes de Moraes. A conjuntura estadual do Rio de Janeiro era de cortes de gastos sociais e atraso dos salários dos servidores públicos, inclusive dos professores. Esses fatos corroboram para que o Sindicato dos Professores da Rede Estadual do Rio de Janeiro (SEPE-RJ) decidirem iniciar uma greve, o governador da época era Luiz Fernando Pezão. Segundo Bruna Barreto (2018), foram 80 instituições ocupadas no auge do movimento, e duas secretarias de educação do estado. Os estudantes se mobilizam por melhorias efetivas nas escolas e contra a política de austeridade e o atraso nos pagamentos de salários dos professores, e faziam críticas aos gastos feitos nos eventos ocorridos no Rio de Janeiro, principalmente a Copa do Mundo e as Olimpíadas. A desmobilização da ocupação ocorreu com o fim das ocupações nas secretarias de educação e, após a ocupação, foi relatado perseguição das direções da escola, professores e de pais de alunos, muitos ocupantes relataram medo em relação à própria segurança (BARRETO, 2018; CÔRBO, 2020).

No Rio Grande do Sul, as ocupações começam a partir de 11 de maio com o Colégio Estadual Coronel Afonso Emílio Massot, com pautas internas a escola, como falta de professores e funcionários, problemas de infraestrutura e sucateamento de mobiliário, atraso no repasse da autonomia financeira da instituição e parcelamento do salário dos professores.

O movimento se junta com a mobilização dos professores estaduais, que entraram em greve no dia 13 de maio por conta de parcelamento de salário, a falta de reajuste salarial, o não pagamento do piso nacional dos professores e dois projetos de lei, o PL 190/15 o “Escola sem Partido” e o PL 44/16 que permitia o investimento privado em escolas públicas, entre outras questões.

A partir do final de maio, o movimento cresce e começa a se espalhar por várias escolas. A estratégia inicial da secretaria de educação era deixar a gestão das escolas negociar com os estudantes. O secretário de educação da época se encontrava de férias e, quando volta, busca participar do diálogo com os estudantes; porém, logo em seguida, ele sai da secretaria em primeiro de junho. Com o novo secretário, as negociações continuaram e os estudantes levaram as reivindicações à secretaria. Dentre as reivindicações estava: 1) criar comissão de fiscalização para acompanhamento de obras nas escolas; 2) aumento do valor para essas obras; 3) compromisso de não promover retaliações; 4) fiscalização maior em relação ao repasse do valor das merendas escolares e do cardápio oferecido; 5) a retirada dos dois projetos de lei, o do Escola sem Partido e o da abertura de financiamento privado em escolas públicas (GROFF DA SILVA, 2017).

As ocupações também buscaram fazer mobilizações fora do espaço escolar; dentre elas, houve as que ocuparam o saguão da Assembleia Legislativa, na tentativa de pressionar contra a votação da PL 44/16. Foi acordado na quarta-feira, 15 de junho, um compromisso do governo do Rio Grande do Sul de cumprimento de algumas demandas dos estudantes e eles assinaram um acordo de desocupação das escolas. Dentre esses acordos, há a criação de um fórum permanente para acompanhamento e melhoria da educação no estado, com participação dos estudantes e da sociedade; a destinação de recursos para obras nas escolas e a fiscalização dos cardápios e aumento nos recursos da merenda escolar; a nomeação de professores e a não penalização e ataques aos estudantes que participaram da mobilização. Porém, tal decisão não foi unânime entre as escolas, e um grupo de escolas autointituladas de CEI (Comitê das Escolas Independentes) organizou uma ocupação na secretaria da fazenda, que ocasionou uma repressão forte das forças de segurança. A secretaria também negocia com esses estudantes e todos chegam a um acordo em favor de verba para reformas nas escolas que compunham esse comitê. Com esse último acordo firmado, ao fim de junho, todas as escolas do Rio Grande do Sul foram desocupadas.

Em Goiás, o fato que mobiliza os estudantes a ocupar é o despacho nº596/2015, que visava criar um modelo de gestão escolar para as escolas públicas estaduais com participação de entidades privadas, através de contratos de gestão, instituições qualificadas, enquanto

Organizações Sociais de Educação (OSs), e também a proposta de militarização das escolas públicas no estado. As ocupações em resposta ocorrem segundo Flávio Sofiati nas cidades de Goiânia (13 ocupações), Aparecida de Goiânia (5 ocupações), Anápolis (10 ocupações), na cidade Goiás (1 ocupação) e em São Luís dos Montes Belos (1 ocupação). A primeira ocupação em Goiás começa no dia 9 de dezembro de 2015, no colégio José Carlos de Almeida, e ocorre até o início de 2016, sendo essa mesma escola a última a ser desocupada apenas em 25 março do outro ano (SOFIATI, 2021).

A justificativa do governo de Goiás a respeito da medida de privatização da gestão escolar era de que se manteria o ensino público, porém, com gestão privada, e ocorreria uma diminuição dos custos. Durante o processo de ocupações, foram relatadas diversas perseguições das forças de segurança aos estudantes, inclusive nos arredores das escolas. Em fevereiro, o Ministério Público Federal e de Goiás junto ao TCE recomendaram a suspensão do edital de concessão da gestão por motivos de que as 11 instituições candidatas não cumpriram os requisitos mínimos exigidos no edital, e também existiam itens considerados inconstitucionais no edital.

Após a suspensão do edital, satisfeitos com o resultado do processo de ocupações, os estudantes se mobilizaram para desocupar as escolas; para além disso, houve outros motivos, como o atraso do ano letivo e a pressão por parte da secretaria de educação ajudou a acelerar o processo. Vemos, no caso de Goiás, um passo ainda maior do governo do Estado em relação à precarização, já entrando em um processo de privatização da gestão pública das escolas.

No Ceará, as ocupações ocorrem entre abril e agosto de 2016, motivadas por políticas de austeridade na educação feitas durante a gestão de Camilo Santana (PT), no ano de 2015, que atingiu as escolas e os professores da rede estadual. O atraso do reajuste salarial dos professores, em 2015, foi o estopim para a mobilização dos estudantes e professores. Tendo como palavras de ordem: “o professor é meu amigo, mexeu com ele mexeu comigo” os estudantes ocuparam 3 escolas de nível médio e os professores fizeram greve (GROPPO, 2022).

As ocupações começam em 28 de abril. Para além do contexto dos atrasos nos reajustes e da austeridade, no processo de ocupação, novas demandas e reivindicações aparecem. Questões relacionadas à estrutura escolar foram levantadas pelos estudantes, reivindicação que se tornam padrão na maioria das ocupações, dentre elas a pouca quantidade e má qualidade da merenda escolar, a deterioração da estrutura da escola (GROPPO, 2022).

Outra questão importante é a crítica feita a respeito da ausência de participação dos estudantes na gestão escolar, e a forma como a grade curricular não abrange as demandas

desses estudantes por atividades e inclusão de temáticas da vida cotidiana deles nos currículos, temas como gênero e enfrentamento da discriminação racial não fazem parte da grade curricular e são de interesse desses jovens.

A negociação com o governo do Estado, para atendimento das demandas, foi através de um Termo de Ajuste de Conduta (TAC); assim, o termo formulado pelos estudantes foi modificado, saindo de 25 cláusulas para dez onde apenas se atendiam às demandas dos estudantes. Mesmo com poucas demandas atendidas em relação às pedidas, os estudantes relataram, em entrevistas para pesquisa do artigo citado, que algumas outras demandas foram atendidas ao longo do tempo. É citado pelo autor um sentimento de “conquista” por parte dos estudantes em relação ao movimento e às demandas atendidas (GROPPO, 2022).

O processo de desocupação ocorre de forma ordeira, com poucos relatos de repressão por parte do poder público. Porém, houve perseguição aos estudantes, após o fim do movimento, uma das formas de perseguição foi o assédio judicial, com 25 notícias crime e 320 intimações de estudantes sob suspeita de danos ao patrimônio público. Não houve consequências penais devido à mobilização da defensoria pública e do Centro de Defesa da Criança e do Adolescente. Porém, esse assédio causou transtornos tanto nas idas à delegacia, como em terem sido recebidas notificações.

A principal consequência dos assédios foi a criminalização do movimento, que gerou perseguição a esses estudantes e expulsões das escolas. Assim como no caso do Rio Grande do Sul, nota-se tentativas de governos estaduais, ora de delegar a gestão da escola à iniciativa privada, ora de estabelecer relações a nível de financiamento com elas. Ambas as tentativas eram vistas com desconfiança por parte dos estudantes, que temiam de um processo de privatização da educação através da saída do Estado dos papéis que desempenha.

Na minha pesquisa, abordarei, mais à frente, a ocupação ocorrida no campus do IFAL Marechal Deodoro, para o momento basta dizer que as motivações foram em relação ao atraso de 6 meses no pagamento do auxílio para estudantes e na melhoria da qualidade da alimentação, sendo uma reivindicação local do próprio *campus* Marechal Deodoro.

2.3 A segunda onda de ocupações no Brasil: Mobilização Nacional

Esse segundo movimento ocorre logo em seguida as primeiras ocupações, porém em um contexto político em âmbito nacional. Logo após o processo de *impeachment* ocorrido em 2016, que terminou na deposição da, então, presidenta Dilma Rousseff. O novo governo assume com um projeto político oposto ao eleito nas urnas, tendo como diretriz a austeridade

fiscal e a privatização. Duas medidas feitas pelo governo Temer mobilizaram os estudantes a ocuparem as escolas, como forma de resistência, a primeira foi a PEC 251, conhecida pelos estudantes como “PEC do Fim do Mundo”, que congelava os investimentos públicos, inclusive os da educação, por 20 anos. A segunda medida foi a MP 746 da reforma do Ensino Médio, que visou mudar a grade curricular, sem que fossem ouvidos professores, gestores da educação e os estudantes, diretamente afetados. Essa reforma possibilitou que fossem ministradas aulas como Projeto de Vida e Empreendedorismo.

Ambas as medidas tinham um mesmo pano de fundo, o enfraquecimento da educação pública, de forma tanto econômica, no congelamento dos investimentos, quanto na própria estrutura escolar, implementando disciplinas visando ao mercado e não à formação. As duas medidas, com o tempo, mostraram-se ineficazes e deletérias, a PEC dos Teto de Gastos se mostrou prejudicial quando demandas apareceram e demandaram do Estado mais investimento e gastos. A reforma do Ensino Médio se mostrou desastrosa, com disciplinas que não atendiam aos estudantes e que não eram implementadas no Exame Nacional do Ensino Médio, sendo somente implementadas nas escolas públicas, visto que as privadas mantiveram, em sua maioria, as disciplinas do Ensino Médio antigo.

Nesse contexto, a segunda onda de ocupações começou em São José dos Pinhais, no Paraná, e logo se espalhou pelo país inteiro como rastro de pólvora. Foram registradas ocupações em pelo menos 22 estados da federação, a UBES contabilizou no total 1197 ocupações no país inteiro (GROPPO, 2021), é possível ver uma relação de escolas ocupadas em cada estado na página da UBES, por mais que essa contagem não tenha todas as escolas de fato ocupadas. Apesar de ser um movimento nacional e simultâneo de ocupações, não é possível afirmar que existiu uma organização, ou um planejamento, as ocupações foram ocorrendo em contextos locais sob uma pauta nacional, cada escola se mobilizou e realizou as ocupações de acordo com os estudantes e a vontade deles. Por isso, é importante entender que cada escola tem suas particularidades e sua própria história.

Para falar dessa segunda onda de ocupações, a principal referência é o Estado do Paraná, onde foram ocupadas 850 escolas, 14 instituições de ensino superior públicas, o que segundo cálculo de Luís Antônio Groppo, significou 80,67% das ocupações do Brasil no segundo semestre de 2016. Outro número que demonstra a força do movimento no Paraná é que de 399 municípios, 227 tiveram escolas ocupadas, cerca 57% das cidades. No Paraná, onde a segunda onda começou, a primeira pauta levantada pelo movimento foi a MP 746 da reforma do Ensino Médio que, à época, já tinha acontecido, apenas uma semana após que foi anexado à pauta da PEC do Teto de Gastos (GROPPO, 2021).

As mobilizações tinham uma pauta nacional, porém também não deixavam de pautar questões locais a cada estado. O Paraná também se encontrava, assim como São Paulo e outros estados, em um cenário regressivo, no que diz respeito às políticas educacionais, tendo ocorrido um ataque a servidores e estudantes que manifestavam contra um projeto de lei, que alterava o fundo previdenciário e essa repressão das forças de segurança ocorre em 2015 e deixa 200 feridos. Junto a isso, podemos adicionar a ebulição da política no país, passadas jornadas de junho, eleição de 2014 disputada, as ocupações ocorridas em 2015 e início de 2016, e a tendo um governo eleito deposto e assume um outro com uma pauta política e econômica diametralmente oposta, isso potencializou a segunda onda de ocupações.

No caso de Alagoas, existia também no âmbito estadual o projeto de lei Escola Livre, que como destacado na introdução, era um projeto diretamente ligado à ideia do Escola Sem Partido, movimento de direita que encampava a restrição da liberdade de cátedra e, logo, a censura dos professores. Também nota-se, no caso de Alagoas, uma força do movimento estudantil, que anteriormente já tinha se mobilizado em favor do passe livre para estudantes, e também vale citar a presença forte dos grêmios estudantis, inclusive, através de uma política pública de fomento dos grêmios chamado Avança Grêmio.

Nesse segundo momento, as ocupações mantêm diálogo e juntam-se à luta política com os partidos, ONGs, movimentos sociais e de juventude, mídias alternativas e diversas manifestações de rua ocorrem em todo país, algumas delas com a participação dos estudantes e outras feitas pelos mesmos. Percebe-se a criação de uma solidariedade entre os ocupas e os movimentos sociais, nas ocupações que estudei nesse trabalho e no trabalho anterior à presença do MST e do MTST se dava tanto a nível de ajuda com mantimentos e participações em atos, quanto ministrando cursos e atividades dentro dos ocupas.

Os resultados da segunda onda de ocupações foram diferentes dos da primeira onda, nos quais, na maioria dos estados, as mobilizações conseguiram barrar projetos, firmar acordos com os governos. As pautas nacionais combatidas pelos estudantes se mantiveram, tanto a aprovação da PEC do Teto de Gastos, quanto a manutenção da Reforma do Ensino Médio. Muitas ocupações se desmobilizam após a aprovação dessas PEC, outras se mantiveram ocupadas e começaram a mobilizar-se em torno de outras demandas locais. Em pesquisas anteriores, estudei o caso de ocupação do Ginásio Pernambucano, em Recife, onde, com o fim das pautas nacionais, eles se mantiveram ocupados em busca de soluções para questões estruturais da escola, no caso ventiladores, bebedouros e outros equipamentos, essas outras demandas não desapareceram das reivindicações dos estudantes.

Também podemos apontar um caso de desocupação com o fim das pautas nacionais, no caso de Murici, no qual os estudantes viajam para Brasília na data da votação da PEC, com o intuito de fazer daquela saída o último ato da ocupação, desocupando, então, no dia da votação. Então, se o sentimento relatado pelos estudantes na primeira onda era de conquista, os estudantes na segunda onda relatam o de decepção, frustração e revolta.

Outra questão que aparece na segunda onda de ocupações é o preparo do Estado para reprimir a manifestação, pois, se na primeira onda as forças de segurança e o aparato jurídico do Estado tinham se deparado com um fenômeno novo, na segunda já tinham conhecimento tanto jurídico como repressivo para agir contra os manifestantes. Como relatado no caso de São Paulo, as ocupações já estavam sendo vistas pelo Estado, que, em casos como o de São Paulo buscava outras alternativas além do judiciário para atacar os ocupas. Em Alagoas, a cidade de Maceió só teve uma ocupação já em decorrência de uma intervenção judicial, que impedia ocupações em escolas estaduais e municipais, ocorrendo ocupação apenas no IFAL Maceió, que era Federal. Como era um fato jurídico passível de interpretação, muitos mandados de reintegração de posse foram pedidos e efetuados, também ocorreram diversos casos de assédio policial, repressão por parte da gestão escolar, e o uso do Conselho Tutelar para ameaçar estudantes e pais. Da mesma forma que os estudantes aprenderam a ocupar as escolas, o Estado também começou a aprender a reprimir esses movimentos, valendo citar novamente o caso de São Paulo, no qual a segunda onda não conseguiu acontecer em razão do *modus operandi* já apreendido pelo Estado nesse tipo de situação.

3 MEMÓRIA DIGITAL: REDES SOCIAIS DOS OCUPAS

Neste capítulo, analisaremos as postagens das páginas de *Facebook* das ocupações, esse material é uma forma de memória escrita e imagética das ocupações, mostrando o dia a dia nas escolas ocupadas e as manifestações que os mesmos faziam para além dos seus muros da escola. Com esse material, a ocupação pode ser vista para além de movimento de contestação política, como um espaço de cultura, aprendizado, autogestionado pelos estudantes. As redes sociais têm um papel de exposição da ocupação para a opinião pública, nelas são postas as atividades feitas diariamente pelos ocupantes, as prestação de contas em relação ao espaço da escola, notas e os posicionamentos sobre o movimento, as postagens críticas com intuito informar sobre questões que os mobilizam. Nas páginas do *Facebook*, é

possível ter acesso a informações a respeito do movimento, das articulações e das atividades feitas. As ocupações estudadas são as de Murici, Arapiraca, Batalha, Piranhas e Marechal Deodoro.

3.1 Ocupações e a autogestão escolar: Elaboração de cronogramas de atividades e manutenção do espaço escolar

As ocupações de Alagoas ocorrem na esteira do movimento nacional de ocupações, tirando o caso do IFAL Marechal Deodoro, que fez uma ocupação anterior aos movimentos de 2016. Nos dados colhidos nas redes sociais, é possível perceber três pontos centrais para análise da organização do espaço escolar e do movimento: 1) O espaço escolar autogestionado pelos estudantes; 2) forma com que a participação política desses jovens se dava dentro e fora do espaço escolar durante a ocupação; 3) como a cultura está diretamente presente em atividades e nas formas de participação política.

Anteriormente, vimos, com Mannheim, a ideia de uma localização social, que pode ser utilizada para compreender o processo de ocupação, enquanto um movimento histórico, em uma conjuntura de ataques a questões sensíveis aos jovens, em uma estrutura social permeada por segregações, preconceitos e injustiças, que atingem diretamente esse grupo e as relações sociais construídas nas conversas dentro das escolas e nas redes sociais, a respeito de respostas possíveis a esses ataques. Segue abaixo a lista de escolas ocupadas no Estado de Alagoas.

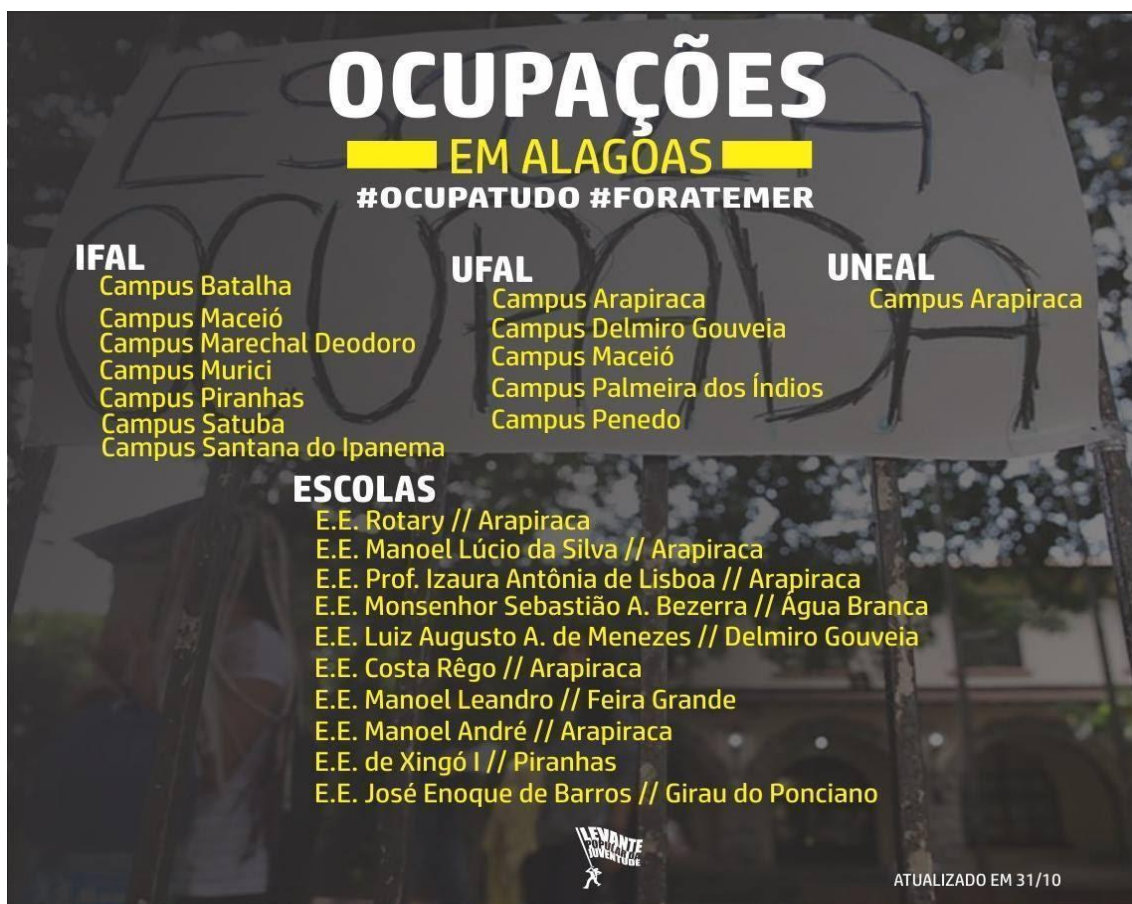


Figura 1 - Lista divulgada pelo Levante Popular da Juventude de escolas ocupadas no estado de Alagoas.

Diferentemente dos movimentos sociais tradicionais, não existia uma hierarquia sólida na ocupação, os atores se organizavam em comissões para decisões afeitas ao cotidiano e, quando era preciso tomar certas decisões, faziam plenárias e assembleias. As ocupações funcionavam como espaços autogestionados pelos estudantes, já que, nas assembleias, ocorriam as decisões mais gerais e importantes que deviam ser tomadas, através de debate e votação, e, nas comissões, era dividido o gerenciamento das atividades essenciais ao funcionamento escolar (zeladoria, segurança, montagem de cronograma) e em atividades políticas (mobilizações fora da escola, relações com outros movimentos, debates promovidos sobre pautas políticas).

A estrutura escolar montada pela ocupação podia variar em nomes ou em organização, mas seguia essa lógica citada anteriormente. A partir dessa montagem, é perceptível que a ocupação é um *locus* de socialização rico, onde, além da atividade política, os jovens puderam exercer o papel de gestores escolares. Nas páginas de *Facebook*, eram compartilhados, diariamente, cronogramas de atividades diárias, como rodas de debate, aulões preparatórios para o Enem, oficinas culturais, atividades culturais, palestras e, ao longo do dia, eram

colocadas imagens e gravações dessas atividades, em uma demonstração pública do que se estava fazendo naquele espaço.

A forma de organização e de decisão dos estudantes carrega semelhanças com os novos movimentos sociais, fugindo da forma institucional tradicional dos movimentos sociais, como os sindicatos e o MTST. Na organização hierárquica das funções, os jovens buscam construir uma forma de organização na qual as decisões são tomadas da forma mais horizontal possível, tendo, em alguns casos, pessoas que ocupavam funções de coordenação, porém de forma dialógica com todos os membros da comissão e com os demais ocupantes. Essa fuga da centralização típica a instituições modernas é uma questão levantada por Nuno Miguel quando percebe as tendências de participação da juventude (AUGUSTO, 2008).

Para além da organização, as formas de associação se assemelham às dos novos movimentos sociais, em que os estudantes presentes se mobilizaram em torno de uma pauta, a defesa da educação pública de qualidade, não sendo necessária uma visão de mundo semelhante entre os participantes. Segundo Sposito, a participação política dos jovens se dá cada vez mais na esfera do ativismo, na qual os atores podem não ter vinculações partidárias e ideológicas em comum, porém partilham de um mesmo ponto e se mobilizam em coletivos em torno deles, embora muitos ocupantes se identifiquem mais com a identidade de militante que de ativista (SPOSITO, 2021).

Porém, não se pode ignorar, nos ocupas, o caráter classista dos estudantes, uma vez que esses estudantes de origem popular mobilizam-se em torno da condição de estudantes de escola pública, atingidos por políticas econômicas do governo vigente. Dentro dos estudos de juventudes, a questão da classe social tem grande relevância, inclusive alvo de debates a respeito de se é uma categoria central ou mais uma das várias categorias para se analisar as juventudes. Para além desse debate, é válido dar destaque a essa categoria para análise das ocupações pelas justificativas expostas anteriormente. Assim, acrescento a essa categoria a ideia de experiência em Thompson, no sentido de que estar em uma classe social também diz respeito à forma como se experiencia o mundo e as inserções sociais que se têm nele. Para esses estudantes, a condição de filhos de trabalhadores e futuros trabalhadores indicam uma inserção na sociedade, enquanto usuários de políticas públicas e de serviços públicos. Além da própria condição de estudantes do IFAL, a grande maioria faz uso do transporte público, da saúde pública e de outros serviços e direitos que os fazem inseridos em um contexto social de valorização desses bens, sendo assim importante a compreensão da categoria classe (THOMPSON, 1978; MACHADO, 2003).

Entrando no dia a dia das ocupações e na organização das atividades, cada escola tinha uma forma de disponibilização de cronogramas, nenhuma delas fizeram cronogramas todos os dias da ocupação, sendo feitos em alguns dias específicos. As únicas ocupações que fizeram alguns cronogramas semanais foram as de Piranhas e de Marechal Deodoro, a maioria delas eram das atividades do dia, disponibilizado no dia anterior. Observando os cronogramas, percebem-se algumas particularidades de cada ocupação, tanto na diagramação das imagens quanto em algumas atividades. O IFAL Murici e o IFAL Marechal Deodoro tinham uma primeira atividade diária fixa chamada Alvorada, essa atividade era na realidade o ato de acordar os companheiros de ocupação com música, passando de sala em sala em cantoria, chamando os demais para participar.



Figura 2, 3 e 4 - Cronogramas de atividades das ocupações dos IFAL Marechal Deodoro, Murici e Piranhas.

Outra questão perceptível nos cronogramas é a pluralidade das atividades feitas pelos estudantes, na qual se intercalam atividades culturais com atividades ligadas à manifestação política do movimento e a atividades do cotidiano escolar. No cronograma acima, por exemplo, o dia começa com uma atividade fixa musical, seguida de um aula de física, visando o Enem que estava em vias de ocorrer; logo em seguida, ocorre uma roda de diálogo, com intuito de discutir o mundo do trabalho a partir das reformas trabalhistas.

Na montagem das atividades, é possível visualizar as diversas camadas da juventude, suas experiências e demandas. Enquanto futuros trabalhadores, eles buscavam saber o que mundo do trabalho os esperavam; enquanto estudantes, estavam interessados nos assuntos que estariam na prova do Enem, na busca pelo acesso ao Ensino Superior; enquanto jovens, em um espaço de amizades e afetos, buscavam atividades de lazer coletivas, como gincanas e esportes; enquanto cidadãos buscavam fazer atividades culturais, como oficinas de teatro e música, dentre muitas outras inserções sociais.

A preferência por rodas de diálogo, no lugar de apresentações expositivas sobre o tema, demonstram a insatisfação dos estudantes com a forma tradicional de ensino, no qual a hierarquia existente entre professor e estudante se impõe tanto na escola do conteúdo quanto na transmissão dele, já que a estrutura tradicional impõe ao estudante um papel passivo na transmissão, sendo apenas um ouvinte da exposição do professor. Pode-se notar a resistência dos estudantes à forma expositiva de transmissão de conteúdo no trabalho no ato de cabular aulas, de conversar com colegas durante as explicações, de utilizar celular durante as aulas, das idas constantes ao banheiro, como citado no capítulo anterior. Logo, essas práticas são formas de microrresistência nas quais o estudante demonstra insatisfação frente à lógica produtivista da sala de aula, cerceadora das individualidades e ideias dos estudantes (SCOTT, 2002; BARBOSA, 2010).

Uma vez ocupando o espaço, os estudantes buscam subverter a ordem tradicional escolar, inserindo no cronograma atividades, como debates sobre a conjuntura política nacional, debates sobre problemas sociais como racismo, homofobia e machismo, oficinas de teatro e dança, atividades lúdicas como gincana e karaokê, sem que com isso não tivessem atividades relativas ao ensino programático.

Partindo da discussão de juventude, voltando ao conceito de experiência em Thompson, essas atividades nos revelam que esses atores transitam por vários espaços sociais em diferentes papéis formadores de identidade. Esse espaço de luta política não poderia, ou sequer seria possível, ser apenas um espaço de mobilização social em prol da educação,

estamos nos referindo a jovens de camadas sociais populares, com uma relação com a cultura da periferia, com diversas aspirações de vida e em intenso diálogo entre si por estarem inseridos em um circuito de afetos tecidos cotidianamente na relação com os demais colegas. A organização das atividades reflete essa pluralidade dos ocupantes.

Sobre o circuito de afetos, é interessante notar a relação entre os jovens e o espaço escolar. A relação entre instituição escolar e juventude é trabalhada por Dayrell em situação de conflito, a ocupação mostra que esse conflito não implica em uma repulsa à escola, mas sim à gestão escolar e à forma com que ela torna a escola uma instituição sem possibilidade de participação estudantil na gestão e o com currículo, que não abrange as demandas e os interesses dos jovens (DAYRELL, 2007).

A ocupação demonstra como o espaço escolar é palco das relações sociais entre os jovens, onde ocorrem as amizades e os afetos. Durante a ocupação, o cuidado e a preocupação com a organização de um cronograma, que ao mesmo tempo engloba as demandas dos jovens e o ensino do conteúdo programático, é presente, demonstrando como os estudantes se preocupam com as questões relativas ao ensino. A ocupação busca acabar com o distanciamento imposto entre a escola e a sociedade, através, tanto do posicionamento da ocupação, enquanto movimento de contestação social, tanto na busca por trazer a sociedade para o espaço, e vai de encontro à tendência de fechamento do espaço escolar e de cerceamento das liberdades e sociabilidades dos jovens, feita através de regras de conduta que limitam a inventividade e a sociabilidade dos mesmos (BARBOSA, 2010).

Podemos ver, então, aquele determinado espaço e momento como um lugar onde atores encontram diversas ideias e percepções diferentes, entretidos e receptivos às vivências que aquele determinado espaço proporciona. Os ocupas funcionam enquanto um lugar de partilha do sensível (RANCIERÉ, 2005), onde cultura, sociabilidade, diversão e debate estão presentes naquele espaço, permitindo uma abertura especial para a escuta, onde as individualidades coexistem e proporcionam um momento de trocas, onde todas as vozes participam em igualdade. A atividade teatral, os luares e as rodas de violão e de diálogo são espaços de cultura dentro da resistência política, assim como as manifestações de rua feitas pelos estudantes, que são precedidas de uma oficina de arte para preparação do material que vai ser empunhado pelos jovens nessas passeatas, pinturas, cartazes e cânticos de luta e resistência feitos em conjunto. Separar as duas coisas não é possível, na medida que justamente a união delas potencializa o circuito de afetos e de resistência conjunta. Abaixo, teremos algumas imagens das mobilizações do IFAL Piranhas e da oficina de confecção de cartazes feita pelo IFAL Maceió no dia 11 de novembro.



Figuras 5 e 6 - Fotos das mobilizações de rua da ocupação do IFAL Piranhas.



Figura 7 - Oficina de confecção de cartazes feita pelo Ocupa IFAL Maceió.

Uma característica presente em todas as ocupações são as atividades e as oficinas que mesclam cultura e política, pois se enfatiza principalmente a presença do teatro e do cinema nesses espaços. Todas as ocupações tiveram oficinas de teatro ou de dança e semanalmente cine debates sobre diversos assuntos, por vezes mediados por alguém envolvido com o tema do filme ou do documentário. Um ponto interessante foi a apresentação de uma peça de teatro do grupo “Oz Informais”, chamada “Se os tubarões fossem homens”, espetáculo inspirado em um texto homônimo de Bertold Brecht, essas atividades ocorreram nos IFAL de Marechal Deodoro e Murici (essa mesma peça foi transmitida virtualmente pelo IFAL Maceió).

Segue abaixo o cartaz com o chamado feito na página do IFAL de Murici, do dia 30 de outubro; uma foto após apresentação no IFAL de Marechal Deodoro, no dia 14 de Novembro; e a postagem com o *link* para a apresentação virtual do IFAL Maceió, no dia 2 de dezembro de 2016.



Figura 8 - Poster da apresentação da peça “Se os tubarões fossem homens” do grupo “Oz Informais” no IFAL Murici dia 1 de novembro.

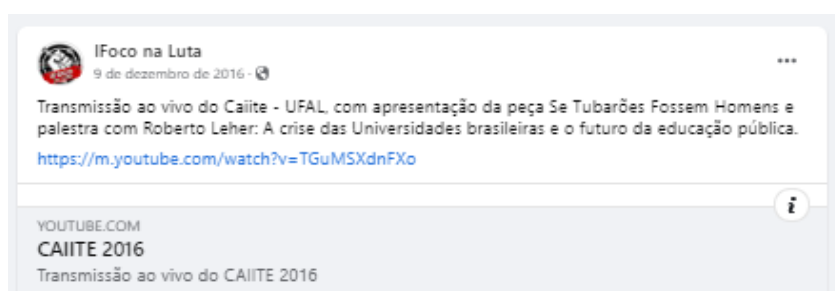


Figura 9 - Postagem com o link para a peça “Se os tubarões fossem homens” do grupo “Oz Informais” na página do IFAL Maceió dia 9 de dezembro de 2016.



Figura 10 - Peça “Se os tubarões fossem homens” apresentada pelo grupo “Oz Informais” no IFAL Marechal Deodoro dia 14 de novembro de 2016.

Observando as atividades exercidas pelos estudantes, durante a ocupação, é perceptível uma busca pela cultura e a diversão enquanto forma de resistência. Quando se trata de aulas ou debates, também é notada sempre a preferência pelas rodas de diálogo e oficinas, formas de aprendizado que colocam um papel mais ativo na construção do conhecimento. Esses dois pontos corroboram com o que foi discutido anteriormente, os jovens buscam temáticas que dialoguem com suas realidades e que sejam prazerosas, e não por isso que sejam menos densas, e querem um papel ativo na construção do movimento e do conhecimento.

Uma outra questão interessante a ser analisada é a busca por legitimar a ocupação diante da opinião pública. A luta contra o estigma de que estavam fazendo bagunça na escola e de que eles não iriam conseguir manter aquele espaço e geraria um dano ao patrimônio fizeram com que as redes sociais das ocupações fizessem constantes notas explicativas sobre o movimento e postagens relacionadas à zeladoria e ao cuidado com o espaço escolar. A ocupação de Batalha foi a que mais compartilhava fotos relacionadas à zeladoria da escola, como uma forma de demonstração de zelo e cuidado dos estudantes.



Figura 11 - Zeladoria do dia 1 de novembro de 2016 IFAL Batalha.



Figura 12 - Zeladoria do dia 28 de outubro de 2016 IFAL Batalha.

A ocupação, para os estudantes que participaram do processo, carrega uma formação que vai para além da política, envolve atividades de limpeza, cozinha, compra de alimentos, entre outras atividades. Essas experiências contam como um processo de enraizamento afetivo com o espaço da escola, que se torna uma casa habitada por todos eles, envolvidos com bastante intensidade nos afazeres. Na frase, “A gente zela, a escola é nossa!” está posto tanto o compromisso e o afeto desses estudantes com aquele espaço, quanto o papel deles enquanto sujeitos ativos naquele espaço. A escola deixa de ser uma instituição rígida, espaço uniformizador e permeado de regras e formalidades e passa a ser um ambiente mais livre, onde esses jovens conseguem adequar o ensino a suas necessidades e interesses e passam a também exercer o papel de gestores e cuidadores.

Percebe-se, também, como que a escola, espaço de sociabilidade institucional, é tomada por uma outra forma de sociabilidade, onde os jovens reformulam o espaço escolar e colocam suas feições naquele espaço, mais permissivo a experimentações, mais propenso à sociabilidade, juntando cultura, ciência e política. Tendo em vista a ocupação como um espaço de convivência diária e intensa, carregada de sentimentos diversos em relação à conjuntura política em que viviam e à experiência de partilha que experimentaram, uma vez que esse momento sensível foi de suma importância na vida de muito dos estudantes que ali depositaram suas energias, esperanças e revolta.

Assim posto, o próximo capítulo buscará, por intermédio de uma análise das trajetórias de alguns dos ocupantes, compreender como as experiências vivenciadas nas ocupações marcaram a formação desses jovens.

3.2 Ocupações como espaço de luta: manifestações políticas dentro e fora das escolas e as notas de posicionamento

As manifestações eram anunciadas nas páginas de *Facebook* e organizadas conjuntamente com outros movimentos ou apenas dos estudantes, sempre permeadas por cartazes já tradicionais deste tipo de manifestação. Para além do momento fora dos muros da escola, onde se exercia a pressão sob o governo, temos os momentos de participação dentro da própria escola. Esses momentos são as palestras e as rodas de discussão com pessoas ligadas aos sindicatos e aos movimentos sociais e de juventude, no intuito de fomentar o pensamento crítico e a formação política desses estudantes, momentos de assembleia para tomada de decisão e discussão sobre as pautas. O momento de extrema importância nas ocupações são as assembleias, é nelas que são tomadas decisões a respeito tanto da gestão da escola quanto das atividades desenvolvidas e da luta política. Seguem algumas imagens de rodas de discussão, de palestras e de assembleias realizadas nas ocupações de Maceió, Batalha e Piranhas.



Figura 13 - Roda de Conversa dia 24 de novembro de 2016 na ocupação do IFAL Maceió.



Figura 14 - Palestra sobre movimentos sociais 8 de novembro no ocupa IFAL Batalha.



Figura 15 - Assembleia para deliberar a ocupação do IFAL Piranhas dia 25 de outubro de 2016.

Os espaços dos ocupas se tornam uma forma intensa de socialização política, e o ato de ocupar é em si uma passagem de insatisfações individuais dos jovens atingidos pelas medidas concretas do governo vigente, para uma insatisfação coletiva, que aflui no processo

de busca coletiva para demandas sociais (TOMIZAKI.2016). Em decorrência de ser um movimento horizontal, as ocupações permitem essa dualidade em que a dimensão individual do ocupante não é abdicada, ela aparece dentro das atividades e dos debates feitos no processo de decisão e são diluída em um consenso coletivo. Em algumas ocupações, ocorrem impasses, onde não é formado um consenso coletivo, normalmente esses impasses ocorrem no momento da aprovação da PEC do Teto de Gastos, envolvendo a continuação do ocupa ou a desocupação e, quando acontecem, nesse momento, acaba por enfraquecer a ocupação e por iniciar o fim do movimento.

Percebe-se que os estudantes se diferenciam bastante dos movimentos sociais tradicionais, em que existe uma hierarquização nas tomadas de decisões, uma homogeneização dos participantes, que partilham de uma visão de mundo. A militância desses atores se assemelha ao ativismo, organizam-se em torno de uma causa em comum, não necessariamente partilhando de um mesmo posicionamento ideológico, mantendo cada qual sua perspectiva ideológica e podendo estar vinculados a outros movimentos (SPOSITO, 2021). Alguns ocupantes já pertenciam à época a algum movimento de juventude, e cada ocupação lidava a sua maneira, com a presença desses movimentos e coletivos dentro dos ocupas. É possível ver, nas redes imagens de estudantes com camisas, com estampas de movimentos, como a União da Juventude Comunista (UJC) do Movimento Correnteza, entre outros.

A *internet*, mais especificamente as redes sociais, para os ocupas, são a forma mais eficaz de prestação de contas e de contato com o mundo externo à escola. Devido à naturalidade com que os jovens lidam com esse meio, devido a esse instrumento, fazer parte da cultura da geração, a qual fazem parte, eles conseguem fazer uso pleno das potencialidades dessa ferramenta. O uso das redes sociais, principalmente do *Facebook*, fez com que as ocupações ganhassem uma dimensão nacional e, a partir do momento em que o movimento se espalhou, cada ocupação fez uso das redes sociais para mostrar as atividades desenvolvidas dentro de cada ocupa e para expressar a insatisfação de seus participantes com a conjuntura da época. A *internet* é, antes de tudo, um espaço de socialização política, utilizado pelos jovens muito antes das movimentações políticas, tanto das jornadas quanto das ocupações, um espaço indutor de ações e comportamentos, assim como criador de vínculos (BAQUEIRO, 2016).

Através das redes, os ocupas se comunicam com a sociedade civil, com instituições e com outros movimentos sociais e de ocupações. As páginas de *Facebook* permitem que os ocupas possam declarar a sua existência e se juntar às demais ocupações existentes,

interagindo entre si, repercutindo as atividades, manifestações e reagindo aos ataques sofridos por grupos contrários ou instituições. É criado um circuito de solidariedade entre os ocupas, no qual ocorrem atos e reuniões conjuntas, troca de informações e de contatos para atividades, entre outras formas de fortalecimento do movimento. Essa relação de solidariedade também ocorre dos ocupas com outros movimentos sociais como MST e MTST, instituições da sociedade civil como no caso do jornal Grito na Luta, que divulgava o movimento, e indivíduos solidários à causa, como exemplo a ida do grupo de teatro “*Oz Informais*”, para realização de peça de teatro, ida de professores e palestrantes que aceitaram participar de atividades, sejam visando à preparação para o Enem, seja para debater várias questões de interesse dos ocupantes.

O anúncio das ocupações se deu também nas redes sociais, nessas postagens os estudantes compartilharam as assembleias em que foi tomada a decisão pela ocupação. Na maioria das páginas, já existiam postagens anteriores ao anúncio da ocupação, no caso do IFAL Marechal Deodoro a página já existia em detrimento da ocupação ocorrida em 2015. Muitas dessas postagens eram convocações para que os estudantes fossem para a assembleia decidir pela ocupação. Na página do IFAL Piranhas, foi postada uma notícia informando sobre a ocupação, e a assembleia que decidiu pela ocupação ocorreu no dia seguinte, tendo o IFAL sido ocupado no dia anterior à decisão (24 de outubro de 2016). Nesses anúncios, não foram feitas notas extensas sobre a decisão, apenas imagens da assembleia com legendas com frases combativas.



Figura 16 - Anúncio da primeira Ocupação do IFAL Marechal Deodoro em 7 de dezembro de 2015.

A imagem acima se refere à ocupação que ocorreu no IFAL Marechal Deodoro em 2015, a decisão por ocupar ocorreu em razão do atraso dos Auxílios Estudantis, que impossibilitava os estudantes de baixa renda de frequentarem as aulas no instituto. As imagens abaixo se referem aos anúncios de ocupação de 2016, alguns ocupas utilizaram fotos da assembleia de deflagração da ocupação para ilustrar o início da ocupação nas páginas.



Figura 17 - Primeira assembleia para decidir pela segunda ocupação do IFAL Marechal Deodoro em 19 de outubro de 2016.



Figura 18 - Anúncio da ocupação do IFAL Batalha.

Uma vez ocupada a escola, os ocupas necessitavam de produtos para poderem manter a escola na parte de zeladoria e também para a alimentação dos estudantes, pois, em razão de serem em maioria das classes populares, os jovens não tinham recursos próprios suficientes para adquirir esses produtos, sendo necessárias doações para manutenção da ocupação. Os ocupantes utilizavam das redes sociais como forma de requerer ajuda da sociedade civil e de outros movimentos sociais, que desejassem ajudar a ocupação, além da ajuda material também buscavam divulgação e apoio, como é possível observar nas imagens abaixo. Percebe-se, também, a presença do sindicato dos trabalhadores do IFAL repercutindo a ocupação e também recebendo doações para ajudar o movimento partindo da ideia de se “adotar uma ocupação”. A relação entre o sindicato e a ocupação era intensa, tanto nas redes quanto presencialmente dentro das ocupações, no sentido de apoio material e também somando forças políticas. Uma questão importante dessa proximidade entre movimento sindical e ocupas reforça a percepção desses estudantes enquanto integrantes de uma classe

social, eles se referiam a si mesmos enquanto filhos da classe trabalhadora e alguns também trabalhadores em duplo expediente.



Figura 19 - Nota de pedido de apoio para as ocupações do SINTIETFAL com repostagem pela página IFAL Piranha.

Figura 20 - Nota de pedido de apoio feita pelo IFAL Marechal Deodoro.

Além de pedidos de ajuda material e apoio, os ocupas também usavam as redes para pedir apoio aos ataques sofridos por instituições do Estado e de outros estudantes e grupos políticos contrários aos movimentos. Um dos principais casos de ataque, que ocorreu em Alagoas, foi ao IFAL de Maceió, em que estudantes contrários à ocupação invadiram o espaço munidos de materiais de construção, buscando quebrar cadeados, ameaçando os ocupantes de morte. Percebe-se a relação de solidariedade quando a ocupação de Marechal Deodoro se posiciona em defesa da ocupação de Maceió.



Boa noite, camaradas.

Convocamos todas as entidades políticas a irem urgentemente ao IFAL-Maceió agora. O campus foi invadido por estudantes de mecânica, os quais estão com porte de maçaricos, serrotes e podem estar com outros instrumentos, ameaçando estudantes de morte, quebrando cadeados, podendo quebrar patrimônios institucionais e culpabilizar o movimento Ifoco na OCUPAÇÃO, que faz um movimento pacífico dentro do campus. É importante a mobilização dos camaradas, a fim de resguardar a integridade física dos ocupantes e auxiliar psicologicamente os ocupantes à esse ataque.

Ocupar e Resistir!

Figura 21 - Nota de pedido de ajuda contra uma invasão da Ocupação do IFAL Maceió feita pelo IFAL Marechal Deodoro.



Figura 22 - Nota da ocupação IFAL Maceió a respeito da invasão do dia 11 de novembro.

Pela descrição da situação feita pela página da ocupação de Maceió, percebe-se que a tática utilizada pelos invasores era de provocação para criar uma agressão, buscando atacar a imagem do ocupa. A tática do ocupa foi a de buscar apoio de outros movimentos de ocupação e da sociedade para publicizar o ocorrido de forma a se protegerem de qualquer possibilidade

de violência e também não serem lidos pela sociedade e pelo poder público enquanto agressores.

Nessa situação, é possível visualizar dois grupos de estudantes pertencentes a uma mesma geração, com visões de mundo opostas. Essa situação demonstra a não homogeneidade da juventude e reflete a situação política existente desde as jornadas de junho, nas quais os jovens ganham protagonismo no cenário político, e o processo de politização ocorre em uma situação de polarização política, entendida por um crescente movimento da direita conservadora e liberal, representada na juventude por movimentos como MBL (Movimento Brasil Livre) e a presença já anterior de movimentos de esquerda de juventude, como Levante Popular da Juventude, União da Juventude Socialista, União da Juventude Comunista, Movimento Correnteza, entre outros. Esses movimentos, principalmente os ligados à direita, fortalecem-se pela utilização da *internet* para se mobilizarem, e expandem o alcance com as jornadas, então o papel da *internet* na socialização política revoluciona a forma de se acessar e compartilhar informações (BAQUEIRO, 2016).

Um aspecto importante que pode ser percebido na reação de pânico dos jovens, a respeito de uma possível agressão por parte dos invasores e de um possível revide por parte dos ocupantes, é o medo do estigma. A todo tempo, a ocupação, em suas postagens, busca se legitimar fugindo dos estigmas costumeiramente utilizados para se referir a jovens, principalmente o de baderneiros, esses estigmas perseguem a juventude, desde muito tempo, figurando entre dois extremos, o do jovem apático politicamente, afastado das instituições políticas tradicionais e o “jovem rebelde sem causa”, cujas reivindicações e coletivos, de que participam, não carregam materialidade e motivações legítimas.

O medo do estigma se encaixa na ideia da diabolização da juventude que, ao protagonizarem um movimento contestatário e ocuparem um espaço público de gerência estatal, sofrem por parte das figuras de autoridade “adultas”, ataques que buscam caracterizá-los enquanto ameaças à ordem social, enquanto os invasores são lidos enquanto “estudantes indignados legitimamente com a ocupação”, pelo fato de estarem buscando a “preservação” da ordem social estabelecida (LACERDA, 2012).

Além das notas relativas a pedidos de doação e apoio, as ocupações também faziam notas de posicionamento a respeito das pautas políticas, que estavam sendo reivindicadas por eles e sobre decisões importantes. As notas de posicionamento também funcionavam como forma de explicar as motivações dos estudantes para ocupar a escola e mostrar para sociedade, através das redes, o que pensavam os estudantes sobre os acontecimentos em relação ao estado de Alagoas e também no plano nacional. Para além das pautas que motivaram as

ocupações, os estudantes também utilizavam as redes para falar de outras preocupações relativas às várias dimensões da vida desses jovens, não se limitando tão somente à vida estudantil.

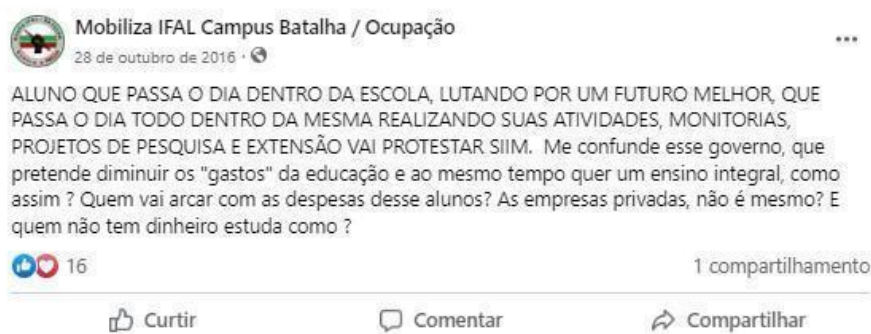


Figura 23 - Postagem do dia 28 de outubro do IFAL Batalha.

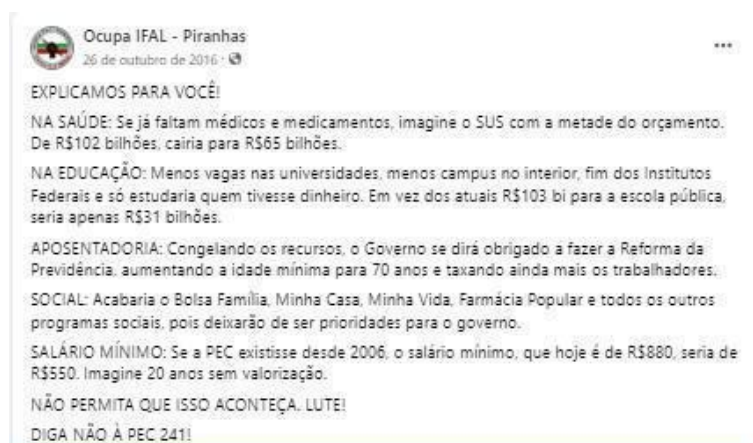


Figura 24 - Postagem do dia 26 de outubro do IFAL Piranhas.

Nas imagens acima, pode-se notar uma postagem mais de opinião e dos estudantes do ocupa sobre a vida estudantil e um questionamento sobre a contradição entre o corte de gastos na educação e a implementação do ensino integral, e a outra postagem buscando através de dados econômicos fazer uma reflexão sócio-política sobre a indignação dos ocupas frente às decisões tomadas na esfera nacional.

Outra forma de nota utilizada pelas ocupações é a de repúdio, já bastante usual entre instituições e pessoas públicas, já que as notas eram redigidas ou em formato de postagem ou em uma imagem com a logomarca da ocupação de fundo. Esse tipo de nota era uma forma de contestação a violências e ameaças feitas aos ocupas, seja por instituições de Estado e da

sociedade civil, seja por atores políticos. As ameaças e agressões são informadas e repudiadas como formas também de buscar apoio de movimentos sociais e da sociedade como um todo.

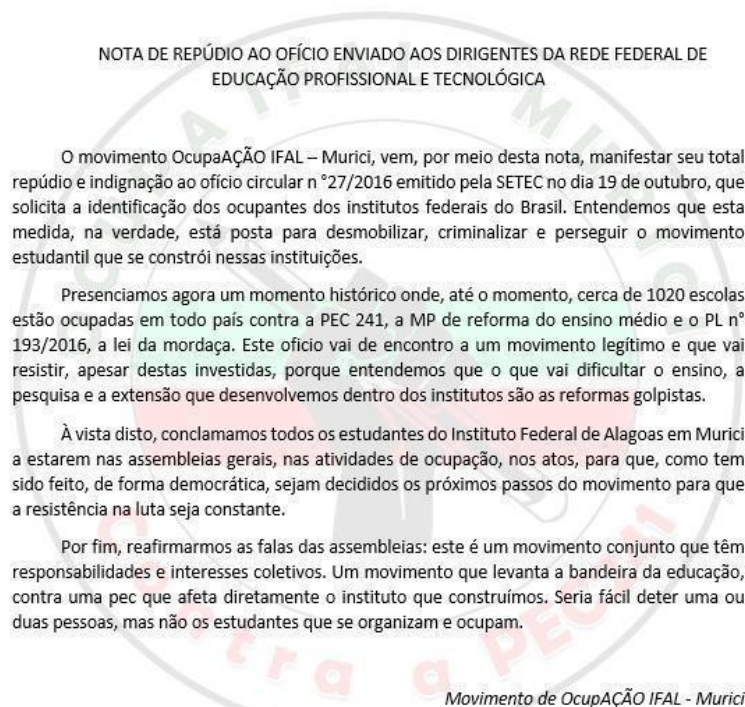


Figura 25 - Nota de repúdio do OcupaÇÃO IFAL Murici.

No processo de desocupação, eram redigidas notas extensas relatando a experiência de ocupar e expondo as razões pelas quais optaram pela desocupação. As notas ocorrem, após assembleia para decisão; assim, o processo de desocupação normalmente ocorre com cisões entre os ocupantes, que se dividem entre continuar a ocupação ou terminá-la uma vez aprovada a PEC do Teto de Gastos e não sendo revogada a reforma do Ensino Médio. Então, cada desocupação tem uma trajetória própria, algumas desocupações se deram por decisão de maioria, algumas em razão de mandato judicial e outras após enfraquecimento do movimento por discordância entre os estudantes, abaixo segue a nota de desocupação do IFAL Murici.

No dia 24 de outubro nós, os estudantes do IFAL - Campus Murici, demos início ao Movimento de Ocupação no campus citado acima de forma legítima e transparente, por entendermos como retrocessos as reformas golpistas impostas pelo atual governo. Antes disso, estivemos reunidos em assembleias, organizamos atos públicos, mobilizamos alunos de escolas públicas nos municípios de Murici e União dos Palmares, dialogamos com a comunidade externa ao instituto e como recurso de luta deliberamos a ocupação. Agora, 16 de dezembro, desocupamos o IFAL. Foram 54 dias em que estivemos juntos, no lugar que é nosso por direito, lutando para mantê-lo vivo! Nesses 54 dias aprendemos muito; foram muitas conversas sobre política, educação, gênero, saúde, aposentadoria, justiça, liberdade, comunicação,

cultura... E aprendemos, contudo, o real sentido de coletividade e união. Aprendemos nesse período o que aula alguma, pelo tempo que fosse, seria capaz de ensinar. Confirmamos, e reafirmamos aqui, que uma escola construída por estudantes, professores e professoras, mães e pais, trabalhadoras e trabalhadores de igual para igual, é possível! Experimentamos a sociedade na qual acreditamos e pela qual lutamos incansavelmente: justa, libertadora, popular e igual para todos e todas (OcupAÇÃO IFAL - Murici, 2016).

Percebe-se, na nota de desocupação do IFAL Murici, a intensidade da experiência vivida. Nessa nota, também fica visível como a ocupação foi pensada pelos estudantes, também como um espaço de aprendizado, demonstrando como foi feito o processo de gestão escolar por eles, com realização de rodas de conversa sobre temas variados relativos à vida desses estudantes e da formação deles, enquanto cidadãos cientes dos seus direitos sociais. Também é possível perceber a ocupação como primeira experiência de participação política de muitos estudantes que ocuparam, e é enfatizado na nota o pertencimento dos estudantes enquanto filhos de classe trabalhadora.

No caso da ocupação de Murici, não houve reintegração de posse, uma vez que o juiz entendeu a ocupação enquanto manifestação legítima dos estudantes. Já no caso da ocupação do IFAL Piranhas, a juíza entendeu por ceder a reintegração de posse para o Governo Federal, lembrando que, no caso do IFAL, as reintegrações de posse são pedidas pelo Governo Federal em razão de serem Institutos Federais.

Foram 32 dias de ocupação, luta e resistência que nós estudantes do IFAL – Campus Piranhas passamos, mas infelizmente, o dia que ninguém queria que chegasse, chegou. Um dia triste porque não saímos por livre espontânea vontade, mas por força de um mandado judicial de reintegração de posse concedido pela Juíza Federal, Camila Monteiro. Foram 32 dias em que aprendemos a conviver em coletivo, com pessoas diferentes de nossos costumes, dividindo tarefas e responsabilidades, mas acima de tudo aprendemos a nos unir enquanto juventude estudantil na luta dos nossos objetivos da ocupação, não nos omitimos diante de um Governo ditatorial e ilegítimo, que quer impor suas medidas absurdas sem ao menos ouvir a opinião da população. A PEC 55, não afeta somente os estudantes, estes que tentaram mostrar com todo sacrifício através das ocupações a sociedade os malefícios que ela nos traz, afeta toda a população, principalmente a classe mais pobre de nosso país, porque limitar os investimentos em Educação e Saúde por 20 anos, não traz benefícios a nós, enquanto classe trabalhadora.(..) Durante esse tempo que estivemos ocupando o nosso Instituto pudemos realizar diversas atividades, aprender coisas novas, fazer novas amizades, e levar para a população piranhense o nosso legado enquanto estudantes, realizamos três atos de rua, onde esses momentos serviram para alertar ao povo o atual momento político que passamos, fizemos isso porque nos preocupamos com nosso futuro, com o futuro das gerações seguintes, apesar de sermos chamados de vagabundos e desocupados, de estudantes que não querem nada com a vida, que ocuparam as escolas para não ter aulas, tudo bem, respeitamos a opinião dessas pessoas, afinal vivemos em democracia, e temos que respeitar opiniões divergentes da nossa (Ocupa IFAL - Piranhas, 2016).

Diferente da ocupação de Murici, na qual foi decidida a desocupação, o IFAL Piranhas teve o gosto amargo do pedido de reintegração de posse, que lhes tirou o direito de decidir por assembleia o destino do movimento, percebe-se na nota o pesar no ato de desocupar. No corpo da nota, o movimento busca dissecar a pauta que se tornou a principal dos ocupas, relatando as consequências daquela PEC para o país e justificando a razão de se ocupar. Ao final da nota, o ocupa também referência o aprendizado que a ocupação proporcionou, são levantados os estigmas que sofreram durante a ocupação, sem atacar as pessoas que acusavam o movimento, visto que eles buscam, através da justificativa do movimento e da descrição do que foi o ocupa e das atividades ali desempenhadas, a resposta para esse estigma. É colocado na nota mais um elemento importante, a formação de laços de afetos entre os participantes, que, através do convívio diário, ressignifica as relações cotidianas da escola, tornando-as relações mais próximas e fraternais.

Os IFAL de Murici, Maceió e Marechal Deodoro tiveram como último ato, após a desocupação, a ida a Brasília para pressionar contra a votação da PEC do Teto de Gastos. No caso de Marechal Deodoro, a última foto relativa à ocupação é a preparação deles para ida a Brasília, a foto é postada dia 1 de dezembro de 2016, e a votação ocorre dia 29 de novembro. A ocupação de Murici ainda se manteve por um tempo ativa, mesmo após a volta de Brasília. Foi a única ocupação em que não houve pedido de reintegração de posse, negado pelo juiz, que legitimou o movimento de ocupação de Murici, dando a eles total resguardo para manter a ocupação. Nesse processo, eles foram a Brasília e ainda voltaram para ocupação, sendo eles o último IFAL a desocupar.



Figura 26 - Nota de Desocupação do IFAL Maceió.



Figura 27 - Foto dos estudantes em Brasília para ato contra a PEC do Teto de Gastos.

Nota-se que a ocupação de Maceió enfatiza que houve uma vitória por parte da gestão do *campus*. Essa opção, por expor isso, dá-se na medida em que um dos principais ataques à ocupação de escolas eram acusações de vandalismo e de ataque ao patrimônio. Nessa nota, busca-se tornar evidente que os estudantes zelaram pelo patrimônio, tendo entregue em perfeitas condições a escola para o poder público representado na gestão.

Na postagem, também é citada a “Lei da Mordaca”, forma como ficou conhecido o projeto de lei estadual Escola Livre, projeto que faz parte do movimento nacional Escola sem Partido, que buscava, através da legislação, a proibição de que professores trabalhem temas relacionados à política e à cidadania em sala de aula, acusando-os de doutrinação. Tal lei é uma forma de ataque à liberdade de cátedra, e foi lida pelos estudantes como censura aos professores.



Figura 28 - Ida a Brasília para manifestação contra a PEC do Teto de Gastos dia 29 de novembro de 2016.

Na ocupação de Batalha, os estudantes fizeram apenas um informativo da desocupação, que foi decidida em assembleia. No dia anterior à desocupação, foi feita a última manifestação de rua.

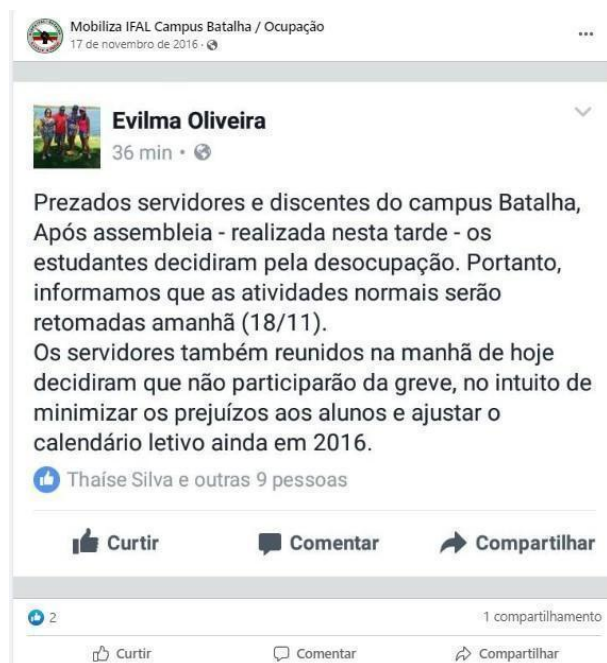


Figura 29 - Aviso de desocupação da ocupação do IFAL Batalha.

As páginas de ocupação do IFAL Maceió e Murici continuaram postando, após o término do movimento, com o intuito de continuar a mobilização pelas redes. Algumas postagens são críticas ao governo Temer, a maioria delas convocando os estudantes para manifestações junto a outros movimentos sociais. A página torna-se um meio de comunicação das ocupações, com os ocupantes para continuarem mobilizados, somando forças com os demais movimentos na mobilização coletiva. Finalizado o momento de ocupação, os estudantes não desistem de se mobilizar e buscam manter a luta política ativa.

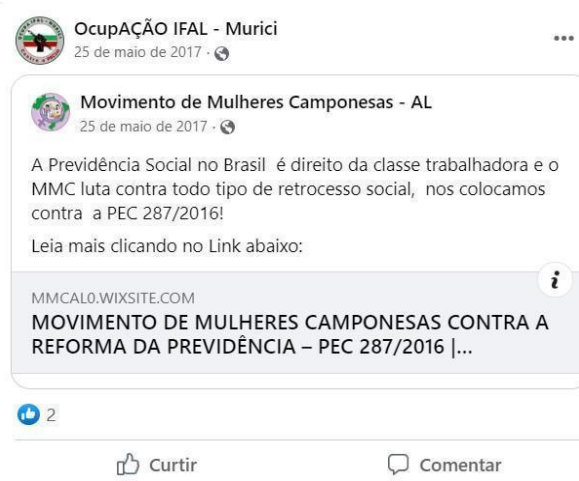


Figura 30 - Postagem do dia 25 de maio de 2017 do IFAL Murici em apoio ao Movimento de Mulheres Camponesas.

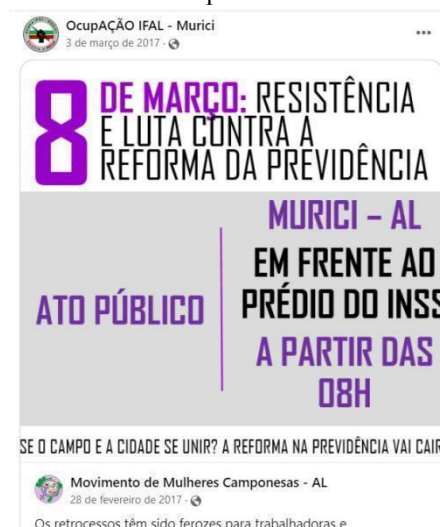


Figura 31 - Convocação do dia 3 de março do IFAL Murici para ato público no dia 8 de março contra a reforma da previdência.

As postagens do IFAL Murici, após a ocupação, são de interlocução com o Movimento de Mulheres Camponesas de Alagoas, normalmente convocando atos públicos com pautas ligadas aos direitos trabalhistas e à reforma previdenciária ainda em tramitação na época.



Figura 32 - Convocação do dia 12 de março 2017 do IFAL Maceió para manifestação no dia 15 de março contra a reforma da previdência.



Figura 33 - Convocação do IFAL Maceió para greve geral no dia 28 de Abril de 2017.

No caso da página da ocupação do IFAL Maceió, as mobilizações também são contra a reforma da previdência, e também se mobilizam contra a reforma trabalhista. As articulações foram feitas com os sindicatos, seguindo a mesma lógica do IFAL Murici de se juntarem aos movimentos sociais nas manifestações públicas e reverberam o chamado.

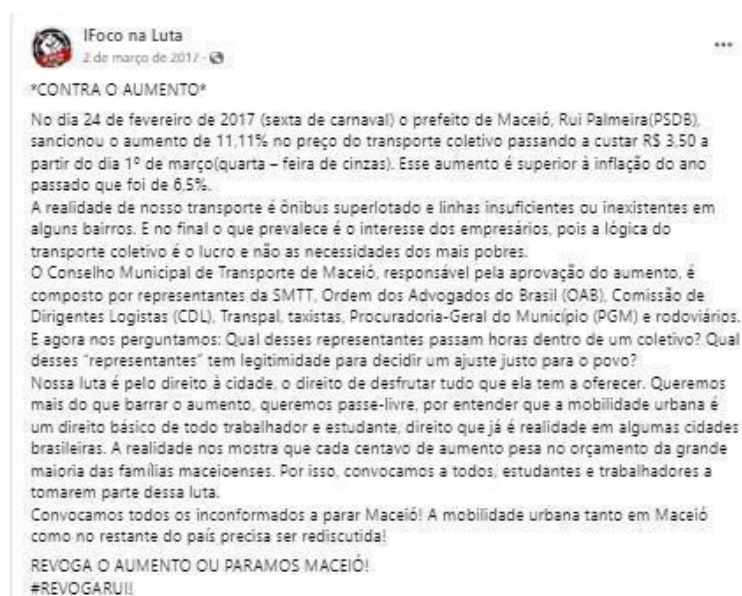


Figura 34 - Convocação do dia 2 de março de 2017 para manifestação conta o aumento nas passagens de ônibus.

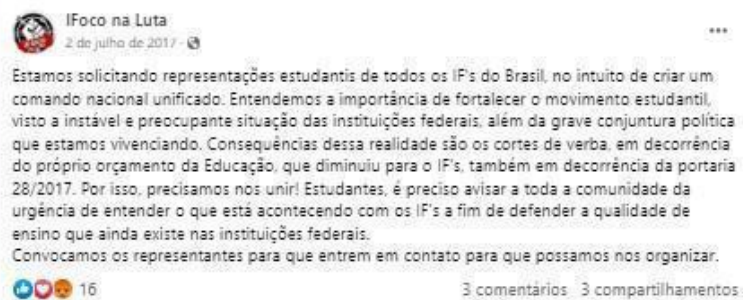


Figura 35 - Chamado do dia 2 de julho de 2017 para representantes dos institutos federais

Além das manifestações mais ligadas ao sindicato e às reformas trabalhistas e previdenciária, o ocupa IFAL Maceió também se mobilizou contra o aumento das passagens de ônibus, em uma mobilização que tinha como foco o direito à cidade. Também, em um outro momento, o ocupa busca fortalecer o movimento estudantil dentro dos institutos federais do país, convocando uma reunião entre as representações dos institutos. Não se sabe se ocorreu ou não essa reunião. Para além de convocações, a página do IFAL Maceió, no *Facebook*, manteve-se ativa até 2018, e nela também foram postadas atividades e assembleias ocorridas no instituto feitas pelo Grêmio Estudantil Edson Luís.



Figura 36 - Roda de diálogo dia do 26 de outubro de 2018 no IFAL Maceió

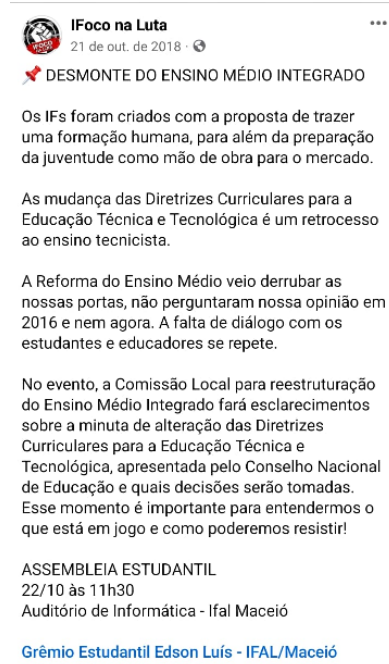


Figura 37 - Chamado para assembleia estudantil no dia 21 de outubro de 2018 no IFAL Maceió

A página do IFAL de Murici deixou de fazer postagem em junho de 2017 e o IFAL de Maceió em dezembro de 2018, as outras três páginas de ocupas dos IFAL tiveram como última postagem a nota de desocupação. As páginas deixam de funcionar, provavelmente em razão de optarem por usar outras redes ou a página dos grêmios estudantis, e também pelo fato dos estudantes saírem da instituição à medida que vão se formando.

Nessa primeira etapa de análise da pesquisa, buscamos utilizar as redes sociais do movimento para visualizar como foram dispostas as informações e as experiências dos ocupas para a sociedade. Percebe-se a importância da rede enquanto: 1) Forma de publicização do movimento para se defenderem contra os estigmas utilizados corriqueiramente demonstrando todas as atividades e a zeladoria da escola; 2) Forma de busca por apoio de outros movimentos e da sociedade em todo processo de ocupação e nos momentos de vulnerabilidade; 3) Forma de posicionamento e de contestação política dos ataques aos serviços públicos, em especial à educação.

Uma outra percepção é a das redes sociais como forma de memória digital do movimento. As redes possuem farto registro fotográfico e escrito do que foi o movimento de ocupações nos IFAL de Alagoas. A forma como as páginas de *Facebook* organizam de forma cronológica as postagens permite um acompanhamento da história do movimento, as manifestações, notas, imagens das atividades e os textos curtos com frases de contestação.

Também é possível visualizar as interações dos ocupantes e apoiadores nos comentários das postagens, também a presença dos detratores do movimento, alguns que estudavam nos IFAL também, ou seja, é uma imagem do momento histórico preservada.

No próximo capítulo, no qual serão analisadas as entrevistas dos ocupantes, a memória vai ser um dos principais pontos de análise, diferentes do conteúdo das redes, as memórias dos ocupantes ocorrem em um distanciamento temporal de sete anos, apenas um dos ocupantes continua no IFAL, tendo completado o Ensino Médio e ingressando no Ensino Superior do instituto. A partir dos relatos, existe uma relação direta na vida desses entrevistados, entre a experiência de participar da ocupação e as atividades e formação deles atualmente.

4 TRAJETÓRIA DOS ESTUDANTES ANTES E DEPOIS DAS OCUPAÇÕES

Nesse último capítulo, abordaremos a trajetória dos estudantes, utilizando as entrevistas realizadas. O intuito deste capítulo é de compreender a relação desses jovens com a escola, os movimentos, os grupos, ou as atividades que faziam antes das ocupações, como se deu a participação desses atores nos respectivos processos de ocupação, do qual fizeram parte, como essa experiência os afetou nos anos seguintes ao movimento. Para tanto, fizemos uso de entrevistas compreensivas, visando a construção, através da memória das experiências vividas, no contexto de ocupação. Dessa forma, foram feitas 4 entrevistas com ocupantes dos IFAL Murici, Marechal Deodoro e Maceió. Para identificação desses entrevistados, utilizamos pseudônimos escolhidos pelos entrevistados. Segue abaixo um quadro com os entrevistados

IFAL	Pseudônimo
Murici	Maria Mariah
Murici	Ernesto
Maceió	Trincheira
Marechal Deodoro	Santos

Quadro 01: Relação dos entrevistados

Para analisar as entrevistas, utilizaremos a categoria memória e o conceito de experiência elaborado por Thompson. A categoria memória é fundamental, pois, partimos da distância temporal do momento estudado. O distanciamento implica uma visão do fenômeno por parte do entrevistado, enquanto parte de sua trajetória, ocupando um lugar especial, enquanto momento de formação. Em razão desse distanciamento de sete anos, os entrevistados não sabiam detalhar todos os momentos da ocupação em datas e acontecimentos, apenas lembravam daqueles momentos que os marcaram. Para tanto, as redes sociais servem para esse mapeamento mais detalhado dos dias e acontecimentos, funcionando como um arquivo dos acontecimentos. Porém, nas entrevistas, é possível visualizar a importância do movimento enquanto experiência de participação que forma e influencia a trajetória de muitos ocupantes.

As entrevistas foram divididas em 3 momentos, um que buscava compreender a trajetória desses atores antes das ocupações, como chegaram àquela instituição, quais grupos eles estavam envolvidos, quais atividades eles se engajaram e como era o relacionamento dentro da instituição. O segundo momento é relativo à ocupação, buscando compreender como foi a atuação deles no movimento, quais experiências viveram, como se deu a convivência com os demais e quais memórias mais os sensibilizaram. A terceira parte envolve compreender quais caminhos seguiram após a ocupação, quais aprendizados e influências levaram dessa vivência, e como a ocupação aparece na vida desses atores atualmente. Para a escrita deste capítulo, seguiremos a estrutura do roteiro elaborado acima, trazendo as trajetórias desses atores por cada momento.

4.1 Trajetória antes das ocupações

Três dos entrevistados estavam cursando o Ensino Médio no ano da ocupação e um estava cursando o ensino técnico, dentre eles apenas o Trincheira estudava em uma outra escola, os demais estudavam nos respectivos IFAL que ocuparam. Vale ressaltar a presença do grêmio estudantil nas escolas ocupadas, permitindo a existência de um movimento estudantil na escola, não necessariamente combativo, mas com um espaço para reuniões e realização de atividades. Antes das ocupações, esses estudantes tinham algumas experiências no tocante à participação social.

Maceió, capital de Alagoas, tem 957.916 habitantes, sendo a maior população do Estado, com uma população jovem entre 19 e 29 anos de 228.886, que corresponde a aproximadamente 23% da população da cidade, o IFAL de Maceió fica no centro da cidade, na capital apenas ocorreu ocupação no IFAL de Maceió e na Reitoria da UFAL, o IFAL Maceió atende especialmente a região metropolitana, o entrevistado residia na cidade.

Trincheira, na época das ocupações, estudava na Escola Estadual Onélia Campelo, em Maceió. Na época de escola, ele relata uma ótima relação com o espaço, porém ele enfatiza a condição estrutural péssima, que, de forma recorrente, faltava água e energia e a má condição de trabalho dos professores, que tinham que realizar várias jornadas e não conseguiram se dedicar exclusivamente à escola e, em razão disso, existia uma quantidade considerável de aulas vagas. Entretanto, também é relatada a possibilidade de participação estudantil na escola, mas com baixa adesão por parte dos estudantes, que apenas iam quando chamados pela direção, e em razão da baixa participação, e dela estar concentrada em grupos, apenas se sabia a respeito da decisão quando ela era tomada, existindo também um problema de

divulgação. Na trajetória escolar, ele conta de uma única experiência negativa, em que, por ter reclamado demais das condições da escola, sofreu perseguição por parte do diretor, tendo levado uma suspensão.

Mesmo já tendo uma atuação de contestação enquanto estudante, ele começa sua atuação no movimento estudantil através do congresso da UBES em 2015. Essa participação o motivou a se mobilizar para atuar na formação de atos e da formação do grêmio estudantil, antes desse congresso ele tinha interesse no movimento estudantil, porém não sabia como atuar. Ele relata também que antes do congresso atuava em um projeto social ligado à UNICEF (Fundo das Nações Unidas para a Infância), a plataforma de centros urbanos; nesse projeto, ele teve acesso a debates sobre violência de gênero, combate à homofobia e ao racismo. Em suas palavras:

Comecei a participar de forma organizada mesmo, foi a partir do congresso da UBES. Antes eu era uma pessoa que gostava de participar das coisas da escola. Eu estava na época tentando fundar o grêmio, mas não sabia direito como... Não tinha exemplo de tipo, o que era um grêmio, participava num projeto social ligado ao Unicef, que é a plataforma de centros urbanos, que hoje não tem mais aqui em Maceió, não sei se está funcionando em outra capital, porque é um projeto que atuava em algumas capitais. Era um projeto que fazia alguns debates também, debates de contra a homofobia, assim tal, de como combater a evasão dos estudantes nas escolas, mas não chegava a ser um movimento político, era um projeto mais social, naquela linha da Unicef, de incentivar o protagonismo da juventude. (TRINCHEIRA, AUTOR, 2024)

Outra forma de participação que ele tinha era através da religiosidade, visto que ele é católico fez parte da juventude franciscana e da pastoral da juventude do meio popular. Acabou se afastando desses movimentos, em razão de não ter mais tempo e de ter se envolvido com o movimento estudantil. Quando aconteceram os movimentos de ocupação das escolas, ele estava participando de um movimento chamado rebele-se, formado por estudantes secundaristas e que tinha como bandeira a luta pela educação, que ele relata ser de oposição ao movimento majoritário na UBES. Ele conhece o movimento através do congresso da UBES em 2015, e através dele se articula para participar das ocupações.

Marechal Deodoro fica na região metropolitana de Maceió, a cidade tem 60.300 habitantes, quinta maior população do Estado de Alagoas e uma população de jovens entre os 15 aos 29 anos de 14.594, que corresponde aproximadamente a 24% da população da cidade. O *campus* atende tanto a população da cidade quanto da região metropolitana, o entrevistado que participou do ocupa Marechal Deodoro morava na capital.

Santos nasceu na Bahia, natural de Salvador, ele ingressou no IFAL de Marechal Deodoro em 2013, na época cursava Gestão Ambiental. Quando veio para Alagoas, residiu na

capital, na casa de seus tios. Quando chegou para estudar em Marechal Deodoro, ele tinha 17 anos de idade, logo após a conclusão do Ensino Médio na Bahia. Ele tentou entrar na Universidade Federal da Bahia, porém não logrou sucesso, começou a fazer um curso de pré-vestibular e foi aprovado para fazer o curso de Gestão Ambiental no IFAL de Marechal Deodoro. Os pais dele tinham o Ensino Médio completo, apenas o pai concluiu um curso profissionalizante e fez carreira trabalhando no polo petroquímico de Camaçari na Bahia.

Sua rotina diária envolvia pegar um ônibus de seu bairro em Maceió para o centro da cidade, e depois pegava uma van com destino ao IFAL de Marechal Deodoro. Durante as Jornadas de Junho de 2013, ele afirma ainda estar em um processo de politização, e que não tinha nenhum envolvimento em organizações políticas e nem agia de forma autônoma. Ele relata que seu processo de formação política se dá dentro do Instituto Federal, a partir do momento em que adentra no instituto e tem acesso a debates e à estrutura oferecida pelo IFAL. Em suas palavras:

Perdão, deixa eu reformular. Existem dois Matheus na minha vida política profissional. Matheus antes do Instituto Federal, Matheus depois do Instituto Federal. Então, para mim, o Instituto Federal foi um divisor de águas, porque é uma escola de qualidade. É uma escola socialmente referenciada, preocupada com a formação humana, com a superação das desigualdades. E até então, no meu processo formativo, que se deu em escolas da rede privada, eu nunca tive a oportunidade de ter acesso a debates que o Instituto Federal me propôs. E é nesse processo de amadurecimento é que eu me torno Mateus politizado que vai conduzir o processo de ocupação mais adiante. (SANTOS, AUTOR, 2024)

No instituto, ele começa atuando pelo Diretório Acadêmico do curso de Gestão Ambiental. Nessa atuação, ele relata ser o começo de sua formação política em uma organização. Nesse momento, ele adentra sobre a CONEGA (Coordenação Nacional dos Estudantes de Gestão Ambiental), como coordenador nacional, participando de eventos nacionais pelo Brasil. Ele relata dois níveis de experiência que o IFAL o proporcionou, as políticas e as acadêmicas, sendo fundamental para ele essa inserção nas atividades científicas em diversos lugares do país. Os pais dele viam com receio sua participação política, preocupados com a segurança deles, ele atribui uma preocupação extra com ele em razão de ser o caçula, ele também atribui uma memória traumática dos pais em relação à participação motivada pela época da Ditadura Militar de 1964.

Sua relação com a escola se dá em uma lógica de afeto, em razão de ter sido sua primeira experiência em um espaço como aquele, pois se sentiu acolhido pelos funcionários e colegas da instituição. Mesmo com os conflitos existentes, o que fica na sua recordação é o acolhimento e as relações fraternas que teceu lá dentro. E esse lado “humanizador”, que ele

atribuiu ao espaço escolar, ele também aponta como um dos motivos de sua formação política. Assim, ele acrescenta:

É até emocionante falar isso, né? Pra mim, porque... Eu tive uma relação com a Escola Técnica, com o Instituto Federal, que até então eu nunca tinha tido na vida. Sabe o que é você entrar num lugar e se sentir humanizado? É o que eu sentia em estar dentro daquela escola. É... Pelas relações que nós estabelecemos entre a gente, estudantes, professores, técnicos, terceirizados, nós tínhamos uma relação de unidade. O que não significa, de forma romantizada, que não havia barreiras, entraves em algumas relações, tensionamentos. Pelo contrário, também existia. Mas o fato da escola acolher os alunos dessa forma tão singular e tão humana me fez ter um olhar hoje muito mais carinhoso e de gratidão ao Instituto Federal. Então, assim, a minha relação com a escola, para mim, é uma relação ímpar, que é hoje isso que eu espero que meus alunos encontrem ao ingressar no Instituto Federal também, que a partir disso eles possam modificar as suas relações e possam modificar as suas práticas. E eu acho que esse processo da escola... ser mais humanizadora é que me permitiu eu também ser mais humano ao lutar por melhorias sociais, pela superação das desigualdades até os dias de hoje. (SANTOS, AUTOR, 2024)

Porém, ele deixa de fora disso a gestão do *campus*, que ele considera como autoritária, sempre colocando entraves burocráticos para dialogar com os estudantes, pois, para ele, a então gestão do instituto na época era o único ponto não “humanizador” do espaço. Ele também relata que existia uma resistência por parte da gestão do *campus* com as representações estudantis e as atividades e os eventos que eles realizavam, visto que a forma de inviabilizar o movimento dos estudantes era sempre de modo formal, com argumentos orçamentários. Santos enfatiza que o movimento estudantil e o movimento de ocupações nada mais são do que uma forma de os estudantes lutarem por melhorias para a instituição, sendo assim, um movimento que busca defender o instituto, e não atacá-lo.

Porque parece que a representação estudantil ela só vive para fazer a política não institucional, pelo contrário, nós vivemos para também defender a política institucional, no sentido de lutar por avanços de pautas democráticas, como, por exemplo, a expansão da quantidade de bolsas e auxílios para os estudantes, a melhoria da infraestrutura da instituição, em questão de laboratório, em questão de equipamentos de informática, em questão de uma infraestrutura que dê conta de atender a demanda do que o campus se propõe a ser. Então, assim, às vezes eu percebia que existe uma resistência da gestão, porque nós éramos líderes estudantis que participavam com questões políticas combativas. Em alguns momentos, até a participação em eventos político-acadêmicos ela era negada, sempre com alguma desculpa esfarrapada de questão orçamentária que às vezes nem existia. Mas que o campus colocava como um empecilho burocrático, entrava burocrático, para não garantir a ida dos estudantes aos espaços. Então, assim, eu fico aqui indignado e até declaro esse repúdio à postura da gestão à época que poderia ter tido um outro olhar para os estudantes naquele momento. Nós não estávamos querendo bagunçar a instituição. Nós não estávamos lá fazendo baderna. Nós estávamos lá lutando pela melhoria da instituição. Claro que nós, enquanto estudantes, vamos lutar de uma forma diferente do que a gestão talvez possa lutar institucionalmente. Se a gestão tenta lutar institucionalmente, a nossa luta enquanto estudante... só nos resta ser através da manifestação. (SANTOS, AUTOR, 2024)

Antes da primeira ocupação do Instituto Federal de Marechal Deodoro, Santos relembra uma mobilização que ocorreu em razão das passagens de ônibus, e relata que na época os estudantes do Ensino Superior e do Ensino Médio do instituto se mobilizaram em torno da melhoria do transporte público que os levava para Marechal Deodoro. A tarifa cobrada pela empresa, que fazia o traslado, era considerada pelos estudantes abusiva e, para além disso, ainda sofriam com o pequeno número de ônibus disponibilizado para a viagem. Nessa situação, os estudantes se organizaram para fazer a contestação para a empresa que fazia o transporte, mobilizando-se junto à direção do *campus*. A tratativa com a empresa não gerou resultados, porém Santos relata que esse movimento foi o primeiro processo para o amadurecimento dos estudantes, para a ocupação do instituto que viria após esse evento.

Mas antes das ocupações, nós tivemos um movimento genuíno que envolvia tanto, estudantes do Ensino Superior do Instituto Federal de Alagoas, como também estudantes do Ensino Médio, em especial as representações do diretório acadêmico Marcos André e do Grêmio Estudantil Nelson da Rabeca pela melhoria da tarifa do ônibus que saía de Marechal Deodoro a Maceió e vice-versa. Nós pagávamos, eu me lembro que uma tarifa que nós já considerávamos abusiva e à medida do tempo, nós tentamos várias formas de enfrentamento. Nós tentamos articulação com a empresa de ônibus na época que fazia esse deslocamento, que era a Real Alagoas, junto com a direção do campus em busca de redução da tarifa ou de manutenção da tarifa anterior, mas não conseguíamos avanços. Até porque a Real Alagoas aumentava a tarifa, mas reduzia a frota de ônibus. Então os ônibus iam superlotados de Maceió a Marechal em condições subumanas. E a partir disso esse movimento que foi se gerando, foi se produzindo autonomamente foi ganhando corpo à medida que, de fato, nós nos organizamos. Mas esse movimento não conseguiu avançar politicamente. E eu acredito que essa é uma frustração política na minha época. Mas eu acredito que as discussões ali feitas, as proposições, esse processo de amadurecimento foi fundamental para que a gente pudesse vir a fazer as ocupações mais adiante. (SANTOS, AUTOR, 2024)

A relação entre os estudantes do Ensino Superior e do Ensino Médio do instituto era envolta por um estranhamento, no sentido de um afastamento relacionado à diferença de idade e de rotina, porém esse distanciamento é reduzido mais à frente, no processo de ocupações. Santos expõe sua opinião a respeito dessa relação entre dois universos, dentro de um único instituto, colocando que, mesmo sendo dois níveis de ensino diferentes, os estudantes passam pelas mesmas situações quanto aos problemas estruturais do *campus*, aos atrasos nas bolsas estudantis, e os demais problemas que ocorrem no dia a dia de um *campus*.

Porque independentemente deste nível, independentemente da diferença de idade, existia algo em comum entre nós, éramos estudantes e se a bolsa cortava para mim, cortava para o outro também. Se o auxílio cortava para mim, cortava para o outro também. Se o aluno de ensino superior se evadia por não ter condições objetivas, isso também acontecia com aluno de ensino médio técnico. Então, por outro lado,

parcela dos demais estudantes de Ensino Superior se articulava com os alunos do Ensino Médio e tentava evitar essa fratura, essa fragmentação, porque de nada ela era interessante para a organização política da nossa categoria estudantil. E digo mais, nós somos estudantes, filhos da classe trabalhadora. Então, havia uma necessidade gritante da gente se unir politicamente para isso, precisava passar antes por um processo que evitasse essa segregação espacial dentro da escola. Mas a nossa relação a priori, eu percebo que é uma relação distante, de estranhamento, mas que mais adiante vai conseguir se aproximar um pouco mais. Superar essas diferenças de idade, saber que as conversas, os diálogos serão diferentes, mas que existe uma coisa que mesmo projeto para os estudantes. (SANTOS, AUTOR, 2024)

Ele destaca, ainda, sobre essa relação, já que existiam entraves entre as representações estudantis dos diretórios acadêmicos dos cursos superiores e com as representações do grêmio estudantil, e considerava que esses grupos tinham visões distintas das questões pertinentes ao instituto, o que gerava, por vezes, atritos entre ambas as partes.

A cidade de Murici fica na Zona da Mata do Estado de Alagoas, uma cidade onde a economia é marcada pela agricultura, seja de cana de açúcar como em todo o Estado, seja agricultura familiar. A população da cidade é de 25.187 habitantes, 22º do Estado, com uma população jovem entre os 15 aos 29 de 6.308 habitantes, que corresponde aproximadamente a 25% da população da cidade. O IFAL de Murici foi inaugurado em 02 de setembro de 2010, e segundo a página do *campus*, o IFAL busca atender a habitantes da cidade e também da região, em especial das cidades de Messias, União dos Palmares, Branquinha, São José da Laje e Ibateguara. Os dois ocupantes entrevistados não eram moradores da cidade de Murici.

Ernesto também estudou no IFAL Murici, ele entrou no *campus* no ano seguinte à criação do mesmo, em 2011, tendo o IFAL Murici iniciado as atividades em 2010, sendo a primeira turma efetivada no final do ano. Ele fez a prova do IFAL para segunda entrada, sendo incentivado por um colega que tinha entrado no ano anterior por sorteio, ele tinha 14 anos de idade quando começou a estudar na instituição. Assim que entrou no IFAL, Ernesto fez parte da segunda gestão grêmio estudantil. Logo que entrou, manteve boas relações e de amizade com os estudantes, professores e com a gestão do *campus*. Como muitos estudantes do IFAL Murici, Ernesto tinha residência nas cidades da região, ele pegava ônibus para se locomover para o IFAL, levando cerca de 30 minutos por dia para chegar ao instituto.

A atuação de Ernesto, na época, limitava-se ao grêmio estudantil, e só saiu desse espaço quando se formou na escola. Ele se define enquanto independente, ou seja, sem filiações em movimentos de juventudes ou partidários. Ele participou, à época, de um grupo chamado Núcleo de Estudos Indígenas e Negros, dentre outras participações, relatando que tudo participava de tudo quanto fosse possível. As declarações de Ernesto são carregadas de afeto pela instituição e pelos colegas que fez, relatando a mim que o período em que passou

no IFAL Murici foram “os melhores anos de sua vida”. O principal ponto levantado em sua fala foi a mudança de percepção de mundo, que ele vivenciou dentro da instituição, onde pode trabalhar com pesquisa e extensão, coisa que nas escolas anteriores não teve acesso. Segue abaixo o relato dele sobre a relação com o *campus* e como se relacionava com os demais.

É cara, eu... Eu digo que foram os melhores anos da minha vida, foi no Instituto Federal. Eu não tinha noção do que minha vida ia ser sem o IFAL, porque mudou. Tipo, virou uma chavinha quando entrei no IFAL, porque lá é um mundo que você tem, questão de... É... Você trabalha com projetos de pesquisa, projetos de extensão, que a gente não tem no ensino normal. E eu sempre fiz parte, como eu falei, é o seguinte... Eu e meus amigos, a gente sempre discutiu, falou sobre política e a gente sentiu necessidade de fazer parte e montou uma chapa e conseguiu a eleição e a gente ficou lá até se formar. Mas eu sempre mantive uma relação muito boa com todo mundo. Eu sempre praticamente fui representante de turma, praticamente me escolhiam como representante. Eu tinha como lá no UFAL, tinha dois cursos, curso de agroecologia e de agroindústria. Eu tinha amizade até com os professores de outro curso, que eu sempre consegui manter uma relação até de, por exemplo, vou até dizer que era um pouco estratégica, como a gente fazia parte do Grêmio Estudantil, às vezes era muito bom manter uma amizade, que você ficava sabendo sobre as coisas que aconteciam dentro da gestão, que era de importante conhecimento para a gente do Grêmio Estudantil. (ERNESTO, AUTOR, 2024)

As questões presentes no IFAL Murici, antes das ocupações, eram relacionadas ao fato de ser um instituto recente, então não existia uma infraestrutura consolidada naquele *campus*, faltando toda uma gama de equipamentos para execução das atividades essenciais. Foi relatado por ele que o lugar, onde foi instalado o IFAL, era antes uma escola de ensino básico, e tinha problemas estruturais que já perduraram desde aquela época.

A gente tinha muitas pautas antes da ocupação. Porque a gente era um campus novo, a gente veio de uma escola muito pequena, que era uma escola de ensino infantil, se eu me engano. Por exemplo, para você ter uma ideia, o IFAL começou com duas turmas, que era uma de cada curso. Aí quando entrou a minha, entrou mais duas turmas. E foi aumentando, só que a gente não tinha estrutura de nada, não tinha estrutura de aula prática, não tinha estrutura de laboratório, nem nada. Quando a gente foi para o campus novo, que é onde fica o IFAL mesmo, a gente enfrentou diversas dificuldades, não tinha montagem de equipamento de laboratório, tinha o equipamento, mas não tinha montado. Faltava algumas, como em toda instituição pública, faltava algumas coisas para as aulas práticas. Também, tinha a questão do bebedouro, que a gente tinha um bebedouro de água que saía água marrom, desde a época da outra escola, e disseram que a água lá é potável e tinha diversas outras pautas de antes da ocupação. (ERNESTO, AUTOR, 2024)

Ernesto participou de duas gestões do grêmio estudantil, a primeira gestão foi da turma da geração dele, ou seja, que entrou com ele na instituição. Sobre essa gestão, ele relatou ser bastante combativa, com bastante presença na instituição. Foram relatados casos de constrangimento em relação aos outros *campus* do IFAL, o primeiro uma reunião com

representantes do IFAL Maceió, que zombaram do espaço de Murici, que naquela época era em uma antiga escola de ensino infantil; o segundo foi uma reunião entre os grêmios de cada *campus*, em que não foram convidados, ao descobrirem isso foram para reunião sem serem convidados como forma de marcar presença.

Uma crítica que ele faz a primeira gestão é a ausência de organização no sentido de eventos e arrecadações. Era uma gestão muito combativa, porém não explorava outras possibilidades, que foram exploradas na segunda gestão. Ernesto também fez parte da segunda gestão, a primeira deixou o IFAL, à medida que foram se formando, entrando uma nova “geração”. Ernesto continua no instituto e é convidado por essa nova gestão, para fazer parte do grêmio; para ele, a nova gestão soube fazer eventos e explorar outras possibilidades, porém ele fala de uma acomodação por parte do grêmio, devido a já estarem estabelecidos em um novo espaço, onde hoje é o IFAL Murici e terem superado os graves problemas que os acometiam no outro espaço.

Sobre o processo pré-ocupação, Ernesto relata que não assumiu o papel de mobilizador para efetivação do ocupa. Na época, ele assumiu a direção do Grêmio Estudantil, em razão de o presidente da época ter saído do instituto para ingressar na faculdade e o vice ter abdicado de assumir, sendo ele o indicado pelos estudantes para assumir o cargo. Ele relata, com bastante ênfase, que não gostava de assumir cargos e de estar na linha de frente enquanto líder, preferia estar participando e dando suporte sem ocupar a liderança. No entanto, foi colocado naquela posição pelos estudantes que o viam como apto em razão de estar desde o início atuando no Grêmio.

Eu acho até um pouco curioso porque o que aconteceu como eu disse a você, eu estou desde o início, a minha gestão, a gestão dos meus amigos, a gente se juntou, permaneceu até a gente se formar e eu nunca quis ocupar cargo, nunca quis ocupar a linha de frente, nunca fui nunca quis ser o cabeça, eu sempre estava lá, tem algum problema, estou lá ajudando, mas nunca ocupei de fato o espaço de líder. E quando veio a ocupação, eu tinha acabado de assumir a gestão. Eu não fui eleito, eu fazia parte da gestão, o presidente tinha entrado na faculdade e eles não tinham como conduzir mais o Grêmio Estudantil, aí foi para o vice. O vice não queria e a gente entrou em debate e em consenso. Todo mundo me indicou no momento. Eu não queria, só que como foi unânime, todo mundo disse ao mesmo tempo que a melhor opção de assumir era eu, porque eu tinha mais experiência, como eu estava desde o início e tal. (ERNESTO, AUTOR, 2024)

Para a sorte do entrevistado, foi quando ele assumiu o grêmio estudantil que ocorrem as mobilizações para ocupação das escolas. Ele relata que, de início, foi contrário à proposta, em razão de não acreditar na capacidade de se efetuar uma ocupação no IFAL Murici, por

conhecer os estudantes, professores e gestores. Porém, Ernesto sempre entendeu o papel, enquanto representação estudantil no grêmio, e deixou por conta dos estudantes a decisão final. Ele relata que, na época, foi pressionado pelos estudantes para efetuar a ocupação, esse mobilizados e buscando a todo tempo entender a conjuntura e organizar o movimento, e pressionado pelos professores, que notando a movimentação dentro do IFAL e o movimento fora em outras escolas, orientaram para que ele evitasse a ocupação. Contudo, como dito, ele se via enquanto representação dos estudantes do IFAL, e quando feita a assembleia e decidida por larga margem a ocupação do instituto, ele se organizou com os estudantes para efetuar o movimento.

Aí o pessoal decidiu em assembleia. Decidiu que eu fosse presidente. E foi quando começou o processo de pré-ocupação. Foi quando começou a questão da PEC, a PEC da Morte, que era 241, se eu não me engano, que hoje é a emenda constitucional 95. Eu acho que é assim, se não estou enganado. E, na verdade, eu era contra a ocupação. Eu era contra a ocupação porque eu achava que não ia perdurar, lá no IFAL, por conhecer os estudantes que eu estava lidando, os amigos, os amigos não, os colegas que eu estava lidando, porque a gente já tinha outros momentos, a gente já tinha tentado mobilizar a massa estudantil, em prol de alguma causa, e nunca tinha dado êxito. Eu achei que se a gente ocupasse, a gente ia desocupar em dois dias. (...) Eu sofri pressão dos estudantes, sofri pressão dos professores, porque os professores não queriam, a maioria não queria que a gente ocupasse, e já estava começando aquela onda de ocupação e tal. Os professores não queriam que ocupasse e eu não queria, porque eu achava, não porque eu era contra a ocupação, era porque eu achava que não ia dar certo lá no IFAL. Mas como eu representava uma classe, a gente colocou em assembleia, conseguiu reunir todos e praticamente 90%, 80% dos estudantes estiveram presentes na assembleia. (ERNESTO, AUTOR, 2024)

A decisão por ocupar ocorre em um processo de mobilização dos estudantes e de intenso debate a respeito da PEC 241, os estudantes buscavam compreender o que era aquela proposta, quais os malefícios dela para a educação e como poderiam se mobilizar. A partir disso, fizeram o primeiro ato público, saindo do IFAL Murici e caminhando até a prefeitura da cidade, todos vestidos de preto. Esse momento relatado foi o divisor de águas para o entendimento de que o movimento iria crescer e que se fazia necessário ocupar a escola.

Para decidir... decidir o voto, tanto que foi uma assembleia pela manhã com os estudantes da manhã e outra assembleia no horário da tarde para decidir. E antes disso a gente tinha feito diversas outras coisas, tinha feito, não por iniciativa minha, mas de outros estudantes lá, vamos fazer um debate sobre o que era a PEC. A gente foi, a gente fez, a gente correu, fez os professores liberarem e os estudantes começaram a debater o que era a PEC. A gente fez, não foi da noite para o dia, a gente começou a debater a PEC lá porque uma coisa que a gente escutava muito na ocupação era que a gente não sabia por que estava lutando, mas a gente fez todo um processo pré-ocupação que a gente debateu o que era PEC, a gente mostrou os pontos do que era PEC, quanto era nociva para a educação pública e a gente organizou um ato na cidade de Murici, onde saiu do Instituto Federal, que é ali na

beira da pista, na beira da BR e foi até a prefeitura de Murici, todo mundo de preto, em luto pela educação e uma grande parte dos estudantes também na rua, no sol quente tremendo. E a partir dali a gente viu que o movimento ia crescer e a gente ocupou, que a gente decidiu aquilo, mas no momento não era a favor, só que como era o presidente a gente tinha que assumir a vontade da maioria. (ERNESTO, AUTOR, 2024)

Percebe-se que Ernesto compreende seu papel, enquanto representante da classe estudantil do IFAL Murici, mesmo enfatizando que era contrário à ocupação naquele momento, não por desacreditar do movimento, mas por não acreditar que iria ser de fato concretizado, ele não se absteve da decisão, muito pelo contrário, buscou se mobilizar junto aos estudantes para efetuar a ocupação. Também é possível perceber a horizontalidade do movimento nessa situação, na qual a liderança do grêmio, à época, foi acionada pelos estudantes que, em assembleia, protagonizaram o movimento de ocupação, não cabendo à gestão do grêmio outra função senão de se juntar aos estudantes no movimento.

Em relação ao movimento estudantil, Ernesto não se aproximou de nenhum movimento de juventude, apenas atuando pelo Grêmio, porém por cursar o técnico em agroecologia, ele ocupava os espaços onde eram debatidos temas e assuntos afeitos a juventude e aos movimentos sociais, e nesses espaços ele tinha contato com integrantes de movimentos de juventude. Ele enfatizou, na fala, a relação de proximidade com a FENET (Federação Nacional dos Estudantes em Ensino Técnico) que, na época e durante a ocupação, foi a única entidade estudantil que mantivera contato frequente.

A Maria Mariah, assim como Ernesto, estudou no IFAL Murici junto com seu irmão, que era da mesma turma que a dela, e assim como ele, não morava na cidade de Murici. Ela relata que, em razão de morar em uma outra cidade, passava a maior parte do tempo no instituto, por não ter tempo de ir para casa no intervalo do almoço, passando manhã e tarde por lá. Assim como Ernesto, ela entrou no instituto quando ainda era sediada em uma escola municipal.

Ela conta que, antes de chegar ao IFAL, estudou o Ensino Fundamental em uma escola na sua cidade. durante o 9 ano do Ensino Fundamental, ela fez uma prova que um professor da escola aplicava para que os 10 alunos aprovados fizessem parte de um cursinho preparatório, ela conseguiu ser aprovada para esse cursinho, e nele se preparou para a prova do IFAL, entrando no IFAL no Ensino Médio Integrado. O trânsito da cidade dela para Murici era feito por meio de um transporte intermunicipal. Ela pagava 24 reais por semana para o ônibus fazer o traslado ida e volta, e era um ônibus que fazia o traslado especificamente para estudantes do IFAL.

Antes das ocupações, Mariah fazia parte do movimento religioso da igreja católica, a pastoral da sua cidade, que ela considera como o primeiro movimento político que participou. Era um movimento que se dava no bairro em que morava, sem vínculos com partidos e movimentos políticos. Ela chega a esse movimento por curiosidade sobre o tema, por estar perto de sua casa e já ter visto aquele movimento por fora, através de cartazes, bandeiras e movimentação pelas ruas. Quando se tornou adolescente, foi convidada a participar. Os encontros eram semanais para conversar sobre o cotidiano, sobre temas ligados à natureza e à terra, produção da comida que eles consomem. Ela começa a se desvincular do movimento quando se afastou da igreja, algum tempo após a ocupação.

Ela conta não ter tido influências de seus pais na sua atuação política, apesar de conversar cotidianamente com sua mãe sobre o assunto, e ter bastante interesse sobre o tema. Ela conversava tanto sobre política eleitoral quanto sobre os movimentos de rua, principalmente sobre o movimento dos caras pintadas durante o governo Collor, quando a sua mãe estava em São Paulo e pôde acompanhar de perto. A participação política da mãe dela, na época, era apenas eleitoral, não estava organizada em nenhum movimento.

A relação dela com o IFAL era de afeto, gostava dos professores, amigos e da equipe técnica do instituto, evitava relação com a gestão do instituto. A mudança dela para o instituto causou uma reação de encantamento com a estrutura oferecida e com a recepção feita aos estudantes, em um choque positivo com as possibilidades oferecidas pelo instituto em relação à escola de sua cidade. No instituto, ela pôde participar de grupos nos quais eram debatidos temas como feminismo, gênero e diversidade, e também das extensões em tecnologia agroindustrial, nas quais pôde fazer atividades junto com o curso de agroecologia, criando laços com outros grupos. Ela relata que tinha uma grande admiração pelos professores e pelos debates que eles levantavam em sala de aula, sentindo-se contemplados pelas pautas que eles levantavam.

A atuação do grêmio estudantil, para ela, foi importante na época das jornadas de junho de 2013. Nessa época, eles passavam de sala em sala para conversar com os estudantes sobre o que estava acontecendo naquela época. As atividades do grêmio, antes da ocupação, dava-se na recepção dos calouros do instituto, na realização de gincanas e em atividades solidárias, como arrecadação de livros e alimentos. A atuação contestatória se dava nos problemas estruturais do instituto que, na época, era sediado dentro de uma escola municipal, e os problemas desse primeiro local eram relativos aos espaços. As aulas de educação física, por exemplo, eram feitas na maior parte das vezes em sala de aula, e às vezes eles iam para a rua para praticar esportes. Quando vão para o novo espaço, eles já têm acesso à estrutura de

quadra e também a laboratórios, porém não tinham equipamentos necessários para o funcionamento desses espaços. Outro problema estrutural, também lembrado por Ernesto, é o da água e da energia, principalmente o da qualidade da água. Assim, ele relata:

Então, eu acho que... bem antes da ocupação tinha por que a gente estava na estrutura provisória. Como eu falei, a gente dividia a escola com as crianças de ensino fundamental. A gente não tinha espaço, não tinha laboratório. Não tinha nada aqui nessa estrutura, era bem precário. Não era algo que me assombrava muito, porque não era muito diferente do que eu já vivia quando eu estudava aqui na minha cidade. Mas o pessoal sempre cobrou uma estrutura melhor, que desse mais condições para o desenvolvimento. Por exemplo, tinha as aulas de educação física, as aulas eram sempre dentro da sala de aula ou na frente da escola. Então, era passando o carro e a gente jogando bola. Então, assim, houve uma cobrança da gente neste sentido. Quando a gente mudou para a estrutura nova, aí a cobrança foi mais de... A gente tinha um laboratório, mas não tinha funcionamento. A gente tinha um laboratório de tudo, mas nem um laboratório funcionava porque não tinha os equipamentos necessários, porque... a energia do campus não funcionava, não aguentava os equipamentos que tinha. E aí, havia cobranças internas nesse sentido, tanto que quando a gente começa a perceber que o que a gente queria nas ocupações não ia dar certo, a gente começa a cobrar pautas locais, que é para poder tentar ter algum saldo político positivo na ocupação. (...) Antes das ocupações, eu acho que era essa questão de montar os laboratórios, do funcionamento dos laboratórios, e uma outra questão era da energia elétrica e da água. Então, assim, a água era totalmente insalubre, apertava assim, abria a torneirinha, a água era amarela, é... água de Murici. Então, tinha essas duas questões, que afetava muito assim, dia a dia, né? (MARIA MARIAH, AUTOR, 2024)

4.2 Experiência de ocupar a escola

Trincheira participou da ocupação do IFAL Maceió, mesmo não sendo um estudante da instituição. Na capital, existiam apenas duas ocupações, e ele, ao saber que existia a ocupação o IFAL, foi participar dela e ficou nela durante todo o processo, participando da ocupação como os demais estudantes. Ele relata que era recorrente a presença de estudantes de outras escolas na ocupação enquanto ocupantes, e outros que transitavam na ocupação apenas enquanto apoiadores do movimento. Dessa forma, o ocupa recebia bem os interessados em participar do movimento, também é relatada a presença de alguns professores para dar suporte aos estudantes com mantimentos. Durante a ocupação, a segurança privada do *campus* continuou atuando, mas não se envolvia com os ocupantes, apenas estavam fiscalizando o patrimônio, foram os únicos funcionários que continuaram trabalhando no instituto.

É relatado por Trincheira que a reação do instituto no *campus* Maceió, com a ocupação, foi dividida, já que professores e parte da gestão via com bons olhos o movimento;

porém, por ser não serem estudantes do IFAL, não conseguiram dizer com precisão como foi essa reação. Os apoios do ocupa Maceió eram ligados fortemente aos sindicatos do instituto, e também da sociedade civil da capital, que se ofereciam para coordenar atividades com o ocupa, e também da FENET, a Federação Nacional de Estudantes em Ensino Técnico, também tiveram ajuda do MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra), que fez doação de alimentos orgânicos. O estudante estava articulado com a FENET, sendo um dos representantes com o aceite da diretoria da federação, e nesse papel ele também transitou em outras ocupações para articular conjuntamente, e também como uma ponte entre a FENET e as ocupações de todos o IFAL. Ele relatou que, antes de ocupar, não houve muito diálogo entre os ocupas; no entanto, uma vez ocupado, houve um diálogo constante, com reuniões conjuntas entre os representantes de cada instituto, reuniões essas ocorridas em vários *campus*, principalmente no de Maceió por ser mais central.

As regras de convivência do ocupa IFAL Maceió eram simples, envolviam a participação nas atividades e eventos e a manutenção da organização do espaço. Como os demais ocupas, houve apoio do sindicato dos professores e dos técnicos do IFAL. O instituto se localiza no centro da cidade, o que favorecia a ida de diversos grupos para realizar atividades culturais junto aos ocupantes. Trincheira relata a preocupação deles em manter o ocupa sempre ativo, ocupando a programação de oficinas de dança e teatro, projeção de filmes, aula com professores, que se dispunham a participar e rodas de conversa. Também enfatiza a importância de ter atividades lúdicas para não fazer daquele espaço um lugar “sem graça”. Uma participação interessante que ele relata é a de um pastor da assembleia batista, que foi à ocupação dar palavras de conforto e falar da atuação de Jesus no combate às injustiças.

Eu não lembro se chegou a ser exatamente um culto, mas assim, chamo de culto. Eu sei que foi um pastor lá, que é o Pastor Wellington, de uma igreja batista daqui. Ele levou umas palavras de conforto e tal, incentivar. Não lembro se ele levou doação também, porque era comum as pessoas que levavam doação. Mas lembro que ele foi lá, ele foi como um pastor mesmo, levar o evangelho de Jesus, de lutar contra as injustiças e tal. Era um espaço bem aberto, que todo mundo que queria apoiar era recebido lá. (TRINCHEIRA, AUTOR, 2024)

O maior momento de tensão do ocupa foi a invasão que ocorreu no IFAL Maceió, feita por estudantes e ex-estudantes do instituto. Trincheira relata que tal fato ocorreu em uma noite, na qual os estudantes pularam o muro do instituto e se instalaram em um dos blocos. Durante essa invasão, foi criada uma rede de solidariedade com diversos movimentos e com

outras ocupações, a intenção dos invasores de produzir alguma forma de conflito não foi efetuada, e foi organizada a retirada deles. Em toda situação, a polícia não adentrou o *campus*, ficando do lado de fora.

Houve uma tentativa de desmobilizar a população, que uma galera invadiu o campus, pulou o muro e tal, para tentar assustar, mas aí não deu certo. O pessoal saiu sem conseguir atraparlar nada. Só foi um susto porque foi do nada. Depois que a gente viu que eram estudantes e tal, querendo atraparlar, provavelmente estudantes bem extremistas, direita e tal, estavam vendo os exemplos de ocupações de outros estados, de gente querendo ir lá atraparlar e quiseram fazer aqui o mesmo. Aí o que aconteceu é que eles ficaram lá no canto deles, dentro de um bloco, aí nesse momento a notícia se espalhou, né? Um monte de professor, de família. O pessoal organizou a saída deles, mas não teve nenhum prejuízo. A polícia ficou do lado de fora do IFAL, porque não teve nenhuma necessidade, mas a polícia chegou a ir, mas não houve nada, entendeu? Só foi o susto. O pessoal ficou lá do lado de fora. Só lá, caso fosse necessário. Mas aí pronto, resolveu, o pessoal foi embora e a ocupação continuou. A ocupação não acabou, não se prejudicou por isso não. E depois não aconteceu mais nada. Acho que foi a única situação assim, mais complicada que aconteceu. (TRINCHEIRA, AUTOR, 2024)

O ocupa Maceió se organizava por comissões e tinha uma coordenação geral. As decisões eram feitas em comissões quando corriqueiras, e as decisões mais importantes e decisivas eram feitas em assembleia, com direito a voto de todos os ocupantes. Ele relata que a organização e os cronogramas eram feitos visando uma junção entre atividades culturais e formativas. Foram organizados debates sobre temas como causa animal, racismo e veganismo. Também organizavam as atividades diárias de zeladoria e de alimentação.

A ocupação em Marechal Deodoro se divide em dois momentos, e Santos participa de ambos. A primeira ocupação do IFAL Marechal Deodoro ocorre em 2015. Na época, ele já tinha inserção dentro dos movimentos de juventude, sendo um militante político da UJC; dos estudantes entrevistados, ele é o único que, na época, cursava o Ensino Superior no instituto, sendo já mais velho que os outros entrevistados.

A primeira ocupação ocorre em uma conjuntura de atraso das bolsas estudantis, o que inviabilizava que muitos estudantes fossem ao *campus* para aulas e atividades. A partir dessa reivindicação, o jovem relata que o processo de ocupação é levantado pelos estudantes do IFAL, e não apenas pelas representações estudantis. Então, o movimento se forma em solidariedade aos colegas, que não estavam conseguindo manter suas atividades diárias no *campus*, por razão desse atraso; destaca, também, que houve ajuda financeira dos colegas para ida dos bolsistas, só que não dava conta da demanda, e pela forma como a gestão do *campus* não atendia aos anseios dos estudantes, a solução que eles encontraram foi ocupar o instituto.

É porque se tem impressão, às vezes, de fora, que esse processo parte das forças políticas para os estudantes. Pelo contrário, inclusive é contraditório esse movimento partir das forças políticas, mas os estudantes coletivamente sentiam a necessidade de fazer alguma coisa, de tomar alguma atitude, para que os nossos colegas não fossem prejudicados, porque como eu falei para você, nós tínhamos colegas que estavam há meses sem pisar no chão da escola. Nós trocávamos contato, trocávamos figurinha, tentávamos entender o que estava acontecendo, e tentávamos ajudar para que eles pudessem ir à instituição, mas aquilo não dava conta de atender uma demanda gigante de estudantes da instituição. Não dava para tirar do bolso e ajudar sempre os nossos colegas. Então, existia um clima de insatisfação dos estudantes contra o atraso das bolsas. Assim, a gente se reuniu várias vezes com a gestão do campus, perguntando, “e aí, quando é que vai cair a bolsa? Por que não caiu? Qual é a alternativa dada pela gestão do campus, como é que nós vamos garantir concretamente que os nossos estudantes cheguem à instituição?”. E nós sempre éramos vencidos pela burocracia. Nós sempre éramos vencidos por alguma desculpa esfarrapada também da gestão do campus. (SANTOS, AUTOR, 2024)

Após essa primeira ocupação, o IFAL Marechal Deodoro se mobiliza para ocupar novamente em 2016. De acordo com Santos, a decisão por ocupar a segunda vez se deu acompanhando a movimentação das ocupações em todo o Brasil, destacando também que houve uma demora na tomada de decisão para ocupar, motivada, segundo ele, em razão de um receio de a ocupação se esvaziar ao longo do tempo. Uma vez ocupado o *campus*, Santos dormia todos os dias na ocupação. Sobre o fato de se tratar de uma segunda ocupação, ele relata que, apesar de se tratar de um *campus* com bastante rotatividade de estudantes, que entram e se formam todo ano, os estudantes remanescentes da primeira ocupação adquiriram uma experiência. Ele fala, também, que nunca imaginou que ocuparia de novo o *campus* em um período tão curto de tempo e, por se tratar de uma segunda ocupação, ele atribuiu a uma maturidade política maior dos ocupantes na organização e na feitura das atividades e dos calendários. Dentre as atividades, ele faz referência a uma oficina de teatro, que ele chama de Teatro do Oprimido, enfatizando que mesmo a instituição estando ocupada, a ocupação buscou manter ativo o processo de aprendizagem através das atividades.

Nós fizemos algumas discussões, mas nós fizemos algumas oficinas como a do Teatro do Oprimido, para fazer com que nós tivéssemos acesso a um processo formativo, por mais que a escola estivesse institucionalmente parada. Institucionalmente não funcionava, mas o nosso ato de educar estava ali todos os dias, de uma forma, de uma metodologia completamente diferente do que a instituição propunha. Às vezes, daquele ensino mais expositivo. Claro que alguns professores pensavam no ensino dialógico, propuseram praticamente o ensino dialógico, mas às vezes a gente sentia falta desses processos metodológicos diferentes para agregar na multiplicidade da nossa formação. E a ocupação dava conta disso. Nós assistimos filmes relacionados à ocupação como, por exemplo, nós assistimos alguns documentários, se eu não me engano, como, por exemplo, da ocupação do Chile, fazíamos debate entre nós mesmos. Para a gente, foi muito valioso no processo de formação essa ocupação, mas porque nós já tínhamos uma maturidade de como nós poderíamos mudar em relação à ocupação que nós fizemos no ano passado, em 2015. Então, sim, a ocupação de 2015 auxiliou demais para que a gente pudesse avançar na ocupação de 2016 e ganhar fôlego para que os nossos

alunos continuassem ocupando conosco durante a maior quantidade de tempo possível, até que a gente conseguisse barrar a então PEC, tanto a do ensino médio quanto a PEC do congelamento dos gastos durante 20 anos. (SANTOS, AUTOR, 2024)

A relação entre o ocupa e a comunidade de Marechal Deodoro era boa. Segundo nosso entrevistado, existia o reconhecimento por parte dos moradores da legitimidade do movimento e, assim como as demais ocupações, a de Marechal Deodoro contou com o auxílio da população de Marechal, do sindicato dos técnicos e professores do IFAL, e também do MST. Sobre o dia a dia, eles faziam assembleias para que os estudantes falassem das demandas e da distribuição das atividades a serem realizadas por cada um dos estudantes. Santos conta da preocupação do ocupa com a divisão sexual do trabalho, preocupação que se refere a evitar uma divisão sexista do trabalho.

Boa parte da população de Marechal Deodoro, assim, pelo menos próxima da escola, entendia os motivos da nossa ocupação. Nós, em alguns momentos, enfrentamos dificuldades, até em relação à alimentação mesmo. Claro que nós recebíamos um apoio dos movimentos sociais, por exemplo, o MST ajudou muito a gente, o SINTETFAL, que é o sindicato dos técnicos administrativos e professores do Instituto Federal. A comunidade próxima ao entorno da escola, ela também nos ajudou durante esse processo e ela nos incentivava a lutar, porque ela entendia o quão retrocesso significava essas duas PEC. E aí, é claro que, como nós já tínhamos uma experiência de ocupação do ano passado, nós aumentamos a nossa lista de cobranças na instituição. A gente criava através de assembleias gerais de reuniões coletivas, entre todos os estudantes que estavam ali na ocupação, um debate sobre o que nós precisávamos fazer no dia seguinte, sobre como iria ficar a divisão do trabalho. Nós tínhamos preocupações inclusive com a divisão sexual do trabalho para evitar atividades de caráter sexista dentro da instituição. (SANTOS, AUTOR, 2024)

Ainda sobre a organização do ocupa, existia um planejamento relativo a quem ficaria no *campus* e quem poderia retornar para casa. Essa prática visava garantir o bem estar dos ocupantes, pois dormir todos os dias na ocupação provocava desgaste e cansaço, porém era preciso manter um número grande de estudantes no local para proteção do espaço e para zelar pelo patrimônio. Como as demais ocupações, eram divididas comissões para executar as atividades diárias, e a comissão de organização ficava junto das comissões para manter uma sintonia entre as atividades, e como dito anteriormente, o ocupa, devido a uma experiência anterior, teve um cuidado extra com possível sexismo na distribuição dos membros nas comissões.

As participações de outros grupos na ocupação ocorriam através de redes de contatos, já tecidas pelos diretórios e pelo grêmio, alguns participantes mais ativos já tinham contatos e relações com outros movimentos, e alguns contatos eram feitos através de professores ou

movimentos e atores buscavam a ocupação para feitura de atividades. Qualquer dessas atividades era levada para assembleia, para votação dos participantes sobre se seria ou não realizada, ou como seria organizada a atividade.

Às vezes a articulação acontecia porque nós do Diretório Acadêmico e os estudantes do Grêmio Estudantil, nós compúnhamos, na verdade, forças políticas da oposição de esquerda. Então, nós tínhamos contatos, já de experiências anteriores políticas que nós já tivemos. Alguns contatos, nós mesmos que fazíamos, nós que articulávamos pelos bastidores. Outros contatos aconteciam dos dirigentes, da ocupação, porque querendo ou não vão se formando dirigentes, né? Alguns quadros que vão direcionando os contatos. Nós fazíamos algumas intermediações com professores e esses professores articulavam com outros nomes. Então, se algum momento eu precisasse trazer um coletivo para debater opressões, às vezes o meu contato não era direto com o coletivo, mas com um intermediador que tinha uma relação com o coletivo que poderia levar a instituição que fazia a proposição. Fazia uma proposição com data e horário e a gente levava isso para a Assembleia dos Estudantes e apresentava a proposição para saber se era válido ou não naquele dia, naquele horário, mas geralmente acreditou que não teve nenhum momento que a gente não aceitou a proposição, porque a gente também entendia que seria difícil não ser adequar à disponibilidade desses grupos. Em alguns momentos, alguns movimentos chegavam para a gente e se propunham a fazer atividades dentro da instituição de forma autônoma, as vezes a gente nem conhecia o movimento, mas chegava pra gente, já tinha um certo sucesso da participação desses movimentos em outros campus, então a gente também aceitava a entrada deles na instituição pra poder contribuir pro nosso processo de ocupação e de formação dos estudantes. (SANTOS, AUTOR, 2024)

Os tensionamentos ocorridos na ocupação se deram no processo de deflagração, alguns estudantes não aceitaram a ocupação. Santos não recorda se isso aconteceu na primeira ou segunda ocupação, em alguma delas um dos estudantes chegou a gesticular gestos nazistas para os estudantes que estavam se mobilizando para ocupar, e a tal gesto eles não reagiram, visto que uma das principais preocupações dos ocupas estava ligado à legitimidade que pleiteavam para com a sociedade civil, e qualquer reação que gerasse alguma agressão poderia depor contra o movimento; então, era pacificado entre os ocupantes evitar a todo custo qualquer atritos ou reagir a provocações, pois, a partir disso, poderia acontecer algum episódio de violência ou agressão.

Em relação aos alunos, já que eu falei, existia um tensionamento de parte dos alunos, né? Inclusive, eu me lembro que no primeiro dia que a gente tentou ocupar, né? Alguns alunos tentaram tensionar nesse sentido. E aí eu vou falar pra você... Eu não me lembro se foi na primeira ou na segunda ocupação, inclusive teve um aluno na primeira ou na segunda ocupação que fez menção a um símbolo nazista. Só pra gente entender o nível de tensionamento que existia na época, né? E tentava caçar confusão, só que a gente sempre entendia que aquele era o momento de manter a tranquilidade, porque o objetivo era fazer com que nós perdêssemos a cabeça e a gente não queria deslegitimar todo o processo coletivo de construção que a gente tinha feito até então. Então nós não responderíamos o ódio com ódio. Nós responderíamos o ódio com o nosso amor, andando de mãos dadas, sendo empático

com quem estava construindo aquela ocupação coletivamente todos os dias. (SANTOS, AUTOR, 2024)

Ernesto estava no quarto ano do Ensino Médio, na época da ocupação do IFAL Murici, devido a ser uma instituição com ensino técnico, ele estudava no Ensino Médio Integrado, em que ele dispunha de disciplinas do ensino básico e também de ensino técnico, o que levava a formação a durar mais tempo. Como vimos no tópico anterior, Ernesto teve a sorte de ter sido indicado como liderança do grêmio estudantil, pouco antes de iniciar o processo de mobilização para ocupar a escola. Com uma opinião pessimista a respeito da ocupação, achando que não daria certo, ele se mobiliza para ocupar aceitando a decisão da maioria dos estudantes do instituto. Em sua fala, enfatiza isso e mostra que estava errado, colocando que a ocupação de Murici foi a que mais tempo permaneceu ocupado, graças a uma decisão da justiça que indeferiu a reintegração de posse.

Já tinha começado a onda de ocupações. Eu não me engano, acho que alguns... não estou lembrado agora, não sei se o IFAL de Maceió já estava ocupado, o IFAL de Marechal, que começou assim, o pessoal ocupando e a gente decidiu ocupar. Só que a gente teve um diferencial, eu achei que, como eu disse no início, eu achei que a gente não ia ficar dois dias, em a gente acabou sendo o instituto que ficou mais tempo ocupado. E acabou recebendo apoio de todos os outros institutos, porque os outros receberam pedido de reintegração de posse e o da gente foi indeferido. E a gente passou mais tempo ocupado. (ERNESTO, AUTOR, 2024)

Uma vez decidido ocupar, decisão tomada em assembleia aberta à discussão, Ernesto e os demais estudantes se viram confrontados pela gestão da escola, que mantinha uma relação de proximidade com os estudantes. Ernesto fez um grupo de mensagem para dialogar sobre o movimento e, no grupo, ele comentou que achou covarde a atitude da gestão do IFAL perante o movimento de ocupar a escola. Esse áudio em questão foi vazado para a diretora, que o chamou para uma reunião. Já preparado para tratativas, ele chamou um colega de grêmio para acompanhá-lo, prevendo que se fosse sozinho para reunião poderia ser colocada a palavra da diretora contra a dele. Nessa reunião, ele relata que foi utilizado o áudio gravado por ele como forma de intimidá-lo; quando percebeu que não funcionou, a diretora recuou e tentou tornar a relação mais amistosa, dando certeza para eles de que não iria restringir o movimento. Porém, no dia em que a ocupação iria ser efetuada, data informada pelos dois na reunião, a diretora fez um esquema para evitar qualquer mobilização, proibindo acessos, inclusive ao grêmio estudantil da escola. Nesse momento, Ernesto estava fora da escola, pois fora buscar um fogão para poder viabilizar a alimentação dos ocupantes, e, ao saber disso, foi à escola confrontar a diretora. Nesse processo, foi sendo resolvida a questão para efetivação da ocupação.

Os estudantes não pararam definitivamente a instituição, pois sabiam da importância do funcionamento do administrativo do instituto, principalmente em razão das bolsas de pesquisa e extensão, prejudicando grande parcela dos estudantes. Para além do funcionamento do administrativo, os estudantes quando ocupam, mobilizaram-se para montar um calendário de atividades, no qual é enfatizada, na conversa pelo Ernesto, a preocupação no tocante à imagem da ocupação, buscando mostrar que aquele não era apenas um espaço de protesto contra algo, mas também um espaço onde atividades eram executadas. Essa montagem do calendário foi feita também como forma de demonstração da ocupação como lugar para aprendizado.

(...) a partir do momento que começou o processo de ocupação, a gente fez todo um calendário. A gente não estava só ocupando. Ai fizemos um calendário de atividades. Para você ter ideia, eu acho que o movimento de ocupação no Brasil inteiro foi tão forte que teve um cara que veio de Minas Gerais. Ele tinha família aqui em Maceió, ele viu o movimento de ocupação da gente e perguntou se podia dar uma palestra. Ele tinha uma pesquisa, se não me engano, sobre previdência, aí tinha todo esse processo de reforma da previdência e tal. Ele ligou para a gente, ah, posso falar com vocês sobre... Todo dia a gente tinha atividade, de manhã e pela tarde. E todo dia a gente fazia reunião, para tirar o saldo do dia, o que a gente fez, o que a gente iria fazer... E aí a gente tomava conta, a gente varria, a gente limpava, a gente... passava pano, cozinhava e todo mundo tinha uma atividade. E como foi até no período de Enem, a gente fez aulas pro pessoal e não era só por o IFAL, era para a comunidade, a gente deixava aberto. (ERNESTO, AUTOR, 2024)

Enquanto estrutura do ocupa, eram feitas comissões para realização das atividades diárias, dentre elas tinha a comissão de limpeza, comissão de alimentação, de segurança, entre outras. E junto a isso também tinham debates para organizar regras para convivência. Essas regras serviam para evitar atritos e conflitos, prezando pela boa relação e pelo respeito ao outro.

É porque tinha, como vocês sabem, vamos dizer assim, um bocado de adolescentes junto em um canto. Tinha... claro, rixas, tinha... você fazia um barulho... Zuada, alguma coisa. A gente decidia, em todo final do dia a gente fazia reuniões, aconteceu isso, está acontecendo aquilo, não sei o que. Porque, por exemplo, não sei se é uma dessas pautas, a gente ficou alojado na quadra de esportes. E a gente tinha acesso a bolas. E a gente ficava brincando, aí tem alguém que queria dormir. Aí a gente tava no atrito e tal. E a gente começava, começou a ocupação e decidiu, tá? Aí, no decorrer da convivência, aconteceu alguns atritos, alguma coisa, a gente botava em... Quando chegava na reunião discutia sobre isso, se era realmente acatável ou não. (ERNESTO, AUTOR, 2024)

O IFAL de Murici buscava horizontalidade na organização e nas atividades, foi relatado por Ernesto que na ocupação “ninguém era maior que ninguém”, porém ele enfatiza o papel dele e de um amigo enquanto representantes do grêmio nas situações de tensão. Para

além disso, era uma preocupação do IFAL de Murici a busca pela paridade de gênero na representação, existindo também lideranças femininas que iam para reuniões e falavam para o público. Ele relata o caso da ida ao IFAL de Maceió, após a invasão, como um caso à parte em que foi apenas ele e o amigo, e ele justifica isso em razão do ocupa de Maceió estar em situação de medo e vulnerabilidade. E, assim, evitavam presença de pessoas que não conheciam por medo de infiltração, sobrando para os dois, em razão de já terem vínculos estabelecidos com as pessoas do IFAL Maceió.

Uma questão interessante sobre o IFAL Murici era a alvorada. O termo me causou estranhamento e, quando pergunto ao Ernesto, ele explica que se trata de uma forma de acordar as pessoas da ocupação através de cantoria. Ele explica que aprendeu essa forma de começar o dia nos eventos em que ia, e que trouxe para ocupação como forma de animar as pessoas e de começar o dia se divertindo.

A gente saía, às vezes quando a gente estava muito disposto, saía cantando uma música, e aí a pessoal, bora acordar. Porque isso eu tirei dos congressos que eu participava. Eu participava do ERA, é o Encontro Regional de Agricologia. E como era de aluno para aluno... Aí ficava muitas vezes a gente ficava acampado, porque não tem dinheiro pra hotel, nem nada. Às vezes a escola não dava pra todo mundo, a gente acampava. Aí tem o processo de alvorada, que era, saía cantando, batucando, cantando música... Um, sei lá, cantava música de Edson Gomes e tal. Aí saía, quem puxava alvorada era que escolhia as músicas, a gente saía para barraca, pra quem ficava em barraca, saía na barraca, a pessoa acordava, não sei o que, cantava, era algo normal, acordava o pessoal. (ERNESTO, AUTOR, 2024)

O diálogo entre os representantes das ocupações dos IFAL era recorrente. Ernesto relata que a relação ficou mais próxima a partir da invasão do IFAL Maceió por grupos de direita. Esse ataque mobilizou as ocupações do instituto a organizarem reuniões para decidir conjuntamente ações e atividades e, em razão de serem parte do mesmo instituto, buscavam mobilizar contra a gestão que, na época, iniciou os pedidos de reintegração de posse.

Liderança das ocupações. Porque, se eu não me engano, o grêmio estudantil na época, o de Maceió, era de direita. Quando teve o seu processo de ocupações, não tinha nenhum apoio a ocupação do IFAL de Maceió. Teve um problema que aconteceu à invasão, de uns radicais de direita, não sei se o Nicolas comentou, no IFAL de Maceió e foi quando a partir desse momento ele começou a criar uma cúpula, vamos dizer assim, ia pelo menos dois representantes de cada ocupação, se juntava no IFAL de Maceió para gente decidi, que foi também a partir dessa invasão que começou a soltar os pedidos de reintegração de posse, e quando o reitor, reitor do IFAL na época, foi para Brasília, acho que deve ter levado... uma comida de rabo, dizendo assim, da reitoria, que até então ele estava omissa. Quando ele foi para o Brasília, ele voltou com um pedido de reintegração de posse. (ERNESTO, AUTOR, 2024)

Sobre a relação com movimentos de juventude e os sindicatos, o entrevistado enfatiza a presença do sindicato dos professores e dos técnicos do IFAL, o SINTIETFAL, nas ocupações. O sindicato fazia plenárias em cada instituto durante as ocupações, cada plenária em um *campus* diferente. Nesses espaços, também estavam os estudantes e os movimentos de juventude. Ele também relata ter recebido convites para ingressar nesses movimentos, pois não participava de nenhum e se declarava como independente.

Além do apoio dos sindicatos, também teve apoios de movimentos sociais. Por se tratar de uma cidade localizada na Zona da Mata, muitos assentamentos de trabalhadores rurais doavam alimentos e mantimentos para o ocupa, e foi relatada a fartura do ocupa no tocante a mantimentos de alimentação. Também teve apoio do Movimento Sem Terra e de outros movimentos do campo.

Cara, a gente teve muito apoio aí. Teve um dia que o pessoal... A gente fez a Assembleia, né? O pessoal de Maceió, do Marechal veio... Quando foi ver a quantidade de comida que a gente preparou. Eles ficaram bestas, porque a zona da mata tem muito assentamento rural. A gente recebeu muita doação dos movimentos sem terra. De macaxeira, batata, feijão... e os professores sempre davam uma ajuda de custo para a gente, e nunca faltou comida. Tinha momentos que diminuía a quantidade, mas nunca chegou assim “a gente passou fome. Eu, brinco até, eu almoçava lá melhor do que em casa. Brincando. A gente teve muito apoio dos professores, que também era o sindicato dos professores e dos técnicos, o SINTETFAL. Tinha muito movimento, que a gente teve apoio dos assentamentos, dos sem terra. (ERNESTO, AUTOR, 2024)

O ocupa também contava com o apoio do Conselho Tutelar, essa é uma importante instituição nesse momento histórico, na qual, a maioria das ocupações eram movimentadas e ocupadas por menores de idade. Os estudantes de Murici, preocupados com possível perseguição judicial devido à presença de menores de idade, elaboraram um termo de consentimento para ser assinado pelos pais, termo esse que visava resguardar os ocupas de qualquer perseguição judicial. O Conselho Tutelar foi visitar os ocupas, pois, um dos ocupantes fazia parte do Conselho Tutelar de Branquinha, cidade da região.

Tinha muito movimento, que a gente teve apoio dos assentamentos, dos sem terra. E outro que também vale lembrar, como a gente era menor de idade antes de ocupar, uma das coisas que aconteceu com outras ocupações, a gente fez um... Falaram “é um menor de idade, vamos barrar menor de idade” eu falei, “Pô, a maioria dos estudantes da gente é menor”. Aí eu falei, não, se eles querem participar, pelo menos eu vou elaborar um termo de compromisso. Tipo, o pai autoriza, estou autorizando o filho a participar da ocupação, quero ocupar o IFAL Murici, não sei o quê, não sei o quê(...) A gente elaborou, só participou da ocupação quem tinha autorização dos pais. Pelo menos era o que a gente acreditava. A gente teve apoio do Conselho Tutelar. O Conselho Tutelar foi visitar a gente porque um dos ocupados era o Conselheiro de Tutelar. De Branquinha, da cidade de Branquinha. A gente teve

apoio do Conselho de Branquinha, Murici e de Messias. A gente teve um apoio pessoal. (ERNESTO, AUTOR, 2024)

Mariah também esteve na articulação para a ocupação do IFAL Murici, e relata algo já destacado por Ernesto, que a atuação para efetivar a ocupação não partiu do grêmio estudantil, e sim dos estudantes do IFAL. Porém, ela também explica que o Grêmio se tornou importante na mobilização a partir do momento que foi efetivado o ocupa.

Diferente de Ernesto, que atuou na ocupação a partir do momento em que foi decidido pelos estudantes, Mariah participou das primeiras movimentações dentro do IFAL. Ela contou que tudo começou quando os estudantes articularam um protesto em que todos iriam de preto, como forma de demonstrar o desagrado com a conjuntura. No primeiro dia, apenas 4 estudantes se engajaram; no segundo dia, a maioria dos estudantes foram trajados de preto. Logo, eles também articularam com os professores de humanas da instituição aulas e rodas de diálogo sobre a PEC do Teto de Gastos e os impactos que ela iria trazer para a instituição e para a vida deles como todo. Ao perceberem a movimentação no Brasil inteiro, os estudantes se engajaram para dar início à ocupação. Houve um conflito inicial com o grêmio estudantil, que queria fazer uma ocupação de forma mais organizada, porém os estudantes estavam entusiasmados com a ideia de ocupar e tomaram a dianteira do processo, que foi decidido em assembleia, foram realizadas duas, nos dois turnos em que o instituto funcionava.

Teve esse dia de todo mundo de preto, né? No primeiro dia só foram quatro pessoas, no segundo dia foi a galera toda. Aí a gente pensou, tipo, dá pra mobilizar? Nesse dia que foi todo mundo de preto, a gente chamou professor de filosofia, professor de história, professor de sociologia e professor de geografia e pediu para que eles conversassem com a gente sobre o que era a essa PEC do teto dos gastos e como é que eles viam que isso afetava na nossa vida, sendo que isso era um dia de aula. E a gente fez assim, conversou e foi todo mundo para o auditório, a gente quer conversar sobre isso hoje. E isso muito do que a minha irmã estava vendo na internet e na mobilização dos outros campos. Então eu dizia “olha, aconteceu isso” a gente dizia, “então vamos fazer aqui também”. Antes era minha irmã, eu e mais duas colegas. E aí a gente foi de sala em sala, chamou os alunos para o auditório e foi conversar sobre isso. E a galera foi, os professores alguns não queriam liberar, mas a escola toda foi. Isso foi de manhã. E aí a gente foi conversar sobre a gravidade desse teto dos gastos para educação pública que já é tão fragilizada. E... E aí se deu até um conflitozinho com o grêmio, porque o grêmio disse que a gente agiu de forma muito precipitada, porque eles iam fazer isso de forma organizada, e a gente meio que fez de supetão. (MARIAH, AUTOR, 2024)

A partir do momento em que o movimento se formou para ocupar a escola, como foi dito por Ernesto, eles se mobilizaram para sair na rua em uma manifestação pública dos estudantes contra a PEC do Teto de Gastos. Mariah ainda detalha que contaram com a participação de movimentos sociais e do sindicato dos técnicos e professores do IFAL nesse

ato; dentre os movimentos, estavam o MST e o movimento das mulheres camponesas, que tinham um assentamento em Murici. Nesse momento, o grêmio começa atuar, conseguindo articular com o sindicato equipamentos de som e veículo.

Quando ocupam, os estudantes contrários à ocupação não se mobilizam para evitar, e diziam para os ocupantes que não iria durar 5 dias o movimento. Quando o movimento começou a perdurar e se fortalecer, esses estudantes utilizavam das redes sociais para comentar na página de *Facebook* do grêmio estudantil que o movimento não era legítimo e que eles queriam voltar a estudar. A atuação desses estudantes se deu apenas pelas redes.

Elas não tentaram impedir a ocupação, mas elas se manifestaram contra durante toda a ocupação. Então, tinha um grupo no Facebook que era o Grêmio Estudantil Holanda Júnior. E aí nesse grupo do Grêmio, o pessoal que era contrário à ocupação, no início não, mas quando viram que não era uma coisa de na semana, porque eles ficavam dizendo assim, que “ah, não dão cinco dias para desocupar” não sei o quê. E acho que a nossa ocupação foi a maior do Estado em relação ao tempo, né? A gente ficou mais de 50 dias. Aí ao passar das semanas, eles foram mais incisivos dentro desse grupo, de falar que não era legítimo, que era injusto, que atrapalhava as aulas, que eles queriam estudar e uma série de questões assim. E alguns outros, que não esses que votaram na assembleia, comentavam também que já estava indo longe, já considerava que estava indo longe as ocupações, então eles se mostravam o contrário. (MARIA MARIAH, AUTOR, 2024)

No início do movimento, alguns setores do IFAL continuaram funcionando e, durante a ocupação, alguns eventos marcados para ocorrer no IFAL aconteceram dentro da ocupação. A entrevistada relata que o Encontro Nacional de Tecnologia do Leite, que a pedido da professora, que enfatizou que não tinha qualquer interesse em boicote ao movimento e apoiava as reivindicações, solicitou ao ocupa que pudesse fazer o evento no instituto. E foi acordado com o ocupa a realização desse evento, que também era de interesse dos estudantes que ocupavam. Outro evento citado foi a caravana agroecológica e, nesses eventos, alguns estudantes de outros *campus* dormiram as dependências do IFAL. Todos esses eventos entravam na organização do cronograma, Mariah cita a peça de teatro que ocorreu no ocupa do grupo “Oz Informais” como um momento emocionante para ela.

Sobre a relação entre o ocupa e a mídia, a presença de um professor, que também atuava enquanto locutor, foi importante para que eles pudessem ter espaço na mídia local. Além disso, foram convidados para rádios da região, para falar sobre o movimento e sobre a conjuntura política, a Mariah pôde falar na rádio da sua cidade sobre o movimento. Para além disso, enfatiza a importância da comunicação com os pais dos estudantes e com a sociedade civil como um todo, e nisso ela relata uma criação de vínculo entre o ocupa e trabalhadores que estavam reformando o asfalto da pista de frente ao IFAL que, em razão dos equipamentos

usados, ficaram acampados na obra. Essa proximidade fez com que os estudantes tivessem um bom diálogo com eles, os quais, em retribuição, ajudaram os mesmos a panfletar na rua durante os intervalos da obra.

Pensando mais local, sem ser jornal de repercussão estadual, a gente conseguiu fazer um trabalho muito bacana, que foi de ir para as rádios. Então a gente estava pensando em ocupar e estava o professor que também é locutor na rádio convidando a gente para poder conversar sobre o que eram essas ocupações. E foi uma coisa bem bacana, assim, nas rádios aqui da minha cidade, eu que fui. E eles sempre convidavam um professor, um estudante e mais alguém para poder comentar o que estava acontecendo e por que a gente estava pensando nisso. E aí eu acho que isso foi bacana, porque pelo menos os pais de quem estavam ocupando ou das pessoas que estudavam no IFAL, pelo menos de Murici, estavam entendendo mais ou menos o que a gente estava fazendo lá. E a gente sempre deixava muito aberto o convite para as pessoas participarem da ocupação. Todo mundo que quis ir na ocupação a gente recebeu de braços abertos, fez um tour na escola, mostrou o que estava fazendo, o que a gente tinha ali, o que a gente estava querendo fazer, o que a gente estava tentando com aquela ocupação. Inclusive, só mais uma coisinha. Na época estava acontecendo a reforma da pista do asfalto, que o IFAL lá em Murici fica localizado próximo a BR. Alguns trabalhadores que estavam na construção desse asfalto, eles dormiam lá nessa construção, acampavam lá porque tinham que cuidar dos equipamentos. E eles ficaram muito parceiros, a gente ficava conversando pela grade do IFAL com essa galera. E quando era durante o dia que tinha aquele movimento pare siga para poder os carros transitarem, durante as paradas eles... nos ajudavam para fazer a panfletagem com os carros que estavam parados na BR. A gente fazia a panfletagem, a gente levava cartazes, a gente conversava com os motoristas. Então foi uma outra coisa bacana assim, com os trabalhadores que estavam ali ao redor do IFAL. (MARIA MARIAH, AUTOR, 2024)

Um detalhe importante levantado por Mariah é em relação à política local de Murici, a cidade tem um apreço grande pela figura do governador da época, o Renan Filho, e também com o Senador Renan Calheiros, pai e filho nasceram na cidade de Murici e, segundo os moradores, tinham uma relação próxima com o município e buscavam sempre recursos para ajudar a região. Então, quando os estudantes se manifestavam na rua em cobrança a algum dos dois políticos, eram censurados pela população da cidade.

E agora sim lá em Murici, eu acho que a gente era mais acolhida pela galera de fora de Murici do por quem era de lá. Porque quando a gente ia para rua a gente cobrava dos Calheiros, que eram os políticos locais e que tinham expressão nacional. E os Calheiros em Murici são muito queridos. Então assim, havia uma rejeição porque a gente gritava tipo “Ei, Calheiros, olha aqui, avisa no Senado que tem Fora Temer em Murici”. A gente sempre gritava isso. E eles repudiavam essa cobrança aos Calheiros, porque como assim? Eles... o Renan Calheiros era um ótimo senador. O Renan Filho, acho que era governador na época e era muito bom também para a região. Então era meio inadmissível que a gente fizesse essa cobrança. Principalmente de forma nominal a eles, que nem eram culpados. E aí quando a gente fazia panfletagem, mobilização de rua tinha muita gente no comércio que apoiava. Agora, eu percebi que tinha algumas pessoas que quando íamos entregar panfletos, por exemplo, elas pegavam, amassavam, rasgavam e jogavam no chão, porque não queriam, porque tinha essa rejeição por causa dos Calheiros. Eu acho que fora de Murici a gente conseguiu ainda ter um apoio maior. Mas assim, alguns professores

das escolas estaduais de Murici, por exemplo, foram pro IFAL e conversaram com a gente, levaram... Tinha uma banda de professores e eles foram lá tocar com a banda no IFAL, durante a ocupação, foi assim, bacana. Mas tinha essa resistência lá com a população. (MARIA MARIAH, AUTOR, 2024)

Mariah relata alguns casos de machismo na distribuição das atividades diárias, ela questiona o fato do ocupa ser formado por uma maioria de mulheres e apenas homens representarem a ocupação nas reuniões fora do ocupa, e também a ausência de mulheres na comissão de segurança para vigiar o ocupa durante a noite. Fora isso, ela fala que os homens faziam atividades ligadas à limpeza, como lavar louça; mas ficavam apenas nessa atividade, em nenhum momento ela viu um homem cozinhar durante a ocupação. O espaço de debate foi bastante utilizado pelas mulheres para colocar essas questões em pauta, seja nas rodas de diálogo com movimentos sociais de mulheres que ali estiveram, como o caso do movimento de mulheres camponesas, e o que foi debatido nesses espaços era levado para conversa interna do movimento, com a finalidade de questionar e desconstruir estigmas e atitudes atreladas a práticas sociais machistas que estavam sendo reproduzidas pelos ocupantes.

Existia. A gente tinha mulheres, assim, liderando a ocupação, era a maioria. Mas, por exemplo, essa questão... de ir para outros campus, por exemplo. Era muito difícil ir uma mulher, muito difícil. Sempre dois homens do grêmio estudantil, a vanguarda do protagonismo das ocupações, eles que iam e representavam. E até na própria distribuição das tarefas, por exemplo, os homens, eles lavavam as panelas, porque a gente fazia tudo naquelas panelas enormes, lavavam a louça. A louça eles não tinham tanta questão, mas, por exemplo, eles não cozinham, era muito difícil. Acho que não chegou a acontecer, de um homem cozinhar um dia na ocupação. A comissão que cuidava da limpeza, ela era praticamente toda feminina, porque a ocupação, assim, a ocupação, a maioria das pessoas ocupantes eram mulheres. Os poucos homens que tinham estavam em outras funções que eram de mais importância. Então, a gente tinha que dar uma cobrada também, dizer assim “olha, isso aqui é serviço de todo mundo, essa outra coisa é serviço de todo mundo”. E diversas vezes a gente tinha que chamar a atenção. Com relação a comissão de segurança também. Geralmente, eram os meninos que ficavam nessa questão de ter que ficar acordado para poder ficar vigiando. E aí era sempre uma chamada de atenção com relação a isso. A gente teve muitos espaços também para discutir essas questões que a gente recebeu alguns movimentos de mulheres nas ocupações que acho que despertaram para esses debates. E eu acho que isso também foi muito importante, porque como quase ninguém ali vinha de formação política, e até eu acho que o constrangimento mesmo de falar, a gente sabe que o espaço por si só às vezes acanha a pessoa, enfim, o medo de falar se sentir deslegitimada. E eu acho que como esses movimentos, eles participavam... era meio que também um movimento de lavar roupa suja e falar tipo “olha aconteceu isso, não foi bacana” e todo mundo refletiu junto sobre o que estava acontecendo. E aí depois que esses movimentos saíam, isso não só nesse assunto, mas em outros assuntos também, era sempre o momento da gente se reunir e pensar internamente, a partir sempre do debate do dia. Então aconteceu o debate do dia, quando na era de noite a gente estava se reunindo na área de vivência, a gente já estava discutindo aquilo que aconteceu, muito motivados pelos debates do dia. (MARIA MARIAH, AUTOR, 2024)

A rotina do ocupa se dava para além das manifestações e das atividades culturais e de formação política. O convívio diário dos estudantes tinha espaços de diversão, importantes para o estreitamento dos laços de afeto. Os momentos para atividades, como esportes e jogos de uma forma geral eram os finais de semana. O cronograma era organizado de segunda a sexta, e durante os fins de semana os estudantes praticavam atividades de lazer. Já os domingos eram os dias de visita dos pais, que eles iam para ocupação ver os filhos, já que eles podiam ir em qualquer dia, porém nos domingos se fazia um chamamento especial para que fossem lá. As atividades de esporte eram feitas na quadra, já que o ginásio era onde os estudantes estavam alojados.

Mariah conta que houve um chá de bebê no ocupa para uma das ocupantes que estava em gestação. E essa história a emocionou, ao relatar enfatiza que os estudantes da ocupação queriam a expulsar por medo de que ela tivesse alguma necessidade de atendimento e até acontecesse o parto dentro do ocupa, e ela resistiu e disse que ficaria o quanto pudesse aguentar, mostrando persistência e afeto pelo espaço. Esse chá também foi um momento de confraternização do ocupa.

Teve uma gestante que ocupou junto com a gente. A gente fez o chá de bebê dela, dentro da ocupação e a gente querendo expulsar ela o tempo todo da ocupação, porque a gente morria de medo do menino nascendo na ocupação. E a gente dizendo “mulher tá na hora de você voltar pra casa”. Mas ela discordou e disse “vou ficar até o momento que eu conseguir, vou ficar por aqui”. Então era outra coisa que também emocionava a gente. Era a persistência dela de ficar ali e de ter feito o chá de bebê dela ali, também foi um momento para a gente confraternizar e comemorar. Aí tinha feijoada, a gente satisfazia essa coisa de lazer na comida. Mas de atividades mesmo assim, só na programação formal que a gente fazia algumas coisas diferentes, né? Como as oficinas de teatro, de fotografia, essas coisas. (MARIA MARIAH, AUTOR, 2024)

Assim como a relação entre os estudantes se tornou mais próxima com a ocupação, a relação com o espaço escolar também tornou-se. Mariah fala que o ato de morar na escola e de gerir aquele espaço trouxe um pertencimento com o ambiente e a percepção do espaço. Ela relata uma experiência coletiva que a tocou, foi o momento em que as meninas que alisavam o no cabelo fizeram a transição para o cabelo natural juntas, algo importante no tocante à aceitação e à afirmação da identidade, e esse processo foi coletivo, uma forma de aceitação coletiva.

Olha, ali a sensação de pertencimento muda. Porque você começa a ficar mais à vontade nos espaços da escola. Tanto que assim, foram bem raras as vezes que tinha entrado no ginásio da escola. Ou que tinha ido para a quadra de areia. Ou, enfim, assim, a relação, a percepção do espaço muda. A relação com os colegas da

ocupação também mudou muito. Tanto que assim, nem todo mundo era amigo. Antes de ocupação, mas todo mundo se tornou amigo com a ocupação. (...) Aí é uma coisa que foi bem simbólica, foi a transição de cabelo, então tipo assim, todo mundo que usava chapinha começou a deixar o cabelo natural. E isso foi muito bacana, muito bacana, porque tava todo mundo deixando junto, crescendo o cabelinho cacheadinho assim, e outra metade ficava liso, ficava bem estranho, porque não tinha como cortar o cabelo, mas a gente estava ali tipo, não, a gente vai conseguir, porque quando a gente voltar às aulas vai estar todo mundo com o cabelo cacheadinho, não sei o quê. Então eu acho que isso foi uma coisa que... isso que mudou mesmo a identidade da pessoa. E eu acho que todo mundo saiu da ocupação mais fortalecido e mais disposto a participar de outras mobilizações. Ali foi um pontapé. (MARIA MARIAH, AUTOR, 2024)

Sobre a construção da identidade, Mariah fala como a ocupação foi importante para ela no sentido de criar além de autonomia, empoderamento para se expressar e agir coletivamente em condições de igualdade. Ela relata que a presença do grêmio, por vezes, causava insegurança para os ocupantes tomarem decisões na ausência deles; porém, com o decorrer do tempo no ocupa, eles começaram a ganhar segurança para se expressarem em igualdade, mesmo com algumas disputas tidas por ela como “bobas”, que giravam em torno de uma visão de que apenas alguns tinham conhecimento histórico da política e saberes de militância. Outro processo importante para criação da identidade, enquanto mulher foi a proximidade com o movimento de mulheres camponesas, que iam a ocupação e também recebiam os ocupantes no assentamento, permitindo para as mulheres da ocupação conhecer o movimento organizado e liderado apenas por mulheres.

É uma outra construção de identidade. Acho que não só de autonomia, mas de empoderamento para falar, por exemplo. Digo assim, você tem um espaço confortável para dizer o que você pensa, ou para discordar. Que no início da ocupação ficou meio travado, porque tinha as pessoas que iam representar. Tinha as pessoas do grêmio que iam representar. Porque uma coisa era quando o grêmio não tá ali e a gente considerava que todo mundo era igual. Com a presença do grêmio ficou meio que... “Será que a gente espera do Grêmio? Ou será que a gente toma as decisões?”. Então, assim... E as pessoas do grêmio eram homens. E até, assim, foi processo durante a ocupação, ter essa autonomia para falar, para discordar, para dizer que não era assim. Eu lembro até uma fala de um colega lá que ficou meio que tipo assim, falando sobre a gente ter que estudar, conhecer nossa história e não sei o que, e ele ficou tipo assim. “Por exemplo, ninguém aqui conhece o Carlos Marighella”. E eu disse “eu conheço, eu conheço o Carlos Marighella, eu conheço a história dele”. Ele ficou tipo, “se tirar você ninguém mais sabe”. Eu disse não, eu acho muito incisivo essas coisas. Eu não gosto não, não gosto desse tipo de fala não. Então assim, era disputa que era boba assim, mas acho que eram pequenos passos que eram importantes para poder você se colocar no espaço e colocar seu posicionamento, sua existência mesmo porque no momento que você tem voz e você consegue fazer uma disputa por pequena que seja, já era uma grande vitória. E conhecer outros movimentos de mulheres, né? Então assim, não era comum aqui na minha região, não é comum, movimento de mulheres organizadas. E isso fez com que a gente criasse também um maior vínculo com mulheres da própria região, então

assim, o movimento das mulheres camponesas, eles tinham uma entrada bem maior no campus, e a gente conseguia ter uma entrada muito maior no assentamento agora, que era um assentamento liderado por mulheres, e que, um tempo depois da ocupação, o grupo de feminismo, gênero e diversidade da escola levou o nome de uma dessas mulheres camponesas, que é a irmã Rita Rosa, e até hoje é chefe de acampamento lá também. Foi um movimento de inspirações também, conhecer outras mulheres organizadas. (MARIA MARIAH, AUTOR, 2024)

4.3 Fim das ocupações: experiências e memórias

A desocupação do IFAL Maceió começou a ser cogitada, segundo Trancheira, em razão de não conseguirem visualizar possibilidade de impedir a aprovação da PEC 241, ocorrendo uma desmobilização e um cansaço por parte dos ocupantes, que já estavam a um mês naquele espaço, porém o Trancheira diz que não houve reclamações por parte dos ocupantes de cansaço, ele apenas relata que sentiu isso. E também se junta isso ao momento em que muitas ocupações estavam sendo desmanchadas, assim ocorreram reuniões entre os estudantes do IFAL Maceió, que decidiram pela desocupação, de forma organizada.

Trancheira relata que a experiência de ocupar o fez valorizar mais as lutas coletivas, e perceber que é possível os estudantes organizarem cronogramas, definir funções, articularem-se coletivamente com outros movimentos e fazer a gestão do espaço escolar. Para além disso, ele enfatiza a experiência como algo transformador, na qual muitos estudantes, que ocuparam, tiveram escolhas e decisões pautadas pela experiência vivida na ocupação, sendo ele também um desses estudantes. Para além da formação política, houve possibilidade dos estudantes se conhecerem melhor e conhecerem suas potencialidades, através dos debates que eles organizaram em torno de pautas de interesse comum, muitos descobriram vocações que seguiram após o movimento.

Então eu passei a acreditar mais no coletivo, entendeu? Porque nas decisões do coletivo, no debate, que é possível as pessoas se organizarem para lutar e tal, mesmo com uma sociedade colocando várias dificuldades, mas que a ocupação foi um exemplo totalmente concreto que o Brasil todo viu, que mesmo pessoas muito novas, conseguem se organizar, tomar decisões importantes. E a gente tomava decisões muito importantes mesmo, de decidir como que ia ser o controle do portão, quem podia entrar, quem não podia. Era de certa forma um grupo de crise quando alguém vinha divulgar alguma coisa, alguma fake, alguma mentira, a gente debatia como ia ser a resposta. Quando tinha alguma coisa que precisava de esclarecimento, a gente debatia como ia ser a nota de esclarecimento. Do ponto de vista era como se fosse um pouco de uma empresa, assim, também uma pequena prefeitura, uma pequena comunidade que cada estudante lá tinha uma função. E todo mundo chegava naquela função com a maioria concordando, entendeu? Aí o maior fruto que eu tive foi isso, de ver um exemplo claro que os estudantes conseguem se organizar, que é possível, desde de muito novo. Muita gente saiu dessas ocupações, surgiram algumas lideranças políticas, que, ou seja, foi uma coisa de certa forma simples, mas que mudou o rumo de muita gente. Hoje uma pessoa lá participou da ocupação. Se

não existisse a ocupação, ela não ia estar fazendo certa coisa depois. Certo trabalho e tal. Então a ocupação também revelou muitas qualidades nos estudantes. Tinha estudante que não decidia nada na escola, não se interessava em nada, não se interessava em saber do que estava acontecendo, mas quando teve a oportunidade de participar do movimento ocupação, passando, que eram os estudantes que decidiam tudo, ele passou a se interessar mais pelos espaços, entendeu? De saber o que a direção do IFAL está decidindo, o que está deixando decidir, o que vai ser debatido, qual é a pauta da próxima reunião. E isso foi um legado para todo mundo. (TRINCHEIRA, AUTOR, 2024)

Para além da experiência de participação política e de gestão escolar, outro ponto enfatizado pelo jovem foi a criação de vínculos de amizade entre os ocupantes, que compartilharam de um momento histórico e tiveram, através da convivência diária e das atividades lúdicas, uma aproximação. Outra aproximação foi entre estudantes de diferentes *campus* do IFAL que, através das reuniões entre os *campus*, puderam se conhecer e entender a realidade dos outros lugares, criando maior aproximação entre os estudantes dos IFAL.

E as amizades que se criou era espaço de todo mundo tinha bastante amizade, todo mundo era amigo de todo mundo. E o IFAL praticamente todo se integrou. Porque o aluno daqui de Maceió, que nunca saiu da cidade de Maceió, passou a conhecer estudantes de todo o IFAL. Por causa da ocupação, a gente conversava, buscava tentar ver o que estava acontecendo fora. O pessoal, durante as ocupações, teve alguns protestos de rua, então, quando Santana ia fazer protestos de rua, o pessoal de Maceió tentava mandar uma representação para apoiar lá, entendeu? Então... E antes mesmo disso, por causa dos eventos acadêmicos do IFAL, muita gente de Alagoas toda se conhece por causa disso. Aí depois da ocupação, pronto, que todo mundo se conheceu mesmo. Que estava praticamente morando, né? O pessoal saía daqui, ia passar o tempo na ocupação de lá. (TRINCHEIRA, AUTOR, 2024)

A experiência vivida por Trincadeira, naquele espaço, fez com que ele tivesse a vontade de voltar àquele instituto. Sob essa ótica, o mês em que ele passou no ocupa o motivou, depois de terminar o Ensino Médio na escola estadual Onélia Campelo, a voltar àquela instituição enquanto estudante de Ensino Superior. Ele relata como construiu um vínculo afetivo com aquele espaço e que depois de formado ainda pensava em voltar à instituição enquanto servidor.

Sim, quando eu comecei a ocupação lá no IFAL, veio uma vontade muito grande, pô velho, eu quero muito estudar aqui, gostei muito do lugar. Porque quando eu estava no ensino médio, na saída do Fundamental para o ensino Médio, eu conheci aquele prédio, mas para mim era um prédio. Eu nunca tive alguém no meu fundamental que chegasse, fizesse uma conversa e pelo menos explicasse como funcionava para entrar. No máximo, um comentário ou outro dizendo que é bom estudar ali, tem que fazer uma prova e tal. Mas para uma pessoa do fundamental, que não tem nenhum amigo, nem colega próximo estudando lá, isso é muito pouco para a pessoa se interessar. Na época eu morava muito longe. Então acabei não criando interesse por falta do entendimento do que aquilo era, daquilo que poderia oferecer. Aí eu só vim ter contato mesmo conhecer como era o IFAL, já terminando o meu ensino médio, do segundo ano pro terceiro ano. Aí como vi que lá tinha a subsequente, tinha a

graduação, então eu sempre pensei, durante a ocupação mesmo, de querer voltar pra lá. Aí eu tô, nesse ano eu me formo no curso por lá. Pretendo voltar, tenho muita vontade de voltar lá pra trabalhar como servidor, como concursado e tal. Mas como estudante eu acho que não tem mais nenhum curso que me interessa não, então eu quero voltar mais para ser servidor. (TRINCHEIRA, AUTOR, 2024)

O IFAL Marechal Deodoro teve duas desocupações. A de 2015 se deu a partir de um acordo com a gestão, no qual Santos atribui essa feitura de acordo a uma perda de fôlego do movimento e, a partir disso, o interesse da gestão em fazer um acordo nessas condições. A partir desse interesse da gestão, foi feita uma reunião entre os diretórios acadêmicos e o grêmio estudantil para pôr as reivindicações dos estudantes. Na segunda ocupação, não houve diálogo algum, a desocupação ocorre a partir de uma ordem de reintegração de posse solicitada pelo reitor do IFAL, ordem feita a todos os *campus* ocupados, tendo apenas o pedido do *campus* Murici sido rejeitado pelo judiciário. A desocupação ocorre, então, tão somente em razão da reintegração.

O fim do movimento foi para Santos desanimador. Ele fala que a temporalidade da ocupação para ele foi diferente, dada a intensidade da experiência, pois ele relata que o tempo parecia mais longo do que realmente foi. A palavra frustração foi o principal sentimento, por não terem conseguido barrar nem a PEC 241 nem a reforma do Ensino Médio, e isso gerou um desestímulo aos ocupantes; porém, ele relata que essa frustração não o fez perder o sentimento de coletividade nem a vontade de continuar a se mobilizar, reconhecendo que nas lutas sociais as conquistas não ocorrem da forma desejada.

Antes de ocupar o IFAL, Santos já participava da União da Juventude Comunista (UJC), e continuou atuando nesse movimento após o fim da ocupação. Depois, ele ingressou no PCB e retorna para Bahia ainda como membro do partido; no entanto, pede afastamento em razão de problemas de saúde, retornando, posteriormente, à organização e se afastando, novamente, por se encontrar, atualmente, trabalhando como professor em um estado fora do Nordeste. Ademais, ele não encontrou nesse estado condições de manter suas atividades partidárias, entretanto ele enfatiza a vontade de continuar se organizando politicamente.

Sobre a atuação profissional, Santos foi influenciado pela experiência da ocupação na sua escola pela docência. Ele conta que, antes da ocupação, já tinha interesse na área da educação, porém não queria ainda ser educador, e o processo de ocupações o fez amadurecer a ideia de que poderia ser professor. Ele ainda relata um momento em que fez uma intervenção com professores do instituto, falando sobre a sua perspectiva, enquanto aluno daquele movimento para os docentes.

Foi fundamental, que inclusive antes da própria ocupação, na verdade, já vinha maturando isso. Antes da ocupação, o meu primeiro projeto de pesquisa vai ter relação com política educacional no Instituto Federal, no Campus Marechal Deodoro. Aí é o primeiro pontapé que me faz ter o contato com educação, mas naquele momento em si eu não queria ser educador, mas eu achava fantástico a forma como o Aníbal Ponce colocava para a gente as contradições da escola capitalista. E claro, ali eu acho que foi o germe que ao longo das ocupações foi fazendo eu amadurecer a ideia de ser professor, porque eu era uma pessoa que tinha rotatividade nas ocupações. (...) Então assim, com a minha rotatividade nas ocupações, foi que eu comecei a ter o prazer em ensinar, porque é nesse processo que a gente vai começando a se posicionar politicamente e vai ganhando amadurecimento. Eu me lembro que teve um momento ímpar em um dos campus que eu fui para a sala dos professores e eles estavam falando acerca das ocupações e eu percebi que estava muito dividido. Aí eu fiz uma fala e aquela fala... Eu acho que ela foi fundamental para fazer com que os professores vissem num aluno a necessidade de talvez ocupar aquela instituição. (SANTOS, AUTOR, 2024)

Além da escolha pela profissão, a ocupação também modelou a forma como ele atua enquanto professor. Sua contestação da escola enquanto instituição, principalmente pela sua relação conflituosa com a gestão do IFAL, o que fez com que ele visse a atuação, enquanto professor, uma possibilidade de trazer suas experiências de participação para os estudantes, buscando incentivá-los a se mobilizarem e serem críticos. A experiência de gestão escolar e as atividades que ele fez parte durante as ocupações também o fizeram buscar novas formas de dar aula e de fomentar a participação desses estudantes de forma ativa no processo educativo.

Sem sombra de dúvidas. Eu estava lendo o texto do professor António Novoa. É um texto que vai falar sobre formação de professores, formação inicial, continuada e tudo mais. Ele vai dizer o seguinte, que a formação do sujeito, ele vai interferir na identidade profissional do mesmo. Hoje a minha formação, a formação minha enquanto sujeito, enquanto pessoa, dentro do Instituto Federal, interferiu sim muito na minha identidade profissional enquanto professor hoje eu sou um professor que estimula a organização do movimento estudantil. Sou um professor que contesta a escola não permitir a legitimidade de organização dos estudantes pelo grêmio estudantil, por exemplo. Eu tento incentivar o máximo possível que os meus alunos participem de eventos políticos acadêmicos, porque eu sei que é importante para a construção e amadurecimento político dos mesmos. Então sim, a ocupação, ela me fez ter um outro olhar sobre a realidade. Talvez aquele olhar que, como o Freire diz, não é mais o olhar ingênuo, é o olhar sobre o real, mas entender que também eu poderia transformar a vida social de meus estudantes pelo processo da educação. Assim como a educação tem sido transformadora para mim até hoje, por que não eu posso fazer a educação ser transformadora também para outros sujeitos. Então foi a partir da ocupação, das intervenções que eu fazia nos outros espaços que me fez ter o *start* daquela semente germinada no projeto de pesquisa de entender a escola capitalista, contradições de que sim eu poderia ser um professor que pudesse surfar contra a Maré, que pudesse ir na contra hegemonia da ideologia dominante posta. (SANTOS, AUTOR, 2024)

O processo de desocupação no IFAL Murici tem um diferencial em relação aos demais, pois ocorre uma mobilização, assim como ocorreu no caso do IFAL Maceió para ida a Brasília dos ocupantes, como último ato de pressão sob o Congresso Nacional contra a PEC

51/2016. No entanto, diferente dos outros ocupas, o IFAL Murici não recebeu uma ordem de reintegração de posse. O Juiz indeferiu o pedido do reitor do IFAL em nome do Governo Federal, legitimando a ocupação enquanto movimento contestatário. Ernesto relata que esperava a qualquer minuto pelo pedido de reintegração, e os estudantes já estavam prontos para se desmobilizarem, porém, quando viu que o diretor não conseguiu a reintegração no *campus* Murici, os estudantes se mobilizaram para um último movimento de ida a Brasília. Quando viram que a PEC foi aprovada, retornaram, fizeram ainda algumas atividades na ocupação, dentre elas uma carta conjunta de reivindicações, com reivindicações locais também, e finalizaram a ocupação.

Porque a PEC já tinha sido aprovada, já tinha passado o período de aprovação da PEC, todos os IFs já tinham sido desocupados, e a gente não tinha mais o objetivo, porque a gente iniciou para tentar barrar a PEC. Quando a gente teve o pedido de reintegração de posse, a gente decidiu, a gente achou que era inevitável barrar o pedido de reintegração, a gente decidiu passar pautas. Pautas locais e pautas em conjunto. Não sei nem se tem. Quem fez uma pauta em conjunto? Toda a ocupação fez uma pauta em conjunto e a gente também fez uma pauta local. Quando eu vi o pedido de reintegração, a gente ia sair. Se chegasse o pedido de reintegração, a gente saía. Chegou para Marechal, que era imediatamente, chegou para Maceió, também que era imediatamente. (...) Aí a gente passou para pautas locais, e a gente foi o único instituto de Alagoas que não recebeu, porque o pedido de reintegração de posse foi indeferido. O juiz, na época, reconheceu o nosso movimento e, em poucas palavras, a gente podia ficar quanto a gente quisesse. E aí, quando passou, a gente foi para Brasília, que teve um grande movimento, que era a perto da votação, que era no dia da votação. A gente fez um movimento e se reuniu com diversos sindicatos de professores da UFAL, do IFAL, de técnicos, e conseguimos fretar um ônibus, e a gente foi para Brasília. Inclusive foi eu e um amigo, a gente foi para Brasília e lá a gente foi para os protestos e os atos. Quando a gente voltou, a PEC foi aprovada. Foi ainda, a gente viu que não, que a gente entregou a pauta de reivindicação em conjunto e a local, e pronto, a nossa missão foi cumprida, entre aspas, porque eu achei como disse a você, que não ia durar dois dias e a gente acabou ficando, nem recebendo pedido de reintegração, foi indeferido o pedido. (ERNESTO, AUTOR, 2024)

Após a ocupação, foi feita uma reunião com o reitor do IFAL no *campus* de Murici. Nessa reunião, os estudantes levaram as reivindicações que tinham após a ocupação, relacionado a estrutura do instituto. No meio da reunião, faltou energia no *campus* e o reitor queria deixar a reunião em razão disso. Entretanto, os estudantes o forçaram a ficar e fizeram a reunião com luzes de celular, indicando na reunião que a falta de energia também era um problema recorrente no *campus*.

O processo de ocupar uma escola foi tratado por Ernesto como transformador em sua trajetória, desde o momento que ele assume o Grêmio Estudantil até o fim do movimento. Em um curto espaço de tempo, teve uma experiência densa de participação política e de gestão escolar. No último dia de ocupação, quando foi tomada a decisão em assembleia, ele relata

emoção com a decisão, sensação de dever cumprido. Por mais que não tenha barrado a PEC, ele reconhece o movimento enquanto pedagógico e uma experiência de aprendizado coletivo.

Aham, a gente tem um exemplo, se baseou naquilo e eu achei, foi um momento, se não me engano, foi dois meses ocupando e foi onde eu mais aprendi, assim, a questão de como a sociedade funciona, que a gente depende um do outro. Porque todo mundo que fez parte da ocupação, encabeçou realmente o movimento e a gente levou com unhas e dentes, apesar de muitas questões de gestão na época, querer... boicotar a gente consegue levar por dois meses e muito bem, muito bem. (ERNESTO, AUTOR, 2024)

(...) Aí passou um tempinho ainda. Passou mais um tempinho. Passou um tempinho ainda. E decidimos em Assembleia, até tem uma live no perfil do Facebook, que eu até chorei no dia. Como eu disse, naquele dia, que eu não esperava que fosse tudo aquilo acontecer, que foi um momento mais marcante da minha vida. Que a gente chegou lá e disse, nosso objetivo já foi cumprido. A gente não conseguiu barrar PEC, mas o movimento de crescer politicamente dentro de Murici tinha dado... tinha criado uma onda gigante e a gente decidiu desocupar em Assembleia. (ERNESTO, AUTOR, 2024)

Dois pontos importantes a serem observados foram: a da criação de vínculos entre os estudantes, que não necessariamente tinham relações antes da ocupação, e que se tornam companheiros de movimento; como também foi um processo de estreitamento de laços de afetividade, e as experiências enquanto participantes do movimento de ocupações. Muitas das atividades e das oficinas feitas na ocupação foram a primeira oportunidade desses estudantes, tanto de montarem o cronograma, quanto de serem eles próprios a gestão escolar e pautarem o que seria debatido nas atividades. Além disso, houve o protagonismo do movimento reivindicatório, por parte dos estudantes, que tiveram espaços nas manifestações para falarem e serem ouvidos por outros movimentos e pela sociedade civil.

Começou a gestão, depois dessa gestão a minha, eu fiquei lá perdurando por lá e como eu disse até brinco eu não queria assumir uma figura de líder e acabei assumindo a presidência do Grêmio Estudantil nos atos, que eu tive que falar no meio da rua no microfone, nunca tinha feito isso na vida e participar de uma ocupação, que como eu disse a você, não tinha liderança mas muitas vezes como eu era o presidente, acabava dizendo “pô, Ernesto, e aí como vai ser...” a gente manteve um movimento limpo. Quando acabou a ocupação, quando as aulas voltaram, todo professor chega e fala “parabéns, parabéns pelo o movimento que vocês fizeram”, porque aí você vai depredar o patrimônio? A gente não fez isso. Funcionamos como uma comunidade, cada um tinha o seu objetivo, tinha pessoas ali que não tinham intimidade com ninguém, tipo a gente não se conhecia, se conhecia dos corredores, mas não tinha amizade, e a gente criou um vínculo de fraternidade, de um ajudar o outro, não sei o que. (ERNESTO, AUTOR, 2024)

Sobre o Ernesto, após as ocupações, ele fala que foi procurado por movimentos de juventude, e entrou posteriormente na UJC, onde ficou por bastante tempo. Também voltou ao IFAL Murici a convite de uma chapa que assumiu posteriormente o Grêmio para falar da

experiência da ocupação e sobre o movimento estudantil. Relatou que durante a atividade uma garota perguntou-lhe quando ele descobriu que tinha capacidade para fazer a ocupação, e ele respondeu que não sabia nem que tinha essa capacidade, descobriu fazendo. Depois de se formar no IFAL, Ernesto ingressa na UFAL, no curso da área de agrárias, ele revela que participou das atividades protagonizadas pelos C.A (Centros Acadêmico) dos cursos de agrária, e que tinha representatividade e conseguia fazer eventos e participar de congressos, porém não se encontrou no curso e foi para área de humanas.

Na última fala, Ernesto deixa clara uma frustração e, ao mesmo tempo, uma motivação de luta, que era trazer o movimento estudantil que viveu no IFAL e na experiência na UFAL para sua cidade natal, União dos Palmares. Ele fala com ar indignado de como pode a cidade, onde existe o Quilombo de Palmares, terra de Dandara e Zumbi, não ter um movimento estudantil forte e contestatário. Ele relata que, em sua trajetória, na ocupação e após a ocupação no movimento estudantil e nos espaços nos quais pôde frequentar, graças ao IFAL e a UFAL, motiva-o a querer criar um movimento em sua cidade e, para isso, afastou-se da UJC e dos movimentos da capital, para buscar usar de sua experiência na ocupação, para criar um movimento em União.

Olha, o caminho que eu sigo é... Como eu disse, tinha diversos movimentos na época e eu queria continuar esse movimento, porque o seguinte eu... Hoje eu tenho uma cabeça, mas naquele momento eu queria continuar o movimento de ocupação só que eu queria levar para a minha cidade Murici era a minha cidade. Eu queria levar, até hoje eu pago o transporte para vir da minha cidade para a UFAL. Aí tem que ter um movimento estudantil forte, e em união nunca teve. Cidade de Zumbi, de Dandara, referência de luta, a gente não tinha. E minha intenção era levar para lá. Aí eu sei como eu vou fazer isso. Eu tenho que ser organizado, eu tenho que ter o apoio de um movimento. E eu fui para um movimento ali. Eu acabei indo para UJC., que é a União da Juventude Comunista, onde fiquei muito tempo e aprendi muito lá dentro, só que acabou vindo para UFAL, comecei a participar, por que daqui da UFAL antes de eu vir para o curso que faço hoje, eu fazia agronomia e eu participava de muitos movimentos lá a gente um grupo lá de agroecologia, que tem ao CA de Agronomia, tem ao CA da Ecologia, só que aquele grupo da CA da Ecologia, a gente tinha uma representatividade muito forte. A gente organizava eventos, participava de congressos, de debates, a gente fazia tudo. Só que não me dei muito com o curso, aí vim para aqui, e ainda continuando na UJC. Só saí agora pouco durante a pandemia, porque eu queria focar na minha cidade. Como é que eu não consegui trazer o movimento daqui para minha cidade? Como eu podia, por exemplo, participar de outros eventos, quer questão partidária e tal, aí eu falei não, vou sair não, nada contra, mas eu tenho que me reunir aqui, porque eu quero fazer algo pela minha cidade. Então, já é o ano de 2011, já tem, em 2023, vamos dizer, 12 anos. 12 anos de luta que desde a minha vida foi fora da minha cidade. Eu queria trazer para minha cidade, foi quando eu saí da UJC para dedicar a minha cidade. (ERNESTO, AUTOR, 2024)

Para Mariah, a volta às aulas em janeiro de 2017, após o fim da ocupação em dezembro de 2016, foi um momento de felicidade, com um sentimento de dever cumprido e

de empoderamento, principalmente pelo fato de o pedido de reintegração de posse ter sido negado, e eles terem saído da ocupação por vontade própria, ao sentirem que já tinham dado o recado que desejavam. No retorno à normalidade, não ocorre qualquer perseguição aos estudantes, que ocuparam por parte de professores e dos outros estudantes do instituto, a única perseguição notada por Mariah foi da diretora do instituto, que informalmente acusa o ocupa de ter subtraído ou perdido os microfones do instituto. Após um tempo, Mariah a viu, em algum momento, utilizando o microfone e a questionou da acusação feita, em que ela retrucou com “encontrei na gaveta”. Percebe-se a acusação apenas como tentativa de deslegitimação do movimento e de causar um incômodo entre os ocupantes e os demais estudantes do instituto.

A gestão da escola, a diretora em si, da época, ela não gostou. Então, tipo assim, ela... Acho que, enquanto ela pode perseguir o aluno por causa disso, ela fez. E depois coloca numa discussão que é muito no âmbito da... de brincadeira, que aquele tipo de brincadeira é permissível, tipo, ela brinca com estudantes que estudantes querem. Então, por exemplo, ela acusou a gente de perder microfones da escola. E eu vi um dia com o microfone na mão, que ela acusou a gente de ter perdido. E aí eu falei sobre isso, eu disse, olha, se não é o microfone que estava perdido, ela, “ah, não, porque a gente encontrou, tava guardada ali” eu disse... Eu não me perguntei se foi uma acusação que não foi legal e que estava aí o tempo inteiro. Então se você abrir a gaveta e olhar, você encontra o microfone desde sempre. E que eu acho que era muito mais uma questão de não ter achado o microfone, mas de deslegitimar mesmo o movimento, de querer achar alguma coisa para poder, acho que criminalizar mesmo, porque a nossa ocupação foi muito organizada. Então tipo assim, não teve nenhuma situação que... que causasse uma deslegitimação da ocupação por causa de alguma coisa que aconteceu ali dentro. Foi muito tranquilo plantar isso. (MARIA MARIAH, AUTOR, 2024)

Para Mariah, a ocupação teve uma importância fundamental para sua formação e entendimento tanto no campo político quanto de gênero, ela relata que antes do ocupa, os debates que tinham dentro o IFAL sobre feminismo eram romantizados e, depois da experiência de ocupar, ela se ver dentro do debate de uma forma mais incisiva e com maior repertório teórico sobre o assunto, fomentado pelo interesse de estudar mais sobre o tema. Sobre o entendimento político, ela se emociona ao falar sobre o momento em que o MST chegou ao ocupa para doar alimentos. Ela diz que, mesmo sem terem qualquer convite ou pedido, eles foram lá para ajudar, e isso gerou um sentimento de solidariedade e de comunhão, essa experiência também gera nela a vontade de participar cada vez mais de movimento sociais.

E, fora aí, aí, pronto, aí isso foi meio que um pontapé, assim, pra vida política. A gente sempre brincava, assim, acho que nos últimos dias a gente tava brincando que quando a gente participa de uma luta uma vez, meio que ia ficar impossível não

participar de nenhuma outra mais, porque mesmo que não fosse falta a nossa, o sentimento de solidariedade é muito grande pelo apoio que a gente teve de outros movimentos sociais. Então, assim, não tinha nada a ver o MST ir lá. A gente nem esperava o MST. Nem sabia que ia, e chegou o MST lá e diz assim, olha, a gente vai ajudar vocês, tá aqui pra contribuir. Então esse sentimento de solidariedade, de estarmos juntos foi uma coisa que pra mim ficou pra vida e que pra alguns colegas também porque até hoje a gente é assim, a gente vai se encontrando nas mobilizações mesmo que não organizados politicamente ou partidariamente em algum movimento. (MARIA MARIAH, AUTOR 2024)

Uma outra marca que a ocupação deixa nela é a escolha pelo curso de graduação. Para ela, a escolha pelo curso de psicologia se deu com a experiência da ocupação, na qual ela teve um encantamento com a área nos momentos em que uma psicóloga estava com os ocupantes, e a psicóloga opta por fazer um atendimento em roda de conversa para falar coletivamente sobre questões que os afligiam. Essa experiência a fez pesquisar sobre construção de gênero com uma psicóloga no IFAL, onde ela pode ter a experiência de realizar um grupo focal com estudantes da escola. E, ao escolher psicologia, ela também opta por atuar na psicologia política, também algo influenciado pela experiência de participação política na ocupação.

E sobre a decisão da vida, né? A ocupação, ela de fato mobilizou muitas decisões, não só na minha vida, como na vida de outras colegas, a gente não só foi fazer psicologia, mas outras duas colegas foram fazer psicologia. Porque a gente estava encantada com a psicologia, eu podia atuar dentro das ocupações. A psicóloga estava lá e não estava fazendo atendimento clínico individual. Ela estava sentando na roda e a gente conversando sobre angústia, sobre o que queria e o que não queria, sobre o quão era importante discutir política também, se fortalecer dentro da política. Eu ficava, “oxi que massa a psicologia discutindo essas coisas”. E como as minhas referências dentro da ocupação eram os professores de Sociologia, de História, de Filosofia, eu entendi que eu queria algo dentro dessa área de Ciências Humanas, e tinha Psicologia também. Então assim, quando terminou a ocupação, a gente foi fazer uma pesquisa sobre construção de gênero na escola, com uma psicóloga. E aí nessa pesquisa a gente falou de diversas coisas, né? Da ocupação dos espaços na escola, da relação com os professores, com a relação disciplinar, como era a relação disciplinar para as meninas e para os meninos. E aí foi muito legal. A pesquisa, né? A diretora odiou, porque na pesquisa a gente debatia como era distante o que a gestão achava do que era vivência na escola, do que os alunos achavam. Então, assim, enquanto os alunos estavam chorando no grupo focal, durante a pesquisa, dizendo que a escola era um espaço que não era acolhedor, que oprimia, que ria, que humilhava, a gestão da escola estava dizendo que isso acontecia porque eram entre amigos e isso poderia acontecer, não era uma coisa que se falava da vivência na escola, que a escola era um lugar legal, que respeitava todo mundo. Então, assim, foi muito diferente a opinião dos estudantes. E aí, a partir dessa pesquisa, a gente tomou decisões para graduação, até terminar o ensino médio, né? E aí, a minha decisão era ou ciências sociais, porque eu queria me formar em ciências políticas, ou seria psicologia. E aí, eu cheguei a me matricular em ciências sociais, e depois eu troquei para psicologia, porque eu acho que a psicologia me despertou mais assim, e aí eu pesquisei uma psicologia política. E aí no campo da psicologia política, eu pesquisei alguns fenômenos, como a construção discursiva sobre o golpe. E aí eu pesquisei na construção discursiva do Temer, do que foi o golpe, quanto na construção discursiva da Dilma. (MARIA MARIAH, AUTOR, 2024)

Quando eu a questioneei sobre como ela lia a relação entre a experiência na pastoral da juventude e nas ocupações, ela relata que não vê como contraditória, a participação na pastoral foi sua primeira experiência na política, na qual ela pode questionar a sociedade em que vive e os problemas da cidade onde morava pela ótica das desigualdades sociais. Desde quando atuava na pastoral, via a importância de atuar politicamente para cobrar políticas públicas para cidade, e não atuar apenas doando mantimentos, partindo da lógica de que não se sente fome uma vez na semana, e que era mais correto lutar pelo direito à alimentação que fazer ação direta. Ela compara a experiência da pastoral com a ocupação na forma como eram feitas as conversas, sempre em rodas, permitindo que as pessoas se olhassem, e também citou as diferenças, no ocupa o debate e a luta tinha uma perspectiva nacional e estadual; enquanto na pastoral era uma atuação municipal, no dia a dia da cidade.

Atualmente, ela saiu da pastoral, por ter se afastado da igreja e também pela rotina na universidade, em que o traslado era maior para Maceió que o de sua cidade para Muroci. Ela começou a engajar-se em movimentos estudantis e de juventudes. Participou do CONUNE (Congresso da União Nacional dos Estudantes), em 2019, pelo MUP (Movimento por uma Universidade Popular), por onde ainda atua; quando chegou à universidade, atuou pelo Centro Acadêmico.

4.4 Análise das entrevistas

A partir do que é narrado pelas memórias dos interlocutores, a respeito do processo de ocupações e das trajetórias dos mesmos, tendo como ponto principal esse fenômeno em tela, é notável a forma que a ocupação modifica os rumos da vida dos entrevistados. Dos entrevistados, Mariah, Santos e Trincbeira tiveram suas trajetórias acadêmicas e profissionais modificadas pelo processo de ocupação. Como dito por Trincbeira, a ocupação “revelou muitas qualidades nos estudantes”.

Mariah percebeu uma disposição para atuar em áreas acadêmicas ligadas às ciências humanas, mais especificamente áreas correlatas à ciência política, e o processo de ocupação despertou nela essa inclinação e, a partir da experiência da roda de diálogo com uma psicóloga na ocupação, ela descobriu o interesse por essa profissão. Quando entrou na universidade, começou pelas ciências sociais, mas viu que a psicologia era sua vocação e

conseguiu celebrar as duas inclinações descobrindo a possibilidade de pesquisar psicologia política pela construção de discursos.

Para Santos, a ocupação o fez maturar a ideia de atuar na educação. Antes da ocupação, ele já detinha interesse nessa área, porém o processo de ocupação o fez perceber sua vocação como educador. E, para além de ter ajudado a tomar a decisão de ensinar, também foi um processo de formação dele enquanto professor, a partir do momento em que utilizou da experiência autogestionária da ocupação estudantil para fomentar em seus estudantes autonomia, criticidade, fugindo das formas expositivas tradicionais das aulas.

Para Trincadeira, a mudança de rota se deu de uma forma diferente, ao invés de descobrir uma área acadêmica ou profissão para atuar, ele se encontrou no espaço do IFAL Maceió e, ao perceber aquele espaço, enquanto um lugar especial e com possibilidades, muito mobilizado pela experiência de ocupar e pelo afeto pelo espaço e pelos companheiros de IFAL, ele se forma no Ensino Médio e busca entrar no IFAL enquanto estudante de curso superior. E ainda mais que isso, ele ainda relata a vontade de continuar no instituto enquanto servidor.

Diferente dos colegas, Ernesto não relata nenhuma vocação profissional ou acadêmica desperta no processo da ocupação. Porém, ele termina a entrevista com um relato que diz respeito a como a ocupação fez com que ele tivesse uma meta de atuação, trazer o movimento estudantil e a experiência que ele viveu nesses meses em que ocupou o IFAL para sua cidade natal. E a forma como ele adentra no movimento estudantil, após a ocupação, atuação que não tinha antes, mesmo considerando sua atuação contestatória no tempo em que foi do grêmio estudantil, antes da ocupação, ele não estava organizado enquanto movimento, apenas contestações pontuais. Quando adentra no movimento estudantil organizado, ele deslancha sua atuação e, em um momento, afasta-se dela em razão da sua meta de trazer para sua cidade o movimento estudantil organizado.

Nos quatro casos, a ocupação é uma experiência de transformação, e essa experiência se dá em diversas camadas. Os ocupas foi um movimento contestatório com forte caráter classista, porém não se finda neste ponto, são diversas pautas que se formam paralelas àquela que mobilizou o movimento, a mercantilização da educação pela reforma do Ensino Médio e a PEC 241, que viria a congelar os investimentos em educação. As experiências relatadas pelos estudantes abrangem uma série de opressões que vão além das determinações econômicas e políticas infligidas pelas políticas de Estado neoliberais, já que elas permeiam opressões relativas a valores de uma sociedade patriarcal e escravocrata, que oprime parcela da sociedade que estava dentro daquele movimento, e também permeiam um campo

simbólico e cultural de interesses desses jovens. Assim, a ideia de experiência busca compreender a variedade de dimensões vividas por esses sujeitos, assim como o conceito de interseccionalidade ajuda a compreender como as situações vivenciadas por esses jovens passam por marcadores sociais diversos (TOMPHSON, 1978; COLLINS, 2021).

A partir dessa noção de experiência, podemos compreender como existe a pluralidade nas juventudes, e como essa locação social em uma conjuntura de privatização de serviços, de terceirização do trabalho, de ataques a direitos trabalhistas e civis e como o crescimento da intolerância influencia essa geração de jovens nas pautas que reivindicam, e também como as modificações na forma de comunicação também modificam a forma como eles se mobilizam (MANNHEIM, 1952).

Durante o processo de ocupações, o estigma tradicional de juventude apática, politicamente, tão difundida socialmente, foi substituída por outro estigma também tradicional, do jovem transgressor. Por muitos momentos, foram narrados ataques feitos ao movimento, todos referenciados no estigma do jovem diabolizado, aquele que estava querendo interromper as aulas do instituto em razão de não querer estudar, acusações feitas pela gestão do instituto de depredação do patrimônio, e toda uma gama de representações do senso comum a respeito da juventude, com a intenção era a mesmo, de deslegitimação do movimento (CASTRO, ABRAMOVAY, 2009; LACERDA, 2012).

Percebe-se, nas falas dos estudantes, a importância da ocupação na trajetória de cada um, e nessas histórias relatadas no capítulo a categoria memória é fundamental. Antônio Candido, ao falar sobre o tempo, nos diz que: “Tempo não é dinheiro, o tempo é o tecido da vida”, se o tempo é o tecido da vida, a memória seria o guarda-roupa, na qual guardamos cada momento que marcou nossa trajetória como peças, que nos transformam e essa transformação vai moldando nosso dia a dia. Algumas memórias ficam enterradas nesse guarda-roupa, às vezes, percebemos a presença delas muito tempo depois, algumas de tão guardadas desbotam ou mofam, e algumas ficam vivas de forma cotidiana por serem marcantes.

Observando atentamente a história da ocupação contada por Ernesto e por Mariah, é perceptível que ambos tiveram memórias diferentes a respeito da mesma ocupação. Enquanto um lembrava de vivências atreladas à participação política nas idas a reuniões e nas ações diárias enquanto presidente do grêmio, Mariah nos traz memórias ligadas a como atividades, a exemplo de deixar o cabelo cachear coletivamente, a relação entre o ocupa e o Movimento de Mulheres Camponesas, o chá de bebê feito para uma colega gestante. Essas memórias, que também fazem parte da vivência de Ernesto enquanto ocupante, porém não vem à tona em sua narrativa, por não significarem o tanto que significam para Mariah. Para ela, aquilo foi uma

transição importante, entre a visão romantizada que ela se refere que tinha do ser mulher e a visão crítica coletiva, que construiu nesses momentos, tornando-se para ela um momento de construção da identidade enquanto uma mulher. Percebe-se, pelo conceito de interseccionalidade, como o posicionamento de Mariah, enquanto mulher, diferencia a experiência vivida na ocupação em relação a dos demais entrevistados. Dos entrevistados, apenas Santos enfatiza rapidamente o problema da divisão sexual do trabalho, mostrando que essas questões não têm a mesma importância para os homens.

Também percebe-se como trabalhado por Pollak, uma confusão na operação feita para relembrar os fatos. No caso de Santos, ele não consegue especificar se ocorreu determinado fato na primeira vez que ocupou a escola ou na segunda vez, mesmo sendo ocupações com pautas diferentes a memória de certos detalhes é nebulosa. E na operação da memória, como dito anteriormente, alguns *flashes* são acionados quando citamos algum fato; outros eles falam espontaneamente por considerarem importantes para eles (POLLAK, 1992).

Outros pontos da literatura nos ajudam a analisar as trajetórias desses estudantes: o espaço de ocupação para todos eles funcionou como sendo uma socialização política fundamental na formação deles, enquanto sujeitos políticos: nas ocupações foram transmitidos valores, percepções e conhecimentos que proporcionaram, nas palavras de Santos, um amadurecimento dos participantes. A ocupação foi um processo de aprender-fazendo, em que muitos dos acontecimentos e conflitos internos eram debatidos de forma crítica, como no caso da divisão sexual do trabalho na ocupação de Murici (TOMIZAKI, 2016).

Quanto à estrutura da ocupação, percebe-se uma busca pela horizontalidade nas relações entre estudantes, porém, mesmo sendo um espaço onde tudo era decidido em assembleia, existiam lideranças que despontavam no processo e, muitas vezes, não por vontade delas. Ernesto é um caso, na fala de Mariah, ela relata que as pessoas do grêmio, por vezes, eram quem tomavam certas decisões emergenciais, quando os estudantes estavam em dúvida, ou eram eles que iam para reuniões entre as ocupações dos campus IFAL. Quando passamos para a fala de Ernesto, ele corrobora com essa visão, porém enfatiza que esse fato também o incomodava que, muitas vezes, ele sentia-se sobrecarregado e sentia o acúmulo de funções sob as costas do grêmio estudantil.

Percebe-se que a forma de atuação dos ocupas se assemelha com as novas formas de participação política, uma busca por horizontalizar as tomadas de decisão e a participação, e nesse processo buscar a criação de consenso dentro da pauta proposta pelo movimento, de defesa da educação. Porém, em nenhum momento, os estudantes se chamaram de ativistas,

pois, para eles, a atuação que tinham era enquanto militantes do movimento estudantil, mesmo que muitos deles ainda não tivessem se organizado em algum movimento (SPOSITO, 2021).

A relação entre a juventude e escola pode ser visualizada nas falas dos estudantes no conflito estudantes contra gestão escolar. Os relatos dos estudantes em relação a sua vivência da escola antes e durante a ocupação, demonstram que a forma como se relacionam com espaço escolar foi transformada. No caso do IFAL, diferente das demais escolas, os estudantes entrevistados já tinham uma vivência positiva em relação à escola que eles estudaram antes. No IFAL, eles tinham possibilidades de exercer em plenitude suas atividades, mesmo com as limitações estruturais relatadas por eles. Porém, é dito por eles que a gestão do *campus*, em regra, é autoritária no trato com os estudantes. A perspectiva da escola é de ler os estudantes, enquanto sujeitos secundários dentro do espaço escolar, não considerando as demandas deles como legítimas. Nas falas de todos os estudantes que tiveram que lidar com a gestão do *campus*, aparece a figura do diretor como alguém que evita ao máximo o diálogo com estudantes ou que ao travar o diálogo sempre os coloca em uma perspectiva infantilizada. No caso do IFAL Murici, a diretora agiu entre duas posições, a de amiga deles e a de autoridade, revezando esses papéis a depender da necessidade. Quando a autoridade não funcionava para ameaçá-los, utilizava-se de uma aproximação mais amistosa para dar a entender que estava do lado deles. No caso do IFAL Marechal Deodoro, a gestão utilizava da burocracia para manter distanciamento dos estudantes, sempre colocando barreiras para comunicação com os estudantes.

Nesse contexto, percebe-se que a ocupação é uma formação política e cidadã, na qual os estudantes assumem um papel ativo de sujeitos com reivindicações e uma visão própria dos fenômenos sociais e dos problemas sociais sob qual estavam submetidos, tanto nacionalmente quanto dentro do *campus*. A forma com que se mobilizaram para ocupar a escola demonstra que estigmas como a passividade de alienação e a pecha de arruaceiros não se aplica, demonstrada na leitura feita por eles da conjuntura, a forma ativa e altiva com que construíram os ocupas, e o zelo demonstrado por eles na zeladoria e no trato do espaço escolar.

4.5 Pesquisas de ocupação, resultados obtidos

Neste último tópico, busco fazer um diálogo entre os achados feitos nesta pesquisa com as demais publicadas sobre as ocupações em outros estados da federação, e as teorias e

métodos mobilizados nessas pesquisas. Para tanto, utilizaremos trabalhos publicados a respeito das ocupações.

Nos trabalhos publicados, logo após o fenômeno, percebe-se o uso recorrente da sociologia das emoções como aporte teórico de análise, assim como a categoria memória e o conceito de experiência. Metodologicamente, foi bastante utilizado nas entrevistas semiestruturadas para captação dos dados. Dessas pesquisas, utilizo a mesma estratégia de captação de dados através das entrevistas semiestruturadas, quanto a análise de conteúdo das redes sociais, dentre as pesquisas que tive acesso não encontrei a utilização deste recurso.

A utilização da sociologia das emoções e a tipologia das emoções, ancoradas em Jasper, foi de bastante valia para o momento em que foram feitas as entrevistas, visto se tratar de um evento intenso e com muitas emoções envolvidas, e o fato das entrevistas serem feitas logo após o acontecimento fez com que o carrossel de emoções estivessem presentes nos achados (FAYET, 2021),

A pesquisa feita no Ceará, que utilizou como estratégia analítica a sociologia das emoções, fazendo uma nuvem de palavras com o que foi dito na entrevista, ficaram claras pulsões ligadas a sentimentos negativos, como “medo, angústia, raiva” e positivas ligadas à “admiração, lealdade, afeto”. Tais achados correspondem à conjuntura pós-ocupação, na qual os jovens tinham memórias recentes relativas ao processo de ocupação e à criação de redes de afeto e solidariedade entre eles, e também à indignação advinda da aprovação da PEC e da “derrota” do movimento na votação. Nos achados da minha pesquisa, também é possível visualizar emoções, porém essas já associadas à lembrança e à nostalgia daquela experiência. Em razão de ser uma memória distanciada em 7 anos, optei por não utilizar de tal estratégia analítica, mesmo que se percebam, nos meus interlocutores, emoções, à medida em que narravam suas experiências, culminando em momentos de choro (GROPPO, 2022).

Outras estratégias analíticas utilizadas em pesquisas, como o conceito de experiência, foram utilizadas em minha pesquisa. A experiência é um conceito bastante utilizado nas pesquisas, porém não necessariamente da mesma forma. Na pesquisa supracitada, foi utilizado esse conceito através da concepção de Walter Benjamin, já em outras pesquisas, assim como na minha, foi utilizada a concepção de Thompson.

A utilização desse conceito em Thompson está intimamente ligado à relação entre experiência e classe, porém não fica apenas retida nisso, sendo utilizado para compreender várias dimensões desses atores. Na utilização analítica deste conceito, é importante notar a localização social, expressão utilizada por Manheim para explicar que os sujeitos presente no processo vivenciam acontecimentos históricos e sociais e partilham isso em um mesmo

espaço, alocado nessa equação componentes geográficos, sociais e históricos. Essa experiência é formada, portanto, por componentes de identidade, como a classe social, visto que estamos falando de sujeitos de escolas públicas advindas das camadas populares da sociedade, identidade de gênero, raça e localização geográfica. Cada um desses pontos pode ser percebido nas entrevistas, quando escutamos uma mulher falar a respeito da ocupação, percebemos como a identidade de gênero ganha contorno importante em relação aos homens, tal fato é explicado tanto pela relação entre experiência e identidade, quanto pela seletividade da memória.

Em pesquisa realizada por mim em Pernambuco, pude notar essa diferença entre a experiência narrada pelas mulheres que participaram da ocupação em relação aos homens, componentes como divisão sexual do trabalho, a busca por divisão igualitária do trabalho, e a construção da identidade de gênero no processo de ocupação são temas recorrentes para as entrevistadas, enquanto para os homens passam despercebido nas falas. A importância é tão acentuada que uma das entrevistadas na pesquisa em Pernambuco afirma que: “a ocupação foi um momento muito importante para mim, de me reconhecer enquanto mulher, e essa questão de gênero foi algo que pesou muito na ocupação para mim” (PEREIRA NETO, 2021, p.47).

Quanto a outras estratégias analíticas recorrentes em pesquisas sobre ocupação, como o uso da subjetivação política e sujeito histórico por Rancière, teoria dos movimentos sociais de Melucci, dentre outras, optei por não utilizá-las, mesmo sabendo a pertinência delas em relação ao tema, em razão de já terem sido utilizadas com frequência. Privilegiei utilizar, portanto, outros recortes teóricos que acumulei em leituras do mestrado e por procura própria, buscando articular através dessas leituras conceitos e teorias diferentes que corroboram para a percepção e análise dos dados.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O processo de ocupações em Alagoas pode ser dividido em dois momentos: a primeira ocupação, ocorrida em Marechal Deodoro em razão do atraso no pagamento das bolsas estudantis, e o segundo momento em que as ocupações ocorrem em um movimento nacional de mobilizações contra a Reforma do Ensino Médio e contra a PEC do teto de gastos. Nas falas dos estudantes e nas redes, percebe-se que a preocupação principal dos estudantes girava em torno da PEC do teto de gastos, sem abandonar também o debate a respeito do Ensino Médio. Quando nos detemos nos detalhes do movimento, a forma de organização, de montagem de cronograma de atividades e de mobilização social vão para além da pauta inicial

do movimento, permeando questões que afligem a vida dos jovens em diversas camadas, como violência de gênero, desigualdades sociais, racismo dentre outros temas debatidos pelos estudantes através de rodas de diálogo.

Para além do debate mais teórico a respeito dos problemas sociais, os jovens criaram um espaço de cultura e sociabilidade na escola ocupada, espaço que contava com oficinas de teatro, dança, de confecção de cartazes para mobilizações de rua, atividades que não se separam da luta política que travavam. Nos finais de semana e nos momentos que não tinham atividades, os jovens praticavam esportes, faziam almoços especiais, e algumas atividades recreativas, tornando a ocupação um espaço de amizade e criação de vínculos.

Nesse processo, foi descoberto, pelos jovens, uma nova escola, espaço de pertencimento, na qual eles relatam através das redes e das falas dos entrevistados a preocupação com o zeladoria do espaço. Todos os estudantes relatam que sua relação com o Instituto Federal de Alagoas foi de encanto, no sentido de que nunca tiveram acesso, nas suas antigas escolas, às possibilidades oferecidas pelo instituto, no tocante à pesquisa e à extensão, na infraestrutura de laboratórios, quadras esportivas, entre outros. Os ocupantes de Murici relatam que mesmo na primeira estrutura do IFAL, onde era compartilhado o espaço com uma escola de nível fundamental, o fato de ser possibilitado o ensino técnico e as possibilidades de pesquisa e extensão já permitiam mais do que as antigas escolas. Nesse contexto de encanto, os estudantes percebem as políticas neoliberais na educação, principalmente a PEC que congelava os investimentos nessa área, como uma política de violência ao espaço a qual estavam inseridos.

Nesse contexto de encanto com o instituto federal, a ocupação permite aos estudantes um novo encantamento, o de fazerem parte da gestão escolar do IFAL. Ao ocuparem, eles assumem o espaço escolar, enquanto gestores do espaço, organizando as atividades diárias em comissões que dão conta da manutenção da infraestrutura, e também do funcionamento do instituto. Assim, a ocupação não é apenas um espaço de protesto e de reivindicação, mas também se torna um espaço de experiência de autogestão dos estudantes da escola, tornando um espaço de aprendizados.

As relações entre as ocupações e a sociedade civil se dava através das redes sociais dos ocupas e das atividades feitas fora do espaço escolar. Nas manifestações, eles se uniam a movimentos sociais e a pessoas insatisfeitas com as políticas em andamento e iam às ruas em passeatas, com cartazes confeccionados dentro dos ocupas, e também faziam panfletagens nas ruas, buscando diálogo com as pessoas que não estavam mobilizadas e atentas ao cenário político da época. Nas redes, a comunicação era feita através de compartilhamento de

informações das atividades e de notícias sobre os eventos ocorridos na época, o engajamento com páginas do sindicato dos técnicos e professores do IFAL, e outros movimentos sociais e postagens com comentários e reflexões pontuais sobre a conjuntura política. As redes também eram utilizadas para buscar legitimidade, através da transparência nas atividades desenvolvidas, demonstrando a zeladoria da escola, as atividades educativas e as notas de posicionamento e de pedidos para a sociedade.

Nas atividades diárias desenvolvidas, problemas relacionados à distribuição de atividades e na organização das comissões entre mulheres e homens foram relatados pela entrevistada. Essa questão demonstra que, mesmo dispostos e com interesse em debater temas relacionados ao machismo e à distribuição sexual das atividades, isso não impediu de durante a ocupação essas questões aparecem enquanto problemas, geralmente associados ao não saber fazer as atividades de zeladoria e de cozinha, tal problema parte do princípio de que o ser mulher já apreendeu essas práticas de forma natural, e que os homens não teriam competência para essas atividades; e de forma oposta, nas comissões de segurança, os homens teriam disposição para essas atividades. Essa problemática aparece nas falas da entrevistada, e compreendendo a ocupação com um espaço de convivência diária, problemas dessa natureza tendem a aparecer no convívio, uma vez que enraizados na cultura e nas práticas. Para além de um espaço de convivência, a ocupação também é um espaço pedagógico, onde essas questões da vida social ganham contornos reflexivos, ocorrendo naquele espaço debates e confrontamentos questionando comportamentos culturalmente normalizados.

A partir disso, temos dimensões distintas de um mesmo fenômeno, que não se limita a uma manifestação contra políticas econômicas. Trata-se de uma experiência formativa ampla, tanto no conhecimento relativo aos direitos sociais, os quais tinham acesso e aos direitos sociais que estavam em ameaçados, às diversas formas de opressão que estavam sujeitos em diferentes esferas da vida social; assim como na formação, enquanto estudantes cientes da importância da escola e da defesa daquele espaço, na vivência, enquanto gestores escolares e organizadores de atividades e no aprendizado da convivência diária e no entendimento das práticas sociais naturalizadas que reproduziam.

Quanto às trajetórias, percebe-se que a ocupação ocupa um espaço especial na vida dos entrevistados, dois deles escolhem as profissões com base nas experiências vividas no espaço ocupado. Assim, um dos entrevistados opta por fazer o Ensino Superior no instituto pela vinculação afetiva com o espaço, cogitando até se tornar um servidor do instituto, e o outro relata que gostaria de levar o movimento estudantil que viveu nas ocupações para sua cidade natal. Esses pontos mostram a profundidade das experiências vividas naquele espaço.

Por fim, nota-se o peso das memórias daquele evento nos relatos dos ocupantes, cada um foi marcado por momentos, conflitos e dilemas, formando-os enquanto estudantes. Dessa maneira, todos os entrevistados, após a ocupação, seguiram no movimento estudantil, alguns organizados e outros atuando como autônomos, independente da forma como vieram a atuar, a ocupação fez com que eles percebessem a importância da atuação política e social. As memórias de Mariah relatam uma construção de consciência das desigualdades de gênero e na criação de relações com redes de mulheres organizadas. Os relatos descritos neste presente trabalho demonstram como essas memórias e experiências permanecem vividas para esses jovens, e influenciam na vida deles até os dias atuais.

REFERÊNCIAS

- ALVES, Adriana; GROppo, Luis Antonio. Narrativas, memórias e experiências: o processo de ocupação estudantil na Baixada Fluminense. **Linhas Críticas**, UnB, v. 27, Brasília, 2021.
- AUGUSTO, Nunu Miguel. A Juventude e a(s) política(s): Desinstitucionalização e individualização. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, Coimbra, n.81, 2008.
- BAQUERO, Marcello; BAQUERO, Rute Vivian Angelo; MORAIS, Jennifer Azambuja de. Socialização Política e Internet na Construção de uma Cultura Política Juvenil no Sul do Brasil. **Rev. Educ. Soc.**, Campinas, v. 37, n. 137, p. 989-1008, Dec. 2016.
- BARRETO, Bruna Ocupar é resistir: um estudo sobre as ocupações secundaristas do Rio de Janeiro em 2016. **Rev. Em Debate**, Florianópolis, V.16, 2016
- BITTENCOURT, J. B. de M. Ressignificando Bandeiras e Narrativas: política, performance e estética sob a ótica dos movimentos culturais da juventude na cidade de Maceió/AL. **Revista TOMO**, São Cristovão, 2021.
- BOURDIEU, Pierre. **Questões de sociologia**. Rio de Janeiro: Marco Zero. 1983. P. 112-121
- CASTELLS, Manuel. **Redes de indignação e esperança: movimentos sociais na era da internet**. Rio de Janeiro: Zahar, 2013.
- _____. **A sociedade em rede**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.
- CASTRO, Mary Garcia; ABRAMOVAY, Miriam. **Quebrando mitos: juventude, participação e políticas**. Perfil, percepções e recomendações dos participantes da 1ª Conferência Nacional de Políticas Públicas de Juventude. Brasília: RITLA, 2009.
- COLLINS, Patrícia Hill, BILGE, Sirma. **Interseccionalidade**. São Paulo: Boi Tempo, 2021.

CÔRBO, Wagner De Queiroz. **Em busca da escola pública desejada: Um estudo das ocupações estudantis no Rio De Janeiro**. Brazilian Journal of Development, v.6, n.9, Curitiba, 2020.

COSTA, Adriana Alves Fernandes; GROPPPO, Luís Antonio. **O movimento de ocupações estudantis no Brasil**. Pedro e João Editores, São Carlos, 2018.

FAYET, Ana Luísa Sallas. “O melhor medo da minha vida” - emoções nas ocupações estudantis. **Linhas Críticas**, v.27 Brasília, 2021.

FRAZER, Nancy. Da redistribuição ao reconhecimento? Dilemas da justiça da era pós-socialista. In: SOUZA, J. (Org.) **Democracia hoje**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2001.

GOHN, Maria da Glória. **Participação e Democracia no Brasil**: Da Década de 1960 aos Impactos Pós-Junho de 2013. Petrópolis: Vozes, 2019.

GONÇALVES, M. (Org.) **As jornadas de junho**: os significados do retorno das manifestações de massa no Brasil. Recife. Ed do Organizador, 2014.

GROFF DA SILVA, B. V., & Hass da Silva, E. C. (2017). "Uma pá de ocupação": ocupações escolares e atuação juvenil no Rio Grande do Sul. **Revista Teias**, v.18, n.50, Rio de Janeiro, 2016.

GROPPPO, Luis Antonio; “Um ato de liberdade”: movimento de estudantes secundaristas em São Paulo, 2015. Rev. **Pro.posições**, V.34, Campinas, 2023.

_____. O maior, o mais ignorado, o mais combatido: o movimento das ocupações estudantis no Paraná em 2016. **Cadernos do Aplicação**, Porto Alegre, v. 34, n. 1, 2021

_____. Experiências, emoções e memória de jovens: ocupações secundaristas no Ceará em 2016. **Educação Unisinos**, V.26, São Leopoldo, 2022

GUIMARÃES, Vinicius Oliveira; Groppo, Luís Antonio. Quando Juventude não é Apenas uma Palavra: Uma Releitura Sociológica Acerca da Categoria Juventude. **Rev. Cadernos de Pós-graduação**, São Paulo, v. 21, n. 2, p. 05-18, jul./dez. 2022.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 1990.

HARVEY, David. Occupy: **Movimentos de protestos que tomaram as ruas**. São Paulo: Boi Tempo, 2012.

LACERDA, Miriam Pires Corrêa. **Política de “diabolização” das juventudes**: educação, mídia e subjetividade. Repositório Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009.

LAHIRE, Bernard, **Homem plural**: os determinantes da ação. Tradução de: Jaime A. Clasen. Petrópolis : Vozes, 2002.

LIMA, Rogerio Mendes. Sociologia, Interculturalidade e Formação Juvenil. **Rev. Coletiva** n. 17, Dec. 2015.

LIMA FILHO, Irapuan Peixoto. A Juventude como Estética. **Rev. Coletiva** n. 17, Dec. 2015.

LINS DE BARROS, Myriam Moraes. Trajetórias de jovens adultos: Ciclo de vida e mobilidade social. **Horizontes Antropológicos**, nº34, Porto Alegre, 2010.

O MAL EDUCADO. **Como ocupar um colégio?:** manual escrito por estudantes secundaristas da Argentina e Chile. 2015.

PAIS, José Machado. **Culturas Juvenis**. Imprensa Nacional Casa da Moeda, Lisboa, 2003

Pereira Neto, Ivo. “**Ninguém saiu daqui sem uma experiência única**”: as ocupações secundaristas de 2016 e o caso do Ginásio Pernambucano. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Ciências Sociais) - Departamento de Ciências Sociais, Universidade Federal Rural de Pernambuco, Recife, 2021.

PINASSI, Maria Orlanda. Da democracia formal à radical. In: GONÇALVES, M. (Org.) **As jornadas de junho: os significados do retorno das manifestações de massa no Brasil**. Recife. Ed do Organizador, 2014.

SANTOS, Cristiano Lange dos Santos. Ativismo juvenil e os novíssimos movimentos sociais: o movimento massa crítica (MC) como significado da expressão política contemporânea em Porto Alegre (2010-2014). **Cadernos de Pós Graduação**, n. 2, São Paulo, 2022.

SOFIATI, F. Ocupações secundaristas em Goiânia: formação e experiências políticas das/os jovens. **Linhas Críticas**, UnB, v. 27, Brasília, 2021.

SPOSITO, M Jovens, participação política e engajamentos: experiências e significados. **Linhas Críticas**, UnB, v. 27, Brasília, 2021.

TAVOLARI, Bianca. As ocupações de escolas públicas em São Paulo: Entre a posse e o direito à manifestação. **Rev. Novos Estudos**, São Paulo, v.37, n.12, 2018.

THOMPSON, Edward. **A miséria da teoria ou um planetário de erros**. Zahar, Rio de Janeiro, 1981.

TOMIZAKI, Kimi Aparecida. Socialização política e politização entre famílias do movimento dos trabalhadores sem teto. **Rev. Educ. Soc.**, Campinas, v. 37, nº. 137, 2016

ZAIDAN FILHO, Michel. Perguntas e respostas sobre o movimento das ruas. In: GONÇALVES, M. (Org.) **As jornadas de junho: os significados do retorno das manifestações de massa no Brasil**. Recife. Ed do Organizador, 2014.